

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

José Luís Cardoso
Vítor Escária
Vítor Sérgio Ferreira
Paulo Madruga
Alexandra Raimundo
Marta Varanda

A3ES READINGS

FICHA TÉCNICA

Autor(es): Cardoso, José Luís; Escária, Vítor; Ferreira, Vítor Sérgio;
Madruça, Paulo; Raimundo, Alexandra; Varanda, Marta

Título: EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

Data: 2012

Editor: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
Praça de Alvalade, nº 6 – 5º Frente
1700-036 LISBOA
www.a3es.pt
a3es@a3es.pt

Colecção/Série: A3ES READINGS Nº3

Design gráfico/capa: Ângela Calheiros

Depósito Legal: 355347/13

ISBN: 978-989-97174-4-2

ÍNDICE	iii
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	iv
1. APRESENTAÇÃO	1
2. MOTIVAÇÃO, PONTOS DE PARTIDA E OBJETIVOS	3
3. ÂMBITO E METODOLOGIA	9
3.1. Análise empírico-quantitativa	9
3.1.1. Evolução do número de diplomados em cada ciclo de estudos (licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento) e em cada um dos subsistemas de ensino (universitário e politécnico, público e privado)	9
3.1.2. Análise dos percursos dos diplomados	10
3.1.3. Análise da inserção profissional dos diplomados do ensino superior	10
3.1.4. Avaliação do impacto de qualificações adicionais na situação e carreiras profissionais	11
3.1.5. Identificação e caracterização dos diplomados do ensino superior em situação de desemprego	11
3.1.6. Caracterização das dinâmicas de «fuga de cérebros» e de migrações de diplomados do ensino superior	12
3.2. Análise qualitativa	12
3.2.1. Etnografia virtual: fundamentos, potencialidades e limites	12
3.2.2. Entrevistas a responsáveis do ensino superior	15
3.2.3. Questionário aberto às ordens e associações profissionais	15
4. UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DIPLOMADOS E CARACTERIZAÇÃO DA ENTRADA E PROGRESSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	17
4.1. Evolução do número de diplomados em cada ciclo de estudos e subsistema de ensino	17
4.2. Análise do percurso dos diplomados	20
4.3. Análise da inserção profissional dos diplomados do ensino superior	25
4.3.1. Características do primeiro emprego dos diplomados do ensino superior	25
4.3.2. A remuneração do primeiro emprego dos diplomados do ensino superior	34
4.4. Avaliação do impacto de qualificações adicionais na situação e carreiras profissionais	38
4.5. Identificação e caracterização dos diplomados do ensino superior em situação de desemprego	40
4.5.1. Uma análise com base nos registos dos centros de emprego	41
4.5.2. Uma análise com base no Inquérito ao Emprego	46

4.6. Caracterização das dinâmicas de «fuga de cérebros» e de migrações de diplomados do ensino superior	49
5. UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREENDEDORISMO	53
5.1. A empregabilidade no ciberespaço: consulta e análise dos <i>websites</i> das instituições de ensino superior	53
5.1.1. Caracterização do tema empregabilidade e empreendedorismo nos <i>websites</i> das instituições de ensino superior	55
5.1.2. Caracterização do tema empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura das instituições de ensino superior	59
5.1.3. Índice de empenho institucional nas questões de empregabilidade e empreendedorismo	61
5.1.4. Caracterização da atividade dos gabinetes	64
Caracterização da atividade dos Gabinetes de Apoio à Inserção Profissional (GAIP)	64
Caracterização da atividade dos Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo (GAE)	74
Comparação das estratégias dos GAIP vs. GAE	82
5.2. Novas atitudes perante a empregabilidade: respostas e mudanças institucionais	85
5.2.1. Orientações estratégicas na oferta educativa	86
5.2.2. Funcionamento dos gabinetes técnicos de apoio	88
5.2.3. Estágios curriculares e articulação com o exterior	89
5.3. As ordens e associações profissionais perante o ensino superior e os desafios da empregabilidade	90
5.3.1. Avaliação das respostas do ensino superior às exigências de formação de recursos qualificados em Portugal	91
5.3.2. Avaliação das competências e qualificações transmitidas no ensino superior	95
5.3.3. Atitudes perante o processo de Bolonha e o valor dos diplomas	97
5.3.4. Articulação entre ordens e associações profissionais e instituições de ensino superior	98
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	101
6.1. Conclusões da análise de dados estatísticos	101
6.2. Conclusões da análise qualitativa	104
6.3. Recomendações	106
BIBLIOGRAFIA	109
ANEXOS	113
Anexo 1 – Guião para a recolha de informação em <i>websites</i> de instituições de ensino superior	115

Anexo 2 – Guião de entrevistas	119
Anexo 3 – Questionário às ordens e associações profissionais	121
Anexo 4 – Lista de ordens e associações profissionais que responderam ao questionário	122

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 4-1: Diplomados do ensino superior, por subsistema de ensino (2000/01-2009/10)	18
Gráfico 4-2: Diplomados do ensino superior, por género (2000/01-2009/10)	18
Gráfico 4-3: Diplomados do ensino superior, por área de educação e formação (2000/01-2009/10)	19
Gráfico 4-4: Diplomados do ensino superior, por grau (2000/01-2009/10)	19
Gráfico 4-5: Diplomados do ensino superior, por grau, em % do total (2000/01-2009/10)	20
Quadro 4-1: Número de inscritos em mestrado e doutoramento no ano letivo de 2010/11	21
Quadro 4-2: Grau anterior dos inscritos em mestrado no ano letivo de 2010/11	21
Quadro 4-3: Grau anterior dos inscritos em doutoramento no ano letivo de 2010/11	22
Quadro 4-4: Ano de conclusão do grau anterior dos inscritos em mestrado no ano letivo de 2010/11	22
Quadro 4-5: Ano de conclusão do grau anterior dos inscritos em doutoramento no ano letivo de 2010/11	22
Quadro 4-6: Número de inscritos por área de mestrado no ano letivo de 2010/11, segundo as áreas do grau anterior	23
Quadro 4-7: Número de inscritos por área de doutoramento no ano letivo de 2010/11, segundo as áreas do grau anterior	24
Quadro 4-8: Número de inscritos em mestrado no ano letivo de 2010/11, segundo o estabelecimento de ensino do grau anterior	24
Quadro 4-9: Número de inscritos em doutoramento no ano letivo de 2010/11, segundo o estabelecimento de ensino do grau anterior	25
Quadro 4-10: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo as habilitações escolares (2002-2009)	26
Quadro 4-11: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o grau académico (2002-2009)	26
Quadro 4-12: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo as áreas de educação e formação (2002-2009)	27
Gráfico 4-6: Indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior (2002-2009), segundo as áreas de educação e formação (em % do total)	27
Quadro 4-13: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo as áreas de educação e formação (2002-2009)	28
Quadro 4-14: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado	

de trabalho, segundo a região e as habilitações escolares (2002-2009)	29
Quadro 4-15: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo a região (2002-2009)	30
Quadro 4-16: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo a atividade económica e as habilitações escolares (2002-2009)	31
Quadro 4-17: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a atividade económica (2002-2009)	32
Quadro 4-18: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo o género e as habilitações escolares (2002-2009)	33
Quadro 4-19: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o género (2002-2009)	33
Quadro 4-20: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo o regime de duração do trabalho e as habilitações escolares (2002-2009)	33
Quadro 4-21: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o regime de duração do trabalho (2002-2009)	33
Quadro 4-22: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo o escalão de dimensão da empresa e as habilitações escolares (2002-09)	34
Quadro 4-23: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o escalão de dimensão da empresa (2002-09)	34
Quadro 4-24: Remuneração média (em euros) dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo as habilitações escolares (2002-2009)	35
Quadro 4-25: Remuneração média (em euros) dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o grau académico (2002-2009)	35
Quadro 4-26: Média de «prémio» na remuneração dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo as habilitações escolares (2002-2009)	36
Quadro 4-27: Média de «prémio» na remuneração dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o grau académico (2002-2009)	36
Quadro 4-28: Remuneração média (em euros) dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (2002-2009)	37
Quadro 4-29: Média do «prémio» na remuneração dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (2002-2009)	37
Quadro 4-30: Evolução do «prémio» na remuneração média dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (2002-2009)	38

Quadro 4-31: Número de indivíduos integrados no mercado de trabalho que obtiveram diploma de qualificação universitária (2003-2009)	39
Quadro 4-32: Impacto nas remunerações dos indivíduos integrados no mercado de trabalho que obtiveram diploma de qualificação universitária (2003-09)	40
Gráfico 4-7: Diplomados desempregados inscritos nos centros de emprego (valor médio anual entre 2002-2010)	42
Gráfico 4-8: Diplomados desempregados inscritos nos centros de emprego (valor médio anual em % de desempregados inscritos, entre 2002-2010)	42
Quadro 4-33: Distribuição (em %) dos diplomados desempregados inscritos nos centros de emprego, por áreas de educação e formação (2006-2010)	43
Quadro 4-34: Estabelecimentos/cursos com melhor rácio desempregados/diplomados	44
Quadro 4-35: Estabelecimentos/cursos com pior rácio desempregados/diplomados	45
Quadro 4-36: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 40 anos), segundo as habilitações escolares (%)	46
Quadro 4-37: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 40 anos), segundo o grau académico (%)	47
Quadro 4-38: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 40 anos), segundo as áreas de educação e formação (2004-2010)	47
Quadro 4-39: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 30 anos), segundo as habilitações escolares (%)	48
Quadro 4-40: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 30 anos), segundo o grau académico (%)	48
Quadro 4-41: Número de indivíduos a trabalhar no estrangeiro, segundo as habilitações escolares (2002-2010)	50
Quadro 4-42: Número de indivíduos a trabalhar no estrangeiro com habilitação superior, por grau académico (2002-2010)	50
Quadro 4-43: Indivíduos a trabalhar no estrangeiro com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (%)	51
Gráfico 5-1: Tipos de informação presentes nos <i>websites</i> – visão global	55
Gráfico 5-2: Tipos de informação presentes nos <i>websites</i> – universitário vs. politécnico	56
Gráfico 5-3: Tipo de informação relativo à empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico	57
Gráfico 5-4: Identificação de GAIP e GAE – visão global	57
Gráfico 5-5: Identificação de GAIP e GAE – universitário vs. politécnico	58
Gráfico 5-6: Identificação de GAIP e GAE – público vs. privado	58
Gráfico 5-7: Referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura – visão global	59
Gráfico 5-8: Referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura – universitário vs. politécnico	60
Gráfico 5-9: Referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura – público vs. privado	61
Gráfico 5-10: Classificação por nível de empenho institucional – visão global	62

Gráfico 5-11: Classificação por nível de empenho institucional – universitário vs. politécnico	63
Gráfico 5-12: Classificação por nível de empenho institucional – público vs. privado	63
Gráfico 5-13: Atividades do GAIP no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – visão global	65
Gráfico 5-14: Atividades do GAIP no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico	66
Gráfico 5-15: Atividades do GAIP no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado	67
Gráfico 5-16: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – visão global	68
Gráfico 5-17: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico	69
Gráfico 5-18: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado	69
Gráfico 5-19: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à formação profissional – visão global	70
Gráfico 5-20: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à formação profissional – universitário vs. politécnico	71
Gráfico 5-21: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à formação profissional – público vs. privado	71
Gráfico 5-22: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – visão global	72
Gráfico 5-23: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico	73
Gráfico 5-24: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado	74
Gráfico 5-25: Atividades do GAE no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – visão global	75
Gráfico 5-26: Atividades do GAE no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico	76
Gráfico 5-27: Atividades do GAE no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado	76
Gráfico 5-28: Atividades do GAE no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – visão global	77
Gráfico 5-29: Atividades do GAE no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico	78
Gráfico 5-30: Atividades do GAE no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado	79
Gráfico 5-31: Atividades do GAE no âmbito do apoio à formação profissional – visão global	80

Gráfico 5-32: Atividades do GAE no âmbito do apoio à formação profissional – universitário vs. politécnico	80
Gráfico 5-33: Atividades do GAE no âmbito do apoio à formação profissional – público vs. privado	81
Gráfico 5-34: Atividades no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – GAIP vs. GAE	82
Gráfico 5-35: Atividades no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – GAIP vs. GAE	83
Gráfico 5-36: Atividades no âmbito do apoio à formação profissional – GAIP vs. GAE	83
Gráfico 5-37: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – GAIP vs. GAE	84

1. APRESENTAÇÃO*

O presente documento constitui o relatório final do estudo sobre Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal, realizado por uma equipa de investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e do Centro de Investigações Regionais e Urbanas do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (CIRIUS/ISEG-UTL) com o apoio da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Neste estudo procede-se a uma análise de dados relevantes sobre o emprego de diplomados do ensino superior e sobre o modo como atuam as principais instituições com responsabilidades diretas na colocação de tais diplomados no mercado de trabalho.

No capítulo 2 explica-se o conceito de empregabilidade e a sua relevância para a concretização dos objetivos ditados pela reforma do ensino superior decorrente da adoção do Processo de Bolonha. Ensaia-se uma aproximação propedêutica ao estudo dos fatores favoráveis a uma maior e melhor articulação entre formação universitária e politécnica e o exercício de atividades profissionais qualificadas, assim como dos obstáculos que dificultam o emprego de diplomados do ensino superior.

O capítulo 3 apresenta as fontes e metodologias de trabalho utilizadas, tendo em atenção os dois eixos de análise considerados e que são objeto de tratamento autónomo nos capítulos seguintes.

No capítulo 4 desenvolve-se um eixo de análise essencialmente empírico-quantitativa, mediante tratamento dos dados reunidos pelas instituições do ensino superior e serviços do ministério da tutela relativos ao número de diplomados do ensino superior portugueses, e também dos dados de caracterização das entradas e progressões no mercado de trabalho disponibilizados pelo Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelos Quadros de Pessoal do ex-Ministério do Trabalho e Segurança Social.

O capítulo 5 é dedicado ao eixo de análise predominantemente qualitativa, tendo por base a avaliação da informação sobre o tema da empregabilidade veiculada nas páginas *Web* de todas as instituições de ensino superior, assim como a informação obtida através de entrevistas selecionadas e de um inquérito a representantes de ordens e associações profissionais.

No capítulo 6 apresentam-se as principais conclusões do estudo e apontam-se algumas recomendações que dele decorrem.

* A A3ES agradece à Direcção-Geral do Ensino Superior e à Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência a disponibilização dos dados que permitiram a realização deste trabalho.

2. MOTIVAÇÃO, PONTOS DE PARTIDA E OBJETIVOS

A empregabilidade é um conceito de utilização recente, que entrou na gíria comunicativa como consequência da adoção dos procedimentos de reforma e reorganização do espaço europeu do ensino superior. A empregabilidade designa a qualidade ou possibilidade de se ter um emprego, considerado aqui no seu sentido lato, desde o emprego por conta de outrem ao autoemprego. Neste sentido, a empregabilidade traz também associada a noção de empreendedorismo ou de vocação para a criação de oportunidades de emprego (próprio e/ou para outros). O seu acréscimo ou melhoria constitui um dos objetivos primordiais apontados pelo Processo de Bolonha, o que pressupõe que o conjunto do sistema de ensino superior (universitário e politécnico, público e privado) deveria ser sujeito à verificação dos seus resultados através do modo como os graduados e diplomados obtêm ou consolidam uma posição no mercado de trabalho. A ênfase colocada neste objetivo visa assinalar que, para além de proporcionar uma formação cívica e humana de caráter global, o ensino superior destina-se a formar profissionais qualificados e bem preparados para enfrentar os desafios e adversidades do mercado de trabalho. Mas também é necessário ter presente que as competências adquiridas pelos diplomados que concluíram um determinado ciclo de estudos só estarão plenamente cumpridas quando tais diplomados concretizarem a sua aprendizagem através da prestação de um serviço de trabalho, o que nem sempre está ao seu alcance imediato.

Seis anos após a generalização da adoção do Processo de Bolonha no sistema de ensino superior em Portugal, importa saber se tal objetivo primordial da realização da empregabilidade tem sido alcançado. Para isso, este estudo procura formular e responder a algumas perguntas, na certeza de que para muitas delas ainda não dispomos de elementos suficientes de clarificação:

- Quais são as implicações do Processo de Bolonha na evolução do número de diplomados em cada ciclo de estudos (licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento) e em cada um dos subsistemas de ensino (universitário e politécnico, público e privado)?
- Quais são as áreas de formação e os setores de atividade cujos níveis de empregabilidade têm sido mais afetados, positiva e negativamente, pela entrada em vigor dos novos modelos de ciclos de estudos?
- Quais são as consequências, na transição para o mercado de trabalho, resultantes da diminuição da duração dos cursos de 1º ciclo, na generalidade das áreas científicas?
- Qual é o grau de mobilidade entre instituições e áreas científicas nas mudanças de ciclo de estudos?
- Qual é a percentagem de alunos que interrompe a formação superior após conclusão do 1º ciclo para ingressar no mercado de trabalho?
- Quais são as estratégias desenvolvidas pelas universidades e institutos politécnicos para captação de novos estudantes numa perspetiva de formação ao longo da vida?

- Que relação existe entre objetivos de formação teórica e analítica, em cada domínio de formação, e objetivos pragmáticos de inserção no mundo do trabalho?
- Que relação existe entre o enriquecimento de formação ao longo da vida e a melhoria salarial ou progressão na carreira profissional?
- Qual tem sido a capacidade do ensino superior português de contribuir para a fixação de recursos qualificados em Portugal e na Europa, evitando a ocorrência de «fuga de cérebros»?
- Quais são as estratégias desenvolvidas pelas universidades e institutos politécnicos para a promoção da empregabilidade dos seus ciclos de estudos?
- Qual a relevância dada ao empreendedorismo enquanto forma de empregabilidade?
- Que tipo de articulação existe entre associações profissionais/ordens e as instituições de ensino superior para fomentar a empregabilidade e o empreendedorismo?

As respostas a estas e muitas outras questões têm vindo a ser esboçadas e desenvolvidas em diversos estudos dedicados aos problemas da empregabilidade em Portugal. Com efeito, importa destacar a atenção que o assunto mereceu de organismos especificamente criados para o efeito – como foi a criação, em 1998, do entretanto extinto Observatório de Diplomados do Ensino Superior (ODES), cujas atribuições foram reafectadas por serviços e dependências do ministério de tutela do ensino superior – e que produziram diagnósticos e relatórios ainda hoje utilizados de forma recorrente¹. Os próprios serviços e gabinetes internos de muitas universidades e institutos politécnicos têm produzido inquéritos e análises, de maior ou menor folego, recorrendo a dados próprios ou secundários, sobre os percursos profissionais e a inserção na vida ativa dos seus diplomados. E a matéria tem servido para trabalhos académicos e ensaios interpretativos em torno do tema da empregabilidade que, inequivocamente conquistou um lugar de destaque nos domínios da economia, psicologia e sociologia da educação, do trabalho, e das transições para a vida adulta².

Apesar destes esforços, continua a prevalecer forte ruído na opinião pública, sempre mais recetiva a abordagens intuitivas e preconceituosas que não resultam de uma rigorosa análise quantitativa e qualitativa da realidade³. O impacto que algumas teses ou «ideias feitas» exercem sobre a imagem da qualidade e desempenho das

¹ ODES – Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior, *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior: Síntese de Resultados*, Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação (2002).

² Na bibliografia deste relatório apresentamos uma lista de estudos e projetos que, direta ou indiretamente se têm debruçado sobre a temática da empregabilidade em Portugal.

³ A desmontagem de alguns desses preconceitos constitui o objeto de um artigo recente [Chaves, M., Morais, C. e Nunes, J. S., «Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes», *Fórum Sociológico*, N.º 19 (II Série, 2009), pp. 83-98] onde se demonstra a inadequação de algumas interpretações catastrofistas sobre o desajustamento entre as categorias profissionais em que ingressam os diplomados do ensino superior e o nível e conteúdos de formação obtidas.

instituições de ensino superior, desprovidas de suporte documental ou empírico, pode ser injustamente destrutivo de iniciativas que merecem avaliação positiva, assim como pode também dificultar o reconhecimento das mudanças que é necessário introduzir. Por tal razão, julgamos essencial prosseguir os esforços de estudo sistemático deste tema, com vista à formação de um conhecimento aprofundado da situação de empregabilidade dos diplomados do ensino superior em Portugal.

Apesar de o presente estudo não pretender efetuar uma análise comparativa do caso português com outras experiências europeias importa ter em atenção as reflexões e conclusões já fixadas através de alguns estudos e projetos europeus de referência no domínio da empregabilidade e da cooperação entre a universidade (aqui entendida num sentido amplo que inclui, naturalmente o ensino politécnico) e as empresas⁴.

Através desses estudos compreendemos o modo como em diversos países europeus se têm discutido e definido as competências necessárias para entrada bem-sucedida no mercado de trabalho, e como é que essas competências se realizam no ambiente (empresarial) de exercício de uma profissão. Os *surveys* sistematicamente administrados em múltiplos países permitem traçar orientações com vista a uma adaptação progressiva dos sistemas de ensino aos requisitos e objetivos, por vezes apresentados com algum excesso de ousadia e voluntarismo, de se atingir o pleno emprego dos diplomados no ensino superior.

Outra matéria igualmente saliente nestes estudos é a do papel central das instituições de ensino superior na definição de uma agenda de cooperação com as empresas e associações ou ordens profissionais, garantindo formação para a empregabilidade, promovendo espírito empreendedor, transferindo resultados de pesquisa, proporcionando formação ao longo da vida. Ao focarem a necessidade de romper rotinas que tornam ainda pouco operacional e produtivo o diálogo entre a universidade e as empresas, estes estudos enfatizam a importância do ajustamento dos *curricula* às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade em geral, envolvendo os representantes do tecido empresarial circundante na definição e validação de sistemas integrados de competências, orientados para a promoção da empregabilidade e do empreendedorismo dos estudantes e alicerçados no pilar da cooperação entre a universidade e as empresas.

É também indispensável acompanhar o debate que a matéria continua a suscitar junto dos grupos que procedem à monitorização e acompanhamento da aplicação do

⁴ Nomeadamente: o projeto «University – Enterprise cooperation»: <http://www.eu.daad.de/eu/university-enterprise-cooperation/07405.html>; o projeto «DOC-CAREERS»: <http://www.eua.be/eua-work-and-policy-area/research-and-innovation/doctoral-education/doc-careers-ii/>; projeto HEGESCO 2009 *Higher education as a generator of strategic competences*: <http://www.hegesco.org/content/view/36/108/>; e o projeto *Employability and entrepreneurship. Tuning universities and enterprises, 2007*: http://eacea.ec.europa.eu/lfp/project_reports/documents/erasmus/erasmus_2007_progress_reports/emhe/employabilityandentrepreneurshiptuninguniversities&enterprises.pdf.

Processo de Bolonha⁵. A crescente perceção da importância da empregabilidade como objetivo a alcançar no quadro do espaço europeu de ensino superior (cf relatório *Trends V*, 2007, p. 32) parece-nos estar associada ao também crescente reconhecimento da dificuldade em se cumprir o *desideratum* da empregabilidade no final do 1º ciclo de estudos superiores (cf. *Trends 2010*, p. 7). Por conseguinte, uma parte substancial da retórica reformista associada ao Processo de Bolonha parece estar seriamente em risco quando se confrontam os decisores e responsáveis pela sua execução com o apelo direto e insistente ao aprofundamento e revitalização das medidas necessárias à melhoria dos indicadores de empregabilidade, sobretudo no final do 1º ciclo.

Num dos diversos relatórios que produziu entre os anos de 2007 e 2009, o grupo de trabalho sobre empregabilidade constituído no âmbito do *Bologna Follow-up Group* assinalou um conjunto de pontos fulcrais que julgamos essencial ter presente como elemento de reflexão para o caso português⁶. Resumidamente, tais pontos são os seguintes:

- O crescimento de diplomados nas décadas de 1980 e 1990 originou um aumento da oferta no mercado de trabalho nalguns países e em alguns setores da economia
- A empregabilidade dos diplomados ao nível do bacharelato (em Portugal equivalente a licenciatura) é um problema muito especial nalguns países, existindo a perceção generalizada, quer entre os diplomados quer entre os empregadores, de que as qualificações obtidas nem sempre são adequadas para o emprego
- Os empregadores valorizam muito a experiência profissional, pelo que jovens diplomados com essa experiência tendem a ser mais competitivos no mercado de trabalho e na obtenção de emprego
- Os empregadores não consideram que as instituições de ensino superior estejam a fazer tudo o que podem ou que deviam fazer para cuidar da preparação dos seus estudantes para a vida profissional
- Alguns empregadores e algumas instituições de ensino superior têm experiência reduzida de colaboração, especialmente no que se refere a uma redefinição curricular que valorize a questão da empregabilidade

Os ensinamentos colhidos a partir destes *surveys* e relatórios, assim como o conhecimento que entretanto fomos construindo sobre a experiência das instituições de ensino superior em Portugal, permitem circunscrever um conjunto adicional de

⁵Designadamente: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/actionlines/employability.htm>; e especialmente os relatórios da European University Association: *Trends V: Universities shaping the higher education area*. EUA, 2007: (http://www.eua.be/fileadmin/user_upload/files/Publications/Final_Trends_Report_May_10.pdf); e *Trends 2010: a decade of change in European higher education*. EUA, 2010 (<http://www.icde.org/filestore/News/2004-2010/2010/EUA2010.pdf>).

⁶O documento que melhor sintetiza os resultados deste grupo de trabalho é: http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/BolognaSeminars/documents/Luxembourg/Luxembourg_Seminar_Employability_WG_update.pdf

preocupações particularmente relevantes, que se espera possam vir a ser enquadradas e esclarecidas através deste estudo:

- As qualificações obtidas no final do primeiro ciclo serão suficientes para o exercício profissional?
- Dada a importância que muitos empregadores atribuem à experiência de trabalho previamente adquirida, como introduzir tal requisito ao longo das etapas formativas do ensino superior?
- Para que as instituições de ensino superior não deixem de ter em atenção os objetivos essenciais associados à sua missão formadora, e para que, por sua vez, as entidades empregadoras possam recrutar convenientemente os recursos humanos de que necessitam, como estabelecer formas de relacionamento e de parceria que permitam a satisfação simultânea dos respetivos objetivos?
- Qual o papel das agências públicas e associações profissionais para garantir uma efetiva colaboração entre as partes envolvidas na promoção do emprego de diplomados?

Na procura de respostas para estas interrogações seremos naturalmente conduzidos a uma discussão de problemas mais gerais sobre a organização e desempenho das instituições de ensino superior, sobre a eficácia da rede atualmente existente no que se refere à formação e preparação de recursos humanos que entram ou consolidam posições no mercado de trabalho, e ainda sobre as articulações entre as instituições de ensino superior e os agentes empregadores. Neste sentido, um propósito subjacente a este estudo é também o de contribuir para processos de decisão política com inevitáveis repercussões na orgânica institucional da atual rede de ensino superior em Portugal. Por outras palavras, trata-se de compreender em que medida as instituições universitárias e politécnicas portuguesas estão dimensionadas e preparadas para corresponder às necessidades e disponibilidades de emprego, e quais as reformas e reestruturações que é necessário promover para melhorar o seu desempenho neste domínio.

Sabemos que estamos a lidar com uma matéria sobre a qual se tecem imensas conjecturas e especulações, sobre a qual se alimentam expectativas avidamente partilhadas na esfera de debate público. Com efeito, a oportunidade e relevância de discussão deste tema ganhou um inesperado vigor ao longo do período em que este estudo foi feito, tornando-se num incontornável ponto de debate e de opinião. Para tal muito contribuiu o modo como as instituições de ensino superior foram subitamente confrontadas com a obrigatoriedade de considerarem a empregabilidade dos ciclos de estudo na fixação do número de vagas para cada um desses ciclos, com efeitos a partir do ano letivo 2012/2013 (Despacho SEES de 11 de junho de 2012⁷).

A esta circunstância acresce ainda o agravamento da crise económica em Portugal e no mundo, aumentando as dificuldades de acesso ao emprego de jovens diplomados. Estas são, pois, motivações complementares para a realização deste estudo em que se procura saber qual o papel que as instituições de ensino superior

⁷ http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/C1B9A6D8-DA9D-4480-901C812427F76969/6107/Despacho11_06_2012.pdf

atribuem aos gabinetes ou observatórios de acompanhamento dos percursos dos seus diplomados ou, quando tais serviços não estejam disponíveis, qual a sensibilidade que têm sobre a importância desta matéria no quadro das suas rotinas de funcionamento. Finalmente é essencial perceber em que medida os resultados conhecidos sobre empregabilidade de diplomados nos diferentes ciclos de estudos condiciona ou pressiona as instituições a mudanças significativas na estrutura da sua oferta curricular.

À luz destas considerações sobre a motivação e objetivos do presente estudo, e regressando ao ponto de partida da definição do conceito de empregabilidade⁸, podemos de forma sintética fixar as dimensões aqui contempladas quando se analisa o tema da empregabilidade e ensino superior em Portugal:

- *Empregabilidade individual*, ou seja, a potencial capacidade do indivíduo se inserir no mercado de trabalho e de nele se manter (mesmo que em mobilidade de emprego), a qual não depende apenas da reputação e valor da sua formação ou qualificação formal, mas também de outros fatores associados à sua biografia, tais como a detenção de formação não formal e informal, ou de capital social pessoal e familiar, por exemplo;
- *Empregabilidade institucional*, ou seja, a potencial capacidade de uma instituição do ensino superior atrair emprego para os seus estudantes, em função da reputação e do valor da formação que a instituição fornece no mercado de trabalho e das relações de cooperação que mantém com associações profissionais representativas;
- *Empregabilidade contextual*, ou seja, a potencial capacidade de articulação entre ofertas formativas e estruturas produtivas, tendo em atenção as oportunidades ou restrições conjunturais ditadas por fatores externos que condicionam a ação de indivíduos e instituições.

Estas são as três noções de empregabilidade manuseadas e presentes num estudo que se apoia em metodologias de análise quantitativa e qualitativa que serão descritas no capítulo seguinte.

⁸ Recorde-se que o conceito é aqui utilizado num sentido lato, contemplando, não apenas o emprego por conta de outrem, mas também formas de empreendedorismo e autoemprego.

3. ÂMBITO E METODOLOGIA

O trabalho de recolha e análise de dados foi orientado em torno de dois eixos fundamentais, que passaremos a explicar separadamente:

- 1) Eixo de análise empírico-quantitativa;
- 2) Eixo de análise qualitativa.

3.1. ANÁLISE EMPÍRICO-QUANTITATIVA

Esta abordagem permitiu a fixação e sistematização de elementos dispersos de informação sobre o número de diplomados no ensino superior português, ao longo de um período mínimo de 10 anos, e sobre a caracterização das respetivas entradas ou progressões no mercado de trabalho.

Uma das dificuldades que esta avaliação empírico-quantitativa teve que ultrapassar prende-se com a disponibilidade de dados. De facto, embora existam dados dispersos sobre diversas dimensões dos processos que se pretendem avaliar, não existe uma fonte de informação que lhes permita responder de forma cabal e sistemática.

Em termos metodológicos, foi assim privilegiada uma abordagem que procura explorar os contributos que diversas fontes de informação podem providenciar para obter as respostas às questões identificadas. Procurou-se, com estes diferentes olhares permitidos pelas diferentes fontes de informação, construir uma visão tão completa e sistemática quanto possível.

Apresentam-se em seguida algumas das áreas de investigação identificadas e as fontes de informação utilizadas para lhes dar resposta.

3.1.1. Evolução do número de diplomados em cada ciclo de estudos (licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento) e em cada um dos subsistemas de ensino (universitário e politécnico, público e privado)

A caracterização sistemática dos diplomados do ensino superior, nos diversos ciclos, é efetuada com recurso aos dados disponibilizados pela atual Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência (DGEEC/MEC – ex-Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; GPEAR/MCTES) a partir das respostas anuais fornecidas pelas instituições de ensino superior sobre a caracterização do universo dos diplomados.

A informação obtida pela DGEEC/MEC no quadro do Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES), desde 2008, e do programa DIMAS, desde 1997, permite proceder à caracterização do universo de inscritos e diplomados do ensino superior.

O RAIDES tem como unidade estatística de observação o aluno. Desse modo permite, com um elevado grau de detalhe, caracterizar o universo de diplomados e inscritos no ensino superior, efetuando cruzamentos de algumas características individuais com características da instituição e dos graus e cursos frequentados.

3.1.2. Análise dos percursos dos diplomados

Uma das questões que é objeto de avaliação diz respeito à caracterização dos percursos dos diplomados, nomeadamente qual é a proporção de alunos que interrompe a formação superior após conclusão do 1º ciclo para ingressar no mercado de trabalho, quantos arranjam emprego e quantos ficam desempregados, quantos alunos transitam diretamente entre ciclos de ensino, quantos alternam períodos de formação com períodos de inserção no mercado de trabalho, ou ainda outras como, por exemplo, qual o grau de mobilidade entre instituições e áreas científicas nas mudanças de ciclo de estudos.

A análise destas questões exige ou uma fonte de informação longitudinal, que permita acompanhar a trajetória dos diplomados, ou alternativamente, uma fonte de informação em que para além da caracterização da situação das unidades observadas num determinado momento existam perguntas retrospectivas que permitam construir uma trajetória.

Assim, para a análise destas questões foi explorada a informação constante do RAIDES, onde infelizmente, e apesar de a unidade de observação ser o aluno, a inexistência de um identificador universal de alunos não permite avaliar, de forma sistemática, padrões de mobilidade entre ciclos ou entre instituições. De qualquer forma, a informação constante no RAIDES e antecessores é explorada. Em particular algumas questões retrospectivas (instituição, área científica de formação, ano de conclusão nos ciclos anteriores) e outras de caracterização da situação do aluno, constantes dos inquéritos realizados nos ciclos mais elevados são exploradas.

Mas a principal fonte de informação para a caracterização destes percursos são os microdados do Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (IE, INE). Este inquérito, pela forma como é construído, permite a observação das unidades estatísticas ao longo de 6 trimestres consecutivos. Dessa forma, durante esses seis trimestres, é possível observar as transições entre estados (de condição perante o trabalho, áreas de estudo, etc.) pela alteração da situação reportada num conjunto de questões. É assim possível medir a percentagem de indivíduos que transita do 1º ciclo para o mercado laboral ou para outros ciclos de formação. Para os que transitam entre ciclos, as respetivas áreas de estudo.

Alternativamente, o Inquérito ao Emprego tem também um conjunto de questões retrospectivas sobre o momento de conclusão dos estudos, ou grau mais elevado alcançado, que são exploradas para avaliar as transições.

3.1.3. Análise da inserção profissional dos diplomados do ensino superior

Tendo caracterizado as transições dos diplomados do ensino superior, uma outra questão que é objeto de avaliação diz respeito à inserção profissional desses diplomados.

Neste caso o objetivo é identificar e caracterizar os empregos que são ocupados pelos diplomados. Para efetuar esta caracterização são utilizados como fonte de informação fundamental os Quadros de Pessoal do ex-Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS) e os microdados do Inquérito ao Emprego do INE.

A elevada cobertura dos Quadros de Pessoal no que respeita ao emprego por conta de outrem (é virtualmente censitária), permite a sua utilização para identificar que tipos de primeiro emprego são ocupados por diplomados. A definição de primeiro emprego será associada à primeira presença na base. Tendo em conta que os Quadros de Pessoal contemplam informação diversa de caracterização do posto de trabalho e do indivíduo (incluindo áreas de formação), é possível caracterizar esses primeiros empregos em termos de remuneração, setor de atividade, região, tipos de contratação, etc.. A análise procura ainda comparar a inserção dos diplomados com diversos grupos de controlo, como sejam os não diplomados.

Dada a natureza dos Quadros de Pessoal, há uma realidade cuja cobertura é insuficiente, a qual, dada a relevância que tem vindo a assumir enquanto mecanismo de inserção profissional de jovens no mercado de trabalho, parece imprescindível tratar no quadro do presente estudo. Essa realidade é a do trabalho por conta própria, das empresas de colocação de trabalho, ou outras formas de vinculação menos formais, de que os «recibos verdes» são um exemplo.

3.1.4. Avaliação do impacto de qualificações adicionais na situação e carreiras profissionais

Uma questão que foi objeto de análise foi a valorização que o mercado de trabalho faz da obtenção de qualificações académicas adicionais.

Para avaliar esta questão, foram utilizados os Quadros de Pessoal e foram analisadas as progressões na carreira e a mobilidade salarial de todos os trabalhadores que registaram na base alguma alteração das suas qualificações académicas. O universo é constituído por trabalhadores que estando já no mercado de trabalho obtêm qualificações académicas adicionais, sendo a evolução da sua situação comparada com a de grupos de controlo.

3.1.5. Identificação e caracterização dos diplomados do ensino superior em situação de desemprego

Tendo em conta as dinâmicas recentes observadas no mercado de trabalho, uma outra dimensão que foi objeto de análise neste estudo diz respeito à caracterização do universo de diplomados que se encontra na situação de desemprego. Assim, procedeu-se à caracterização da evolução do fenómeno com base na informação do Inquérito ao Emprego do INE.

Com recurso à informação sobre os desempregados inscritos nos centros de emprego, foi efetuada uma análise das suas características, duração do desemprego e, com particular detalhe, as áreas e instituições de formação, tendo em conta a disponibilidade de informação sobre essas variáveis nos registos do Instituto de Formação e Formação Profissional (IEFP).

3.1.6. Caracterização das dinâmicas de «fuga de cérebros» e de migrações de diplomados do ensino superior

Uma última dimensão quantitativa que foi avaliada diz respeito aos movimentos de emigração de diplomados. Como fonte para avaliação desta questão foi utilizada a informação do Inquérito ao Emprego do INE, tendo sido avaliada a incidência do mesmo nas diferentes etapas de formação, especialmente ao nível do 3º ciclo.

3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

Através desta componente de análise pretendeu-se obter um conhecimento mais aprofundado e vivido sobre o modo como algumas instituições de ensino superior estruturam as suas atividades, na perspetiva da valorização e promoção da empregabilidade dos seus cursos, e por outro lado a forma como os empregadores, representados através de associações e ordens profissionais, avaliam e cooperam com essas atividades.

Num primeiro momento, iniciámos a preparação de um inquérito por questionário semiaberto, a ser lançado *online* a nível nacional, aos responsáveis das instituições de ensino superior, incluindo coordenadores dos gabinetes de inserção profissional e observatórios da empregabilidade das universidades, no sentido de conhecer as *práticas* que desenvolvem e as *perceções* que as informam acerca de dois temas fundamentais: a) formação dos seus alunos, tendo em vista a sua inserção no mercado de trabalho; e b) estratégias e instrumentos que desenvolvem para promover a empregabilidade e a transição para o mercado de trabalho dos seus formandos. Porém, a constatação de existência de outros estudos baseados em idêntica metodologia de inquérito⁹, assim como o escasso tempo disponível para uma operação de inquérito deste tipo, levaram-nos a optar pelo desenvolvimento de uma metodologia de análise ainda pouco praticada mas que julgamos particularmente adaptada aos objetivos do presente estudo: uma etnografia virtual que consiste na análise dos *websites* das instituições de ensino superior, com um foco centrado no tema da empregabilidade e do empreendedorismo.

Devido ao caráter menos usual desta abordagem metodológica, julgamos imprescindível proceder a um breve enquadramento das suas potencialidades heurísticas.

3.2.1. Etnografia virtual: fundamentos, potencialidades e limites

Recentemente, o espaço das instituições de ensino superior em Portugal virtualizou-se e, com ele, a relação que mantém com o seu atual e potencial público estudantil. Nesse processo, muita da vida dessas instituições passou a fazer-se *online*. Não só todas as universidades, institutos politécnicos e respetivas unidades

⁹ Designadamente inquéritos realizados por universidades públicas e privadas, citados na bibliografia final deste estudo.

orgânicas passaram a ter uma representação no ciberespaço, como muitos dos atos que mediavam as relações entre essas instituições e os seus estudantes passaram a fazer-se nesse território, desde as meras inscrições e matrículas anuais, até à própria interação pedagógica, atualmente muito presente em plataformas cibernéticas como a *e-learning* ou a *moodle*, por exemplo.

Num contexto de competitividade pela atração de mais e melhores públicos estudantis, o território *online* passou também a ser um território privilegiado de apresentação e promoção institucional de si junto dos mais jovens, dando conta não apenas das suas mais-valias curriculares e lúdicas relativas ao tempo da obtenção de um curso superior, mas também das suas mais-valias após a conclusão do curso, em termos do suposto valor social dos diplomas na integração no mercado de trabalho dos seus recém-diplomados. As saídas profissionais dos seus cursos, testemunhos e depoimentos dos seus ex-alunos sobre os seus percursos profissionais, oportunidades de trabalho e emprego, de formação e de experiência profissional, indicadores de empregabilidade dos seus cursos, são informações, entre muitas outras, que passaram a constar no espaço virtual de cada universidade, instituto politécnico, escola e instituto, em maior ou menor detalhe, com maior ou menor visibilidade.

O espaço virtual das instituições de ensino superior tornou-se assim num imenso filão de informação facilmente disponível e captável sobre a temática que neste trabalho nos interessa. Depois de uma breve incursão exploratória pelos meandros da topografia cibernética de algumas universidades, escolas e institutos de ensino superior portugueses, cedo se percebeu a riqueza heurística desse material e se decidiu fazer um levantamento sistemático sobre os conteúdos *online* relativos à temática da empregabilidade nos *websites*¹⁰ de todas as instituições de ensino superior portuguesas¹¹.

Para tal, seguiram-se alguns protocolos metodológicos do que tem vindo a ser chamado de *etnografia virtual*, ou de *netnografia*, uma metodologia que tem ganho escala e legitimidade científica na última década, na medida da própria disseminação social da comunicação cibernética. A internet constitui, hoje em dia, uma extensa e praticamente infinita base de dados a ser explorada, operando como meio de comunicação tanto para indivíduos como instituições, no setor público ou privado, sob as mais diferentes formas, mais estáticas ou interativas, face-a-face, visuais e/ou escritas, com os mais diversificados fins.

Neste contexto, nos anos mais recentes, muitos estudos têm vindo a ser realizados com foco nas implicações económicas, sociais, políticas e éticas da comunicação virtual, mas também utilizando os meios que os recursos virtuais disponibilizam enquanto recursos técnico-metodológicos¹². Pesquisas qualitativas e

¹⁰ Considerando o *website* como um conjunto de páginas de internet que apresenta as instituições de ensino superior e/ou as suas unidades orgânicas.

¹¹ Com exceção das instituições de ensino militar, onde as questões da empregabilidade não se colocam da mesma forma que na maioria das instituições de ensino superior.

¹² Entre muitas outras, vejam-se referências como: Jones, S. (ed.) (1999), *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, London: Sage; Mann, C. & Stewart, F. (2000), *Internet Communication and Qualitative Research: A Handbook for Researching Online*, London: Sage; Hine, C. (2001), *Virtual Ethnography*, London: Sage; Hewson, C. (2004), *Internet research method: a practical guide for the social and behavioral sciences*, London: Sage; Hine, C. (ed.) (2005),

quantitativas têm sido conduzidas com base em dados provenientes de esferas virtuais como *chats*, fóruns, comunidades virtuais, *websites*, utilizando técnicas de análise de conteúdo, entrevistas *online*, observação participante ou não, etc..

No caso concreto do nosso estudo, esta metodologia permitiu-nos fazer uma análise quantitativa dos conteúdos *online*, obtendo assim informações objetivas sobre a temática da empregabilidade no âmbito de *todas* as instituições de ensino superior¹³. Com esta opção substituímos, com alguma vantagem, a realização de um inquérito convencional, com pedidos de informação da mesma natureza, evitando assim as elevadas taxas de mortalidade das respostas que habitualmente se obtêm com a aplicação deste tipo de instrumentos mais tradicionais.

A utilização desta metodologia permitiu-nos, também, medir o valor simbólico que a temática da empregabilidade obtém no âmbito da comunicação estabelecida entre cada instituição do ensino superior e os seus públicos estudantis, atuais e potenciais. O *website* é uma espécie de «cartão de visita» das instituições e, como tal, as atividades que as instituições promovem estão ali representadas com graus diferenciados de visibilidade dentro do sítio, consoante o próprio valor que cada instituição lhes atribui na construção de uma imagem pública positiva. Daí, por exemplo, termos dado particular atenção aos conteúdos relacionados com a empregabilidade dos cursos e estudantes na página de abertura do *website* de cada instituição. Uma vez que o espaço disponível para informação constante de uma página internet, nomeadamente da página de abertura da instituição, é fortemente limitado e condicionado, o protagonismo que é dado a questões relacionadas com a empregabilidade dos seus alunos e cursos pode, pois, ser interpretado como uma *proxy* da importância desta temática para a instituição.

Sendo as potencialidades das fontes e recursos cibernéticos muito ricos, a complexidade do seu uso também não é isento de dificuldades e limites. Os dados que o terreno virtual fornece são de monitorização sistemática difícil e pouco estável, dado o constante movimento dos *websites*, que podem mudar a qualquer momento, com sucessivas atualizações, quer de estilo e *web design*, quer de conteúdo. No caso concreto do nosso estudo, existem instituições que não procedem a uma atualização regular das suas páginas, isto é, não dão conta, em tempo útil, dos recursos e realidades que as caracterizam ou as atividades que tencionam desenvolver num futuro próximo. Por outro lado, devemos também contar com o facto de, certamente, existirem instituições que sobrevalorizam a informação que colocam *online* para além dos limites da sua própria realidade, tratando essa informação como instrumento de uma estratégia de *marketing*. Ou seja, instituições que no seu espaço virtual dizem fazer mais do que realmente fazem, referem ter mais recursos do que realmente têm, ou dão imagens de si mais ou menos distantes da sua própria realidade.

Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet, New York: Berg; Markham, A. & Baym, N. (eds.) (2009), *Internet Inquiry. Conversations about method*, London: Sage; Murthy, D. (2008), «Digital Ethnography: An Examination of the Use of New Technologies for Social Research», *Sociology*, v. 42, no. 5, pp. 837-855.

¹³ Com exceção das instituições de ensino militar, como referido em nota anterior.

As razões que explicam estas insuficiências podem ser múltiplas, e podem até decorrer da simples circunstância de a gestão do *website* ser feita por terceiros. No entanto, não podem deixar de ser interpretadas como um indicador do investimento feito e na relevância atribuída à temática da empregabilidade dos seus cursos e diplomados pelas instituições de ensino superior na sua estratégia de comunicação pública. Este conjunto de indicadores contabilizados virtualmente não deverá, contudo, ser considerado isoladamente. Os limites da exploração de dados *online* podem ser compensados com a respetiva triangulação integrada com outras fontes e técnicas «*offline*». Daí a importância de não ser a única fonte de informação, na medida em que apenas dá uma visão parcial e limitada da realidade em análise.

3.2.2. Entrevistas a responsáveis de instituições do ensino superior

A fim de se aprofundarem e testarem os resultados obtidos através da etnografia virtual procedemos à realização de entrevistas em quatro instituições que ilustram bem os problemas sentidos em cada subsetor do ensino superior (universidades públicas e privadas; e institutos politécnicos públicos e privados). Nas entrevistas participaram responsáveis dos órgãos de gestão, professores com responsabilidade na organização da estrutura curricular, pessoal técnico afeto aos gabinetes de apoio à empregabilidade, membros das associações de estudantes e antigos alunos. Através destas entrevistas procurámos obter informação adicional sobre as matérias seguintes (Anexo 2):

- Perfis e escolhas dos alunos (que cursos procuram, que tipo de trajetórias sociais e escolares, com que tipo de expectativas e motivações)
- Caracterização da oferta de emprego potencial para os diferentes ciclos de estudo de cada instituição
- Articulação entre os ciclos de estudo que as instituições oferecem (estruturas curriculares; processos de aprendizagem utilizados; competências-chave oferecidas) e os potenciais mercados de trabalho
- Estratégias e instrumentos que desenvolvem para captar alunos para as respetivas instituições
- Estratégias e instrumentos que desenvolvem para conhecer, compreender, medir e avaliar a empregabilidade dos seus formandos, bem como de acompanhar as suas diferentes trajetórias de inserção laboral
- Modalidades de participação e de intervenção dos diversos agentes (estudantes, empregadores, associações locais) na estruturação da oferta formativa da instituição
- Mudanças recentes que tem havido a nível da articulação da oferta formativa com as dimensões de análise enunciadas (formandos, tecido empregador, políticas de inserção e de avaliação)

3.3.3. Questionário aberto às ordens e associações profissionais

Dada a importância da figura dos empregadores para uma reflexão consistente sobre o problema da empregabilidade, completámos a análise qualitativa deste

estudo com a realização de um breve questionário aberto com resposta escrita (Anexo 3), visando colher a opinião dos responsáveis das ordens e associações profissionais (O&AP) sobre a oferta de ensino superior em Portugal, seus méritos e limitações, sobre o modo como avaliam o impacto do Processo de Bolonha, e sobre a adequação global do sistema de ensino universitário e politécnico às necessidades de qualificação académica e técnica existentes no país.

4. UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DIPLOMADOS E CARACTERIZAÇÃO DA ENTRADA E PROGRESSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo pretende sistematizar informação proveniente de várias fontes, tendo em vista obter uma perceção mais global de como tem evoluído o número de diplomados e caracterizar a respetiva entrada e progressão no mercado de trabalho. Neste sentido, procura responder-se a seis questões fundamentais:

- Evolução do número de diplomados em cada ciclo de estudos (licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento) e em cada um dos subsistemas de ensino (universitário e politécnico, público e privado)
- Análise dos percursos dos diplomados
- Análise da inserção profissional dos diplomados do ensino superior
- Avaliação do impacto de qualificações adicionais na situação e carreiras profissionais
- Identificação e caracterização dos diplomados do ensino superior em situação de desemprego
- Caracterização das dinâmicas de «fuga de cérebros» e de migrações de diplomados do ensino superior

Os pontos seguintes tratam cada uma destas questões.

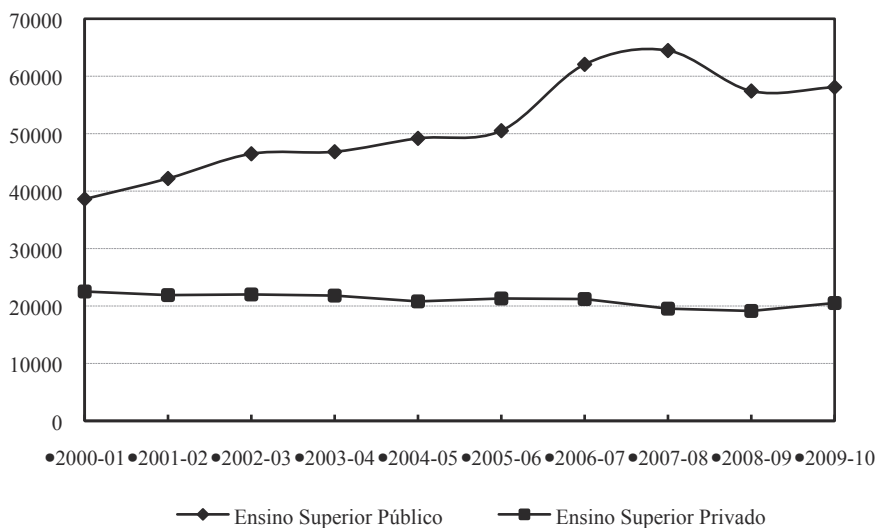
4.1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DIPLOMADOS EM CADA CICLO DE ESTUDOS E SUBSISTEMA DE ENSINO

Uma caracterização breve do universo dos diplomados nos últimos 10 anos, efetuada com base nos dados da DGEEC/MEC¹⁴, permite realçar os seguintes pontos fundamentais (ver gráficos seguintes):

- Crescimento do número de diplomados no ensino superior público e uma estabilização dos diplomados no ensino superior privado
- Predominância dos diplomados do género feminino embora com redução ligeira do seu peso nos anos mais recentes
- Perda de peso dos diplomados na área da educação e reforço das áreas da engenharia, indústrias transformadoras e construção e saúde e proteção social
- Reforço do peso dos licenciados entre os diplomados e, nos anos mais recentes, dos «mestres de Bolonha»

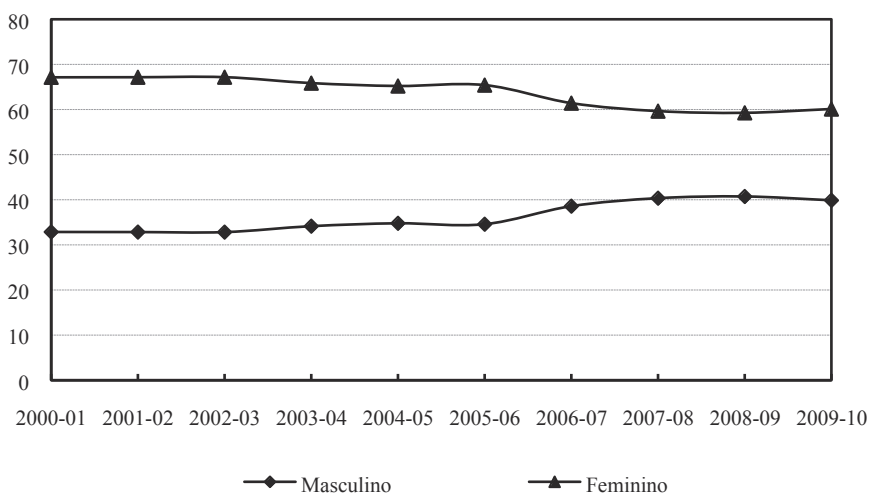
¹⁴ Ver vários relatórios DGEEC/MEC em <http://www.gpeari.mctes.pt/es>.

Gráfico 4-1: Diplomados do ensino superior, por subsistema de ensino (2000/01-2009/10)



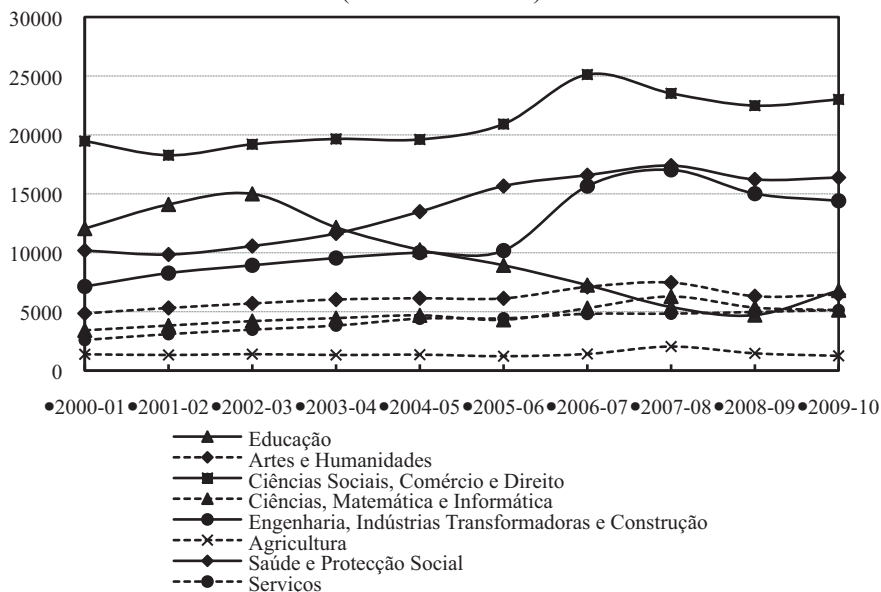
Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 4-2: Diplomados do ensino superior, por género (2000/01-2009/10)



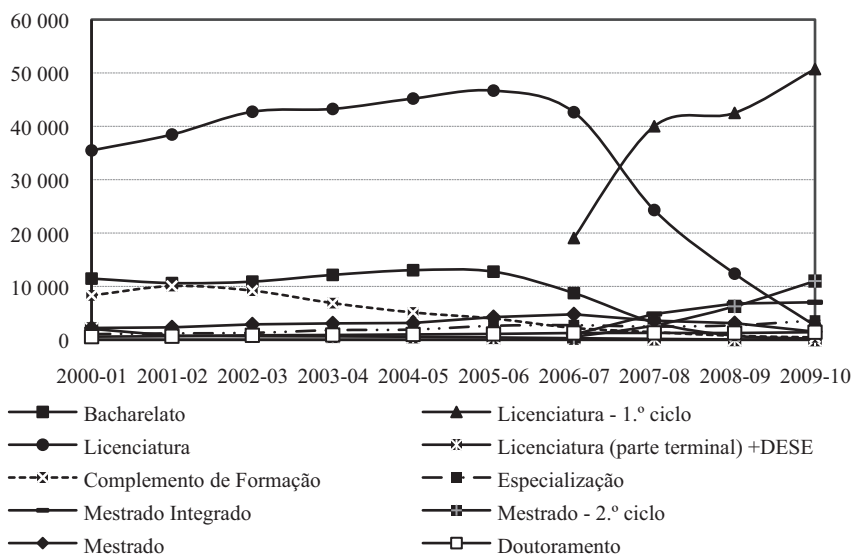
Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 4-3: Diplomados do ensino superior, por área de educação e formação (2000/01-2009/10)



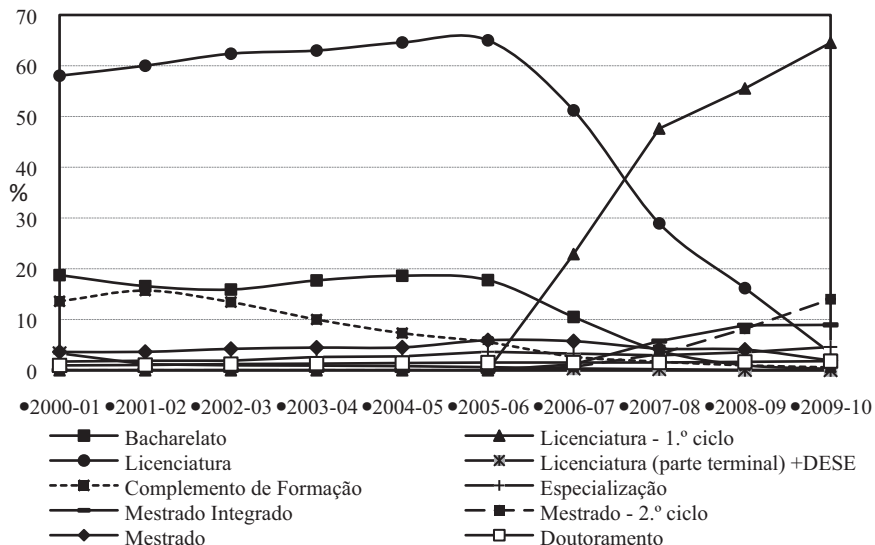
Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 4-4: Diplomados do ensino superior, por grau (2000/01-2009/10)



Fonte: DGEEC/MEC

Gráfico 4-5: Diplomados do ensino superior, por grau, em % do total (2000/01-2009/10)



Fonte: DGEEC/MEC

4.2. ANÁLISE DOS PERCURSOS DOS DIPLOMADOS

Como referido anteriormente, e tendo em conta as preocupações de promoção da mobilidade subjacentes ao Processo de Bolonha, outra das questões que foi objeto de avaliação diz respeito à caracterização dos percursos dos diplomados, nomeadamente: qual a proporção de alunos que interrompe a formação superior após conclusão do 1º ciclo para ingressar no mercado de trabalho, quantos alunos transitam diretamente entre ciclos de ensino, quantos alternam períodos de formação com períodos de inserção no mercado de trabalho, ou ainda outras como, por exemplo, qual o grau de mobilidade entre instituições e áreas científicas nas mudanças de ciclo de estudos.

Com este objetivo procurou utilizar-se a informação constante do RAIDIS relativamente à instituição e grau anterior bem como ao ano de conclusão desse grau para os inscritos no 2º ciclo e no 3º ciclo, para avaliar padrões de mobilidade. Apesar de infelizmente muitas instituições não registarem a informação relativa a esse grau anterior no sistema de informação, os dados preenchidos podem ser vistos como uma amostra do universo¹⁵.

¹⁵ Na análise detalhada efetuada parece existir um padrão em que as instituições que preenchem essa informação o fazem para todos os seus alunos e as que não o fazem, não o fazem para todos os alunos, sugerindo que as conclusões serão válidas se as instituições que preenchem forem representativas, não existindo enviesamento associado ao preenchimento de um determinado tipo de aluno.

Uma outra limitação da base de dados na sua forma atual prende-se com diferentes níveis de organização das instituições e o seu reflexo no sistema de informação. De facto há instituições organizadas em escolas em que cada escola tem um código DGEEC/MEC (ex-GPEAR/MCTES) que permite medir a mobilidade entre escolas dentro da mesma instituição, outras há em que os vários departamentos não têm identidade individualizada no sistema de codificação, pelo que não é possível avaliar a mobilidade entre departamentos dessas instituições.

A análise dos percursos dos diplomados, realizada com recurso ao sistema de informação RAIDES da DGEEC/MEC, cobre assim um universo composto por mais de 18 mil doutorandos e de 136 mil mestrados. O registo de informação na base de dados apresenta, ainda, um considerável nível de «omissões» de informação, impossibilitando determinar o grau anterior em 59%, no caso dos inscritos em mestrado, e em 60%, no caso dos alunos inscritos em doutoramento.

Quadro 4-1: Número de inscritos em mestrado e doutoramento no ano letivo de 2010/11

	N.º
Doutoramento – total	18 293
Doutoramento	3 633
Doutoramento – 3.º ciclo	14 660
Mestrado – total	136 609
Mestrado	533
Mestrado – 2.º ciclo	73 142
Mestrado Integrado	62 934

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Quadro 4-2: Grau anterior dos inscritos em mestrado no ano letivo de 2010/11

	N.º	%
Ignorado	81 410	59,6
Bacharelato	919	0,7
Curso de Especialização Tecnológica	224	0,2
Doutoramento	77	0,1
Ensino Secundário	20 043	14,7
Licenciatura	32 030	23,4
Mestrado	635	0,5
Outro grau	1 271	0,9
Total	136 609	100,0

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Quadro 4-3: Grau anterior dos inscritos em doutoramento no ano letivo de 2010/11

	N.º	%
Ignorado	11 010	60,2
Bacharelato	21	0,1
Curso de Especialização Tecnológica	85	0,5
Doutoramento	16	0,1
Ensino Secundário	64	0,3
Licenciatura	2 660	14,5
Mestrado	4 185	22,9
Outro grau	252	1,4
Total	18 293	100,0

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

A análise da trajetória anterior dos inscritos em 2010/11 em mestrado e doutoramento permite observar um desfazamento temporal entre a obtenção do grau anterior e a inscrição no mestrado, claramente inferior ao registado para os alunos inscritos em doutoramento (no caso dos mestrados 73,3% obtiveram o grau anterior nos últimos 5 anos e 60,1%, nos últimos 3 anos e, no caso dos doutoramentos, apenas 37% obtiveram o grau anterior nos últimos 5 anos e 27,3% obtiveram o grau há mais de 10 anos).

Quadro 4-4: Ano de conclusão do grau anterior dos inscritos em mestrado no ano letivo de 2010/11

	N.º	%	% válida
Ignorado	122 406	89,6	0,0
Mais de 15 anos	743	0,5	5,2
Entre 15 e 10 anos	799	0,6	5,6
Entre 10 e 5 anos	2 241	1,6	15,8
Entre 5 e 3 anos	1 878	1,4	13,2
Últimos 3 anos	8 542	6,3	60,1
Total	136 609	100,0	100,0

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Quadro 4-5: Ano de conclusão do grau anterior dos inscritos em doutoramento no ano letivo de 2010/11

	N.º	%	% válida
Ignorado	17 026	94,1	0,0
Mais de 15 anos	125	0,7	11,5
Entre 15 e 10 anos	172	0,9	15,8
Entre 10 e 5 anos	388	2,1	35,7
Últimos 5 anos	402	2,2	37,0
Total	18 293	100,0	100,0

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Os alunos de mestrado e doutoramento inscrevem-se, maioritariamente, em cursos da mesma área de especialização (65% dos inscritos em mestrado e 61% em doutoramento). Por áreas de especialização verifica-se, no entanto, comportamentos diferenciados, observando-se, por exemplo, que 59% dos alunos inscritos em mestrados provenientes das áreas de matemática e informática alteram a sua área de especialização. Nos alunos inscritos em doutoramento, verifica-se que 50% dos alunos com grau anterior na área de engenharia optam por realizar doutoramentos nas áreas das ciências sociais e do direito.

Quadro 4-6: Número de inscritos por áreas de mestrado no ano letivo de 2010/11, segundo as áreas do grau anterior

		Área de Mestrado								Total
		Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços	
Área grau anterior	Educação	638	38	53	29	2	7	48	24	839
	Artes e Humanidades	96	576	168	6	5	1	6	8	866
	Ciências Sociais, Comércio e Direito	110	64	1 338	111	11	2	57	70	1 763
	Ciências, Matemática e Informática	108	9	48	168	28	6	37	6	410
	Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	12	8	158	103	432	4	7	26	750
	Agricultura	1	3	3	9	27	104	22	6	175
	Saúde e Proteção Social	32	16	74	35	7	3	857	30	1 054
	Serviços	59	7	29	8	12	2	7	205	329
	Total	1 056	721	1 871	469	524	129	1 041	375	6 186

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Aproximadamente metade dos alunos inscritos em mestrado e doutoramento optam por prosseguir os estudos nos mesmos estabelecimentos em que obtiveram o grau anterior (51% dos inscritos em mestrado e 46% dos inscritos em doutoramento). Estes valores, que mais uma vez devem ser analisados com cautelas dado o elevado número de omissões, revelam uma fraca mobilidade, o que contraria um pouco as expectativas associadas ao Processo de Bolonha. É verdade que muito provavelmente as permanências no caso dos doutoramentos deverão estar sobreavaliadas pois no sistema de informação só temos os inscritos em doutoramento nas universidades nacionais e por isso há uma dimensão de mobilidade que não é captada por estes dados, que é a mobilidade para universidades estrangeiras, sendo essa mobilidade mais relevante no caso do doutoramento.

Quadro 4-7: Número de inscritos por áreas de doutoramento no ano letivo de 2010/11, segundo as áreas do grau anterior

	Área de Doutoramento								
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços	Total
Educação	68	8	1	9	0	0	1	1	88
Artes e Humanidades	13	218	9	4	2	0	0	3	249
Ciências Sociais, Comércio e Direito	25	16	168	14	1	0	8	4	236
Ciências, Matemática e Informática	4	2	8	154	5	0	61	1	235
Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	0	5	86	14	53	0	3	1	162
Agricultura	0	0	0	4	0	3	2	1	10
Saúde e Proteção Social	1	25	2	7	0	0	139	0	174
Serviços	0	2	4	8	0	0	4	14	32
Total	111	276	278	214	61	3	218	25	1 186

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Quadro 4-8: Número de inscritos em mestrado no ano letivo de 2010/11, segundo o estabelecimento de ensino do grau anterior.

	N.º	%	% dos conhecidos
Informação sobre estabelecimento grau anterior ignorada	130 821	95,8	0,0
Frequenta grau em estabelecimento diferente daquele onde obteve o grau anterior	2 830	2,1	48,9
Frequenta grau no mesmo estabelecimento em que obteve o grau anterior	2 958	2,2	51,1
Total	136 609	100,0	100,0

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

Quadro 4-9: Número de inscritos em doutoramento no ano letivo de 2010/11, segundo o estabelecimento de ensino do grau anterior.

	N.º	%	% dos conhecidos
Informação sobre estabelecimento grau anterior ignorada	17 534	95,9	0,0
Frequente grau em estabelecimento diferente daquele onde obteve o grau anterior	410	2,2	54,0
Frequente grau no mesmo estabelecimento em que obteve o grau anterior	349	1,9	46,0
Total	18 293	100,0	100,0

Fonte: RAIDES, DGEEC/MEC

A análise efetuada permitiu assim detetar níveis reduzidos de mobilidade. O elevado nível de omissões em termos de informação na base exige que se tenha alguma cautela na interpretação destes resultados. Por outro lado, seria muito importante que a informação relativa ao grau interior dos inscritos em cursos de ensino superior fosse objeto de preenchimento obrigatório no sistema de informação para permitir uma melhor análise desta questão.

4.3. ANÁLISE DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

Nesta secção pretende-se caracterizar o primeiro emprego dos diplomados considerando como grupo de controlo os não diplomados. Num primeiro momento são analisadas as características desse emprego, centrando-se depois a análise na remuneração do mesmo.

4.3.1. Características do primeiro emprego dos diplomados do ensino superior

O peso dos diplomados no grupo de indivíduos que entra pela primeira vez no mercado de trabalho registou um aumento sistemático ao longo do período 2002-2009, representando em 2009 aproximadamente 24% do total. Os diplomados com mestrado e doutoramento têm reforçado o seu peso no grupo dos indivíduos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho (7,5% dos diplomados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho em 2009 possuem mestrado ou doutoramento). Este resultado sinaliza um acréscimo dos indivíduos que fazem um percurso académico contínuo, sem intercalar presenças no mercado de trabalho, o que contraria o espírito e propósitos do Processo de Bolonha.

Quadro 4-10: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo as habilitações escolares (2002-2009)

Ano	Habilitação de entrada				Total	
	Ensino superior		Sem ensino superior		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
2002	39 776	14,4	237 380	85,6	277 156	100,0
2003	21 121	13,4	136 288	86,6	157 409	100,0
2004	23 771	15,1	134 138	84,9	157 909	100,0
2005	35 054	17,6	164 209	82,4	199 263	100,0
2006	30 336	20,9	114 855	79,1	145 191	100,0
2007	30 285	21,0	114 055	79,0	144 340	100,0
2008	33 940	23,5	110 498	76,5	144 438	100,0
2009	25 354	23,9	80 705	76,1	106 059	100,0
Total	239 637	18,0	1 092 128	82,0	1 331 765	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-11: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o grau académico (2002-2009)¹⁶

Ano	Tipo de ensino superior								Total	
	Bacharelato		≥Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
2002	9 028	22,7	30 748	77,3					39 776	100,0
2003	4 570	21,6	16 551	78,4					21 121	100,0
2004	4 868	20,5	18 903	79,5					23 771	100,0
2005	6 110	17,4	28 944	82,6					35 054	100,0
2006	4 668	15,4	24 574	81,0	857	2,8	237	0,8	30 336	100,0
2007	3 451	11,4	25 463	84,1	1 138	3,8	233	0,8	30 285	100,0
2008	2 799	8,2	29 195	86,0	1 469	4,3	477	1,4	33 940	100,0
2009	1 820	7,2	21 626	85,3	1 506	5,9	402	1,6	25 354	100,0
Total	37 314	15,6	196 004	81,8	4 970	2,1	1 349	0,6	239 637	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Ao longo da década em observação verifica-se uma alteração significativa das áreas de formação dos indivíduos diplomados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho. Apesar de ainda representar cerca de 23% do total de diplomados entrados pela primeira vez no mercado de trabalho em 2009 (Gráfico 4-6), na área das ciências sociais e direito verifica-se, ao longo da década, uma tendência acentuada de decréscimo (em 2002 representava cerca de 34% do total). Pelo contrário, a área da saúde e proteção social apresenta um acréscimo gradual ao longo do período, representando em 2009 cerca de 17% do total dos diplomados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho.

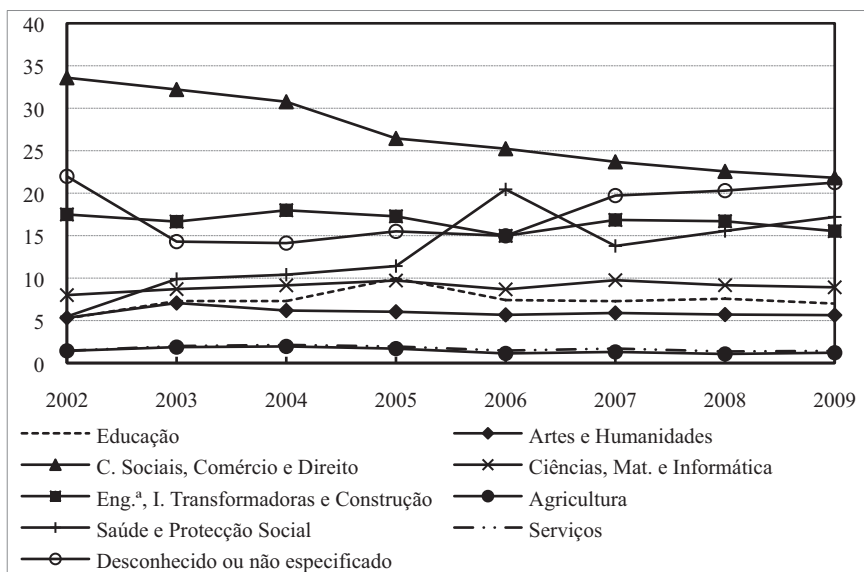
¹⁶ Até 2005 a categoria «pelo menos licenciatura» inclui mestres e doutores, pois essas categorias não estavam discriminadas.

Quadro 4-12: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, por áreas de educação e formação (2002-2009)

Áreas de educação e formação	Tipo de ensino superior								Total	
	Bacharelato		≥Licenciat.		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Educação	2 326	6,2	15 027	7,7	240	4,8	62	4,6	17 655	7,4
Artes e Humanidades	1 751	4,7	12 013	6,1	245	4,9	63	4,7	14 072	5,9
Ciências Sociais, Comércio e Direito	8 962	24,0	54 555	27,8	1 057	21,3	193	14,3	64 767	27,0
Ciências, Matemática e Informática	2 849	7,6	17 943	9,2	515	10,4	253	18,8	21 560	9,0
Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	8 111	21,7	30 399	15,5	1 319	26,5	229	17,0	40 058	16,7
Agricultura, Saúde e Protecção Social	819	2,2	2 513	1,3	74	1,5	31	2,3	3 437	1,4
Serviços	4 711	12,6	25 487	13,0	437	8,8	127	9,4	30 762	12,8
Desconhecido/ não especificado	1 079	2,9	2 800	1,4	84	1,7	14	1,0	3 977	1,7
Total	6 706	18,0	35 267	18,0	999	20,1	377	27,9	43 349	18,1
Total	37 314	100,0	196004	100,0	4 970	100,0	1 349	100,0	239637	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Gráfico 4-6: Indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior (2002-2009), por áreas de educação e formação (em % do total)



Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-13: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo as áreas de educação e formação (2002-2009)

Áreas de educação e formação	Tipo ensino superior								Total	
	Bacharelato		Pelo menos licenciatura		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Formação Professores e Ciências da Educação	2 326	6,2	15 027	7,7	240	4,8	62	4,6	17 655	7,4
Artes	928	2,5	4 191	2,1	120	2,4	23	1,7	5 262	2,2
Humanidades	823	2,2	7 822	4,0	125	2,5	40	3,0	8 810	3,7
Ciências Sociais e do Comportamento	1 444	3,9	19 560	10,0	341	6,9	60	4,4	21 405	8,9
Informação e Jornalismo	576	1,5	3 910	2,0	82	1,6	23	1,7	4 591	1,9
Ciências Empresariais	6 506	17,4	26 915	13,7	552	11,1	79	5,9	34 052	14,2
Direito	436	1,2	4 170	2,1	82	1,6	31	2,3	4 719	2,0
Ciências da Vida	470	1,3	3 924	2,0	115	2,3	126	9,3	4 635	1,9
Ciências Físicas	338	0,9	3 163	1,6	80	1,6	93	6,9	3 674	1,5
Matemática e Estatística	347	0,9	3 520	1,8	66	1,3	21	1,6	3 954	1,6
Informática	1 694	4,5	7 336	3,7	254	5,1	13	1,0	9 297	3,9
Engenharia e Técnicas afins	6 805	18,2	23 405	11,9	1 065	21,4	180	13,3	31 455	13,1
Indústrias Transformadoras	190	0,5	689	0,4	10	0,2	4	0,3	893	0,4
Arquitetura e Construção	1 116	3,0	6 305	3,2	244	4,9	45	3,3	7 710	3,2
Agricultura, Silvicultura e Pesca	745	2,0	1 643	0,8	41	0,8	7	0,5	2 436	1,0
Ciências Veterinárias	74	0,2	870	0,4	33	0,7	24	1,8	1 001	0,4
Saúde	4 135	11,1	21 461	10,9	338	6,8	113	8,4	26 047	10,9
Serviços Sociais	576	1,5	4 026	2,1	99	2,0	14	1,0	4 715	2,0
Serviços Pessoais	825	2,2	1 555	0,8	36	0,7	8	0,6	2 424	1,0
Serviços de Transporte	71	0,2	95	0,0	4	0,1			170	0,1
Proteção do Ambiente	156	0,4	1 037	0,5	33	0,7	4	0,3	1 230	0,5
Serviços de Segurança	27	0,1	113	0,1	11	0,2	2	0,1	153	0,1
Desconhecido ou não especificado	6 706	18,0	35 267	18,0	999	20,1	377	27,9	43 349	18,1
Total	37 314	100,0	196004	100,0	4 970	100,0	1 349	100,0	239637	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto possuem um peso determinante na absorção do emprego de maior qualificação académica (representam 38,6% do total de indivíduos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho e 50,2% do subgrupo dos diplomados com o ensino superior). A relevância das áreas metropolitanas é ainda mais acentuada se considerarmos apenas os diplomados com o grau de doutor (representam 55,4% do total deste subgrupo).

Pelo contrário, nas regiões NUTS III, do Norte Litoral (Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga) verifica-se um peso relativo mais relevante dos indivíduos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho sem habilitações superiores.

De qualquer forma é relevante destacar que o peso das áreas metropolitanas nos novos entrantes com diploma do ensino superior é inferior ao registado para o *stock* de diplomados do ensino superior, o que sinaliza um processo de gradual expansão da presença de diplomados fora das áreas metropolitanas.

Quadro 4-14: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo a região e as habilitações escolares (2002-2009)¹⁷

Região	Habilitações entrada				Total	
	Ensino superior		Sem ensino superior		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
Ignorado	27	0,0	69	0,0	96	0,0
Minho Lima	3 642	1,5	22 303	2,0	25 945	1,9
Cávado	7 839	3,3	44 838	4,1	52 677	4,0
Ave	8 216	3,4	54 714	5,0	62 930	4,7
Grande Porto	35 735	14,9	129 613	11,9	165 348	12,4
Tâmega	6 527	2,7	58 138	5,3	64 665	4,9
Entre Douro e Vouga	4 778	2,0	27 483	2,5	32 261	2,4
Douro	3 389	1,4	17 900	1,6	21 289	1,6
Alto Trás-os-Montes	2 899	1,2	13 900	1,3	16 799	1,3
Baixo Vouga	9 116	3,8	39 092	3,6	48 208	3,6
Baixo Mondego	8 622	3,6	29 408	2,7	38 030	2,9
Pinhal Litoral	6 240	2,6	30 202	2,8	36 442	2,7
Pinhal Interior Norte	1 501	0,6	9 457	0,9	10 958	0,8
Dão Lafões	5 898	2,5	26 491	2,4	32 389	2,4
Pinhal Interior Sul	361	0,2	2 703	0,2	3 064	0,2
Serra da Estrela	529	0,2	2 843	0,3	3 372	0,3
Beira Interior Norte	1 867	0,8	7 195	0,7	9 062	0,7
Beira Interior Sul	1 122	0,5	5 560	0,5	6 682	0,5
Cova da Beira	1 663	0,7	6 369	0,6	8 032	0,6
Oeste	4 831	2,0	35 595	3,3	40 426	3,0
Médio Tejo	3 647	1,5	18 912	1,7	22 559	1,7
Grande Lisboa	84 636	35,3	263 830	24,2	348 466	26,2
Península de Setúbal	10 221	4,3	63 511	5,8	73 732	5,5
Alentejo Litoral	1 442	0,6	8 764	0,8	10 206	0,8
Alto Alentejo	1 488	0,6	8 562	0,8	10 050	0,8
Alentejo Central	2 306	1,0	15 146	1,4	17 452	1,3
Baixo Alentejo	1 698	0,7	9 370	0,9	11 068	0,8
Lezíria do Tejo	3 221	1,3	21 543	2,0	24 764	1,9
Algarve	8 498	3,5	57 702	5,3	66 200	5,0
Açores	3 702	1,5	31 300	2,9	35 002	2,6
Madeira	3 976	1,7	29 615	2,7	33 591	2,5
Total	239 637	100,0	1 092 128	100,0	1 331 765	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

¹⁷ Primeira linha relativa aos casos para os quais a região é ignorada

Quadro 4-15: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a região (2002-2009)¹⁸

Região	Tipo de ensino superior								Total	
	Bacharelato		≥ Licenciatur.		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
	3	0,0	24	0,0					27	0,0
Minho Lima	685	1,8	2 878	1,5	57	1,1	22	1,6	3 642	1,5
Cávado	1 014	2,7	6 621	3,4	159	3,2	45	3,3	7 839	3,3
Ave	1 176	3,2	6 714	3,4	272	5,5	54	4,0	8 216	3,4
Grande Porto	5 738	15,4	29 012	14,8	716	14,4	269	19,9	35 735	14,9
Tâmega	1 034	2,8	5 282	2,7	116	2,3	95	7,0	6 527	2,7
Entre Douro e Vouga	903	2,4	3 786	1,9	76	1,5	13	1,0	4 778	2,0
Douro	417	1,1	2 904	1,5	60	1,2	8	0,6	3 389	1,4
Alto Trás-os-Montes	448	1,2	2 395	1,2	48	1,0	8	0,6	2 899	1,2
Baixo Vouga	1 710	4,6	7 157	3,7	174	3,5	75	5,6	9 116	3,8
Baixo Mondego	1 310	3,5	7 072	3,6	190	3,8	50	3,7	8 622	3,6
Pinhal Litoral	1 265	3,4	4 859	2,5	101	2,0	15	1,1	6 240	2,6
Pinhal Interior Norte	294	0,8	1 164	0,6	34	0,7	9	0,7	1 501	0,6
Dão Lafões	947	2,5	4 759	2,4	159	3,2	33	2,4	5 898	2,5
Pinhal Interior Sul	75	0,2	284	0,1	2	0,0			361	0,2
Serra da Estrela	111	0,3	412	0,2	4	0,1	2	0,1	529	0,2
Beira Interior Norte	465	1,2	1 370	0,7	30	0,6	2	0,1	1 867	0,8
Beira Interior Sul	269	0,7	828	0,4	23	0,5	2	0,1	1 122	0,5
Cova da Beira	335	0,9	1 298	0,7	24	0,5	6	0,4	1 663	0,7
Oeste	854	2,3	3 867	2,0	99	2,0	11	10,8	4 831	2,0
Médio Tejo	662	1,8	2 906	1,5	65	1,3	14	1,0	3 647	1,5
Grande Lisboa	11 618	31,1	70 619	36,0	1 920	38,6	479	35,5	84 636	35,3
Península de Setúbal	1 861	5,0	8 119	4,1	193	3,9	48	3,6	10 221	4,3
Alentejo Litoral	258	0,7	1 151	0,6	29	0,6	4	0,3	1 442	0,6
Alto Alentejo	360	1,0	1 103	0,6	20	0,4	5	0,4	1 488	0,6
Alentejo Central	350	0,9	1 900	1,0	52	1,0	4	0,3	2 306	1,0
Baixo Alentejo	269	0,7	1 380	0,7	33	0,7	16	1,2	1 698	0,7
Lezíria do Tejo	648	1,7	2 492	1,3	68	1,4	13	1,0	3 221	1,3
Algarve	1 520	4,1	6 809	3,5	137	2,8	32	2,4	8 498	3,5
Açores	268	0,7	3 392	1,7	35	0,7	8	0,6	3 702	1,5
Madeira	447	1,2	3 447	1,8	75	1,5	7	0,5	3 976	1,7
Total	37 314	100,0	196 004	100,0	4 970	100,0	1 349	100,0	239 637	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

As atividades económicas terciárias são responsáveis pela maior absorção dos indivíduos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho com habilitações superiores, em particular, as atividades dos serviços às empresas e as atividades de saúde e ação social.

¹⁸ Primeira linha relativa aos casos para os quais a região é ignorada

Quadro 4-16: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo a atividade económica e as habilitações escolares (2002-2009)

Atividade económica	Habilitações de entrada				Total	
	Ensino superior		Sem ensino superior		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	1 731	0,9	19 246	2,2	20 977	2,0
Pesca	62	0,0	1 515	0,2	1 577	0,1
Indústrias Extrativas	1 648	0,9	19 314	2,2	20 962	2,0
Ind. Alimentares, das Bebidas e Tabaco	2 627	1,4	28 742	3,3	31 369	2,9
Indústria Textil	1 881	1,0	38 994	4,4	40 875	3,8
Ind. Couro e dos Produtos de Couro	263	0,1	9 694	1,1	9 957	0,9
Ind. Madeira e da Cortiça e suas obras	888	0,5	8 832	1,0	9 720	0,9
Ind. Pasta, Ppel Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	2 968	1,6	9 163	1,0	12 131	1,1
Fabrico de Coque, Prod. Petrolíferos Refinados e Com. Nuclear	447	0,2	2 161	0,2	2 608	0,2
Fabrico de Produtos Químicos e Fibras Sintéticas ou artificiais	1 804	1,0	3 222	0,4	5 026	0,5
Fabrico de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	1 722	0,9	10 865	1,2	12 587	1,2
Fabrico de Outros Produtos Minerais não Metálicos	1 396	0,8	10 658	1,2	12 054	1,1
Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	2 564	1,4	24 114	2,7	26 678	2,5
Fab. Máquinas e de Equipamentos, N.E.	1 503	0,8	10 009	1,1	11 512	1,1
Fab. Equipamento Elétrico e de Ótica	2 975	1,6	12 495	1,4	15 470	1,5
Fabrico de Material de Transporte	1 235	0,7	5 850	0,7	7 085	0,7
Indústrias Transformadoras, N.E.	970	0,5	11 766	1,3	12 736	1,2
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	3 003	1,6	18 925	2,2	21 928	2,1
Construção	10 470	5,6	120 097	13,7	130 567	12,3
Comércio por grosso e a retalho, reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	22 105	11,9	197 711	22,5	219 816	20,6
Alojamento e Restauração (Restaurantes e similares)	4 454	2,4	92 573	10,5	97 027	9,1
Transportes, Armazenagem e Comunicações	13 549	7,3	25 806	2,9	39 355	3,7
Atividades Financeiras	8 448	4,5	6 600	0,8	15 048	1,4
Atividades Imobiliárias, Alugueres, Serviços Prestados a Empresas	42 773	23,0	120 714	13,7	163 487	15,4
Educação	14 954	8,0	11 362	1,3	26 316	2,5
Saúde e Ação Social	29 903	16,1	28 709	3,3	58 612	5,5
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	9 446	5,1	30 082	3,4	39 528	3,7
Total	185 789	100,0	879 219	100,0	1065008	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-17: Número de indivíduos pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, por atividade económica (2002-09)

Atividade económica	Tipo ensino superior						Total			
	Bacharelato		≥ Licenciatura		Mestrado		Doutoramento			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	489	1,5	1 206	0,8	32	1,0	4	0,5	1 731	0,9
Pesca	16	0,1	45	0,0	1	0,0			62	0,0
Indústrias Extrativas	234	0,7	1 326	0,9	72	2,3	16	2,1	1 648	0,9
I. Alimentares, Bebidas e Tabaco	619	1,9	1 972	1,3	25	0,8	11	1,4	2 627	1,4
Ind. Têxtil	372	1,2	1 480	1,0	23	0,7	6	0,8	1 881	1,0
I. Couro e dos Produtos do Couro	54	0,2	203	0,1	3	0,1	3	0,4	263	0,1
I. Madeira, Cortiça e suas obras	176	0,6	691	0,5	17	0,6	4	0,5	888	0,5
I. Pasta, Papel Cartão e seus Artigos; Edição e Impr.	467	1,5	2 450	1,6	43	1,4	8	1,0	2 968	1,6
F. Coque, Prod. Petrolif. Refinados e Comb. Nuclear	66	0,2	366	0,2	14	0,5	1	0,1	447	0,2
Fab. Prod. Químicos e Fibras Sintéticas ou artificiais	290	0,9	1 506	1,0	8	0,3			1 804	1,0
Fab. Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	279	0,9	1 357	0,9	79	2,6	7	0,9	1 722	0,9
Fab. Outros Produtos Minerais Não Metálicos	277	0,9	1 084	0,7	30	1,0	5	0,7	1 396	0,8
Ind. Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	562	1,8	1 928	1,3	68	2,2	6	0,8	2 564	1,4
Fab. de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	369	1,2	1 106	0,7	24	0,8	4	0,5	1 503	0,8
Fab. de Equipamento Elétrico e de Ótica	843	2,6	2 053	1,4	73	2,4	6	0,8	2 975	1,6
Fab. de Material de Transporte	308	1,0	898	0,6	27	0,9	2	0,3	1 235	0,7
Indústrias Transformadoras, N.E.	210	0,7	747	0,5	12	0,4	1	0,1	970	0,5
Prod. e Dist. de Eletricidade, de Gás e Água	486	1,5	2 338	1,6	149	4,8	30	3,9	3 003	1,6
Construção	2 751	8,6	7 567	5,0	113	3,7	39	5,1	10 470	5,6
Comércio por grosso e a retalho, reparação V. Auto-móveis, Motociclos e bens de uso pessoal e doméstico	4 524	14,2	17 395	11,6	151	4,9	35	4,6	22 105	11,9
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	1 264	4,0	3 115	2,1	69	2,2	6	0,8	4 454	2,4
Transportes, Armazenagem e Comunicações	1 877	5,9	11 079	7,4	546	17,7	47	6,2	13 549	7,3
Atividades financeiras	1 036	3,3	7 297	4,9	111	3,6	4	0,5	8 448	4,5
Act.Imobiliárias/Alugueres/Serv. Prestados Empresas	6 145	19,3	35 562	23,7	793	25,7	273	35,8	42 773	23,0
Educação	1 777	5,6	13 069	8,7	75	2,4	33	4,3	14 954	8,0
Saúde e Ação Social	4 929	15,5	24 441	16,3	359	11,6	174	22,8	29 903	16,1
Outras atividades de serv. coletivos, sociais e pessoais	1 451	4,6	7 786	5,2	172	5,6	37	4,9	9 446	5,1
Total	31 871	100,0	150 067	100,0	3 089	100,0	762	100,0	185 789	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

A observação dos indivíduos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho permite observar o claro predomínio do género feminino entre os trabalhadores que entram com habilitações escolares mais elevadas. Já em termos do regime de duração de trabalhos não são visíveis diferenças significativas em função do nível de habilitações escolares.

Quadro 4-18: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo o género e as habilitações escolares (2002-2009)

Género	Habilitação de entrada				Total	
	Ensino superior		Sem ensino superior		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
Masculino	91 873	38,3	611 823	56,0	703 696	52,8
Feminino	147 764	61,7	480 305	44,0	628 069	47,2
Total	239 637	100,0	1 092 128	100,0	1 331 765	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-19: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitações superiores, segundo o género (2002-2009)

Género	Tipo de ensino superior								Total	
	Bacharelato		≥ Licenciatur.		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Masculino	16 546	44,3	72 443	37,0	2 289	46,1	595	44,1	91 873	38,3
Feminino	20 768	55,7	123 561	63,0	2 681	53,9	754	55,9	147 764	61,7
Total	37 314	100,0	196 004	100,0	4 970	100,0	1 349	100,0	239 637	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-20: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo o regime de duração do trabalho e as habilitações escolares (2002-2009)

Regime de duração do trabalho	Habilitação de entrada				Total	
	Ensino superior		Sem ensino superior		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
Tempo completo	210 501	90,6	961 233	89,8	1 171 734	89,9
Tempo parcial	21 781	9,4	109 375	10,2	131 156	10,1
Total	232 282	100,0	1 070 608	100,0	1 302 890	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-21: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o regime de duração do trabalho (2002-2009)

Regime de duração do trabalho	Tipo de ensino superior								Total	
	Bacharelato		≥ Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
Tempo completo	33 161	91,5	171 772	90,4	4 431	92,3	1 137	90,5	210 501	90,6
Tempo parcial	3 071	8,5	18 219	9,6	371	7,7	120	9,5	21 781	9,4
Total	36 232	100,0	189 991	100,0	4 802	100,0	1 257	100,0	232 282	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

As empresas de maior dimensão apresentam maior probabilidade de contratar trabalhadores que entram com habilitações escolares mais elevadas. Note-se, no entanto, que cerca de 50% dos diplomados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho são contratados por empresas com menos de 50 pessoas ao serviço, 26% dos quais por microempresas (0 a 9 pessoas ao serviço), o que parece indiciar alguma capacidade de iniciativa empresarial por parte dos diplomados com habilitações mais elevadas.

Quadro 4-22: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo o escalão de dimensão da empresa e as habilitações escolares (2002-2009)

Escalão de dimensão da empresa	Habilitação de entrada				Total	
	Ensino superior		Sem ensino superior		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
0 a 9	47 888	20,0	326 516	29,9	374 404	28,1
10 a 49	63 043	26,3	294 345	27,0	357 388	26,8
50 a 249	57 539	24,0	195 240	17,9	252 779	19,0
250 a 500	20 404	8,5	58 390	5,3	78 794	5,9
> 500	50 763	21,2	217 637	19,9	268 400	20,2
Total	239 637	100,0	1 092 128	100,0	1 331 765	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-23: Número de indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o escalão de dimensão da empresa (2002-2009)

Escalão de dimensão da empresa	Tipo de ensino superior								Total	
	Bacharelato		≥ Licenciati.		Mestrado		Doutoramento		N.º	%
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
0 a 9	8 076	21,6	38 263	19,5	1 198	24,1	351	26,0	47 888	20,0
10 a 49	9 911	26,6	51 475	26,3	1 330	26,8	327	24,2	63 043	26,3
50 a 249	8 382	22,5	47 506	24,2	1 342	27,0	309	22,9	57 539	24,0
250 a 500	3 100	8,3	16 823	8,6	367	7,4	114	8,5	20 404	8,5
> 500	7 845	21,0	41 037	21,4	733	14,7	248	18,4	50 763	21,2
Total	37 314	100,0	196 004	100,0	4 970	100,0	1 349	100,0	239 637	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

4.3.2. A remuneração do primeiro emprego dos diplomados do ensino superior

Verifica-se um «prémio» de remuneração associado às habilitações escolares mais elevadas, mas com alguma tendência de redução para os diplomados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho (+73% em 2002¹⁹ e +40% em 2009). Este «prémio» tem vindo a perder relevância ao longo dos últimos anos para os diplomados com o bacharelato e a licenciatura (no caso dos licenciados +77% em 2002 e +39% em 2009).

¹⁹ Ou seja, os diplomados do ensino superior, presentes pela primeira vez no mercado de trabalho em 2002, em média, auferiam uma remuneração superior em 73% à do conjunto dos trabalhadores presentes pela primeira vez no mercado de trabalho nesse ano.

Para os diplomados com doutoramento o «prémio» na remuneração é claramente superior ao verificado para a licenciatura e para o mestrado (em 2009, +121% de remuneração média no caso dos doutorados e +52% e +39%, respetivamente, para os mestres e licenciados).

O «prémio» na remuneração dos indivíduos com mestrado e doutoramento tem-se mantido relativamente estável ao longo do período 2006-2009 (no caso dos mestrados +56% em 2006 e +52% em 2009 e no caso dos doutoramentos, respetivamente, +120% e +125%).

O padrão evidenciado parece sugerir que a implementação de Bolonha poderá ter conduzido a uma certa desvalorização do 1.º ciclo no mercado de trabalho.

Quadro 4-24: Remuneração média (em euros) dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo as habilitações escolares (2002-2009)

Ano	Habilitação de entrada		Total
	Ensino superior	Sem ensino superior	Média
	Média	Média	
2002	1 149,25	570,57	664,53
2003	1 070,38	577,16	653,17
2004	1 134,99	590,07	684,18
2005	1 093,78	596,58	697,61
2006	1 089,79	622,98	780,84
2007	1 082,65	639,70	750,23
2008	1 131,48	660,09	792,32
2009	1 128,96	678,92	808,28

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-25: Remuneração média (em euros) dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o grau académico (2002-2009)

Ano	Tipo de ensino superior				Total
	Bacharelato	≥ Licenciatur.	Mestrado	Doutoramento	Média
	Média	Média	Média	Média	
2002	1 064,34	1 174,40	.	.	1 149,25
2003	956,79	1 100,93	.	.	1 070,38
2004	995,79	1 170,31	.	.	1 134,99
2005	1 008,78	1 111,66	.	.	1 093,78
2006	1 011,42	1 097,27	1 153,46	1 626,38	1 089,79
2007	1 006,50	1 086,39	1 127,57	1 567,81	1 082,65
2008	1 034,26	1 124,25	1 209,23	1 886,12	1 131,48
2009	978,46	1 120,83	1 226,21	1 789,50	1 128,96

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-26: Média de «prémio» na remuneração dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho, segundo as habilitações escolares (2002-2009)

Ano	Habilitação de entrada		Total
	Ensino superior	Sem ensino superior	Média ganho
	Média ganho	Média ganho	
2002	1,73	0,86	1,00
2003	1,64	0,88	1,00
2004	1,66	0,86	1,00
2005	1,57	0,86	1,00
2006	1,47	0,84	1,00
2007	1,44	0,85	1,00
2008	1,43	0,83	1,00
2009	1,40	0,84	1,00
Total	1,55	0,86	1,00

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-27: Média de «prémio» na remuneração dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo o grau académico (2002-2009)

Ano	Tipo de ensino superior				Total
	Bacharelato	≥ Licenciát.	Mestrado	Doutoramento	Média ganho
	Média ganho	Média ganho	Média ganho	Média ganho	
2002	1,60	1,77	.	.	1,73
2003	1,46	1,69	.	.	1,64
2004	1,45	1,71	.	.	1,66
2005	1,45	1,59	.	.	1,57
2006	1,37	1,48	1,56	2,20	1,47
2007	1,34	1,45	1,50	2,09	1,44
2008	1,31	1,42	1,53	2,38	1,43
2009	1,21	1,39	1,52	2,21	1,40
Total	1,45	1,56	1,52	2,25	1,55

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

A observação dos «prémios» de remuneração por área de educação e formação é relativamente variável, apresentando um valor mais elevado nas áreas da matemática e informática e da engenharia, com + 71% para o conjunto do período 2002-2009, e um valor mais reduzido na área de educação, com + 34%. Note-se igualmente que as diferenças de «prémio» entre áreas de formação têm vindo a esbater-se entre 2002 e 2009.

Quadro 4-28: Remuneração média (em euros) dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a área de educação e formação

Ano	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços	Desconhecido ou não especificado	Total
	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
2002	951,38	1.019,53	1.120,32	1.407,05	1.298,20	1.039,29	1.210,84	1.013,63	1.047,28	1.149,25
2003	959,91	992,86	1.062,49	1.185,58	1.176,91	1.002,50	1.143,98	969,63	943,65	1.070,38
2004	944,69	926,88	1.061,47	1.204,57	1.457,25	1.030,12	1.189,32	938,13	1.005,72	1.134,99
2005	983,01	944,05	1.076,16	1.186,50	1.183,75	1.044,61	1.178,28	969,20	1.019,47	1.093,78
2006	919,34	893,69	1.112,15	1.178,02	1.130,03	950,43	1.172,61	957,43	947,19	1.089,79
2007	929,71	944,83	1.069,20	1.151,46	1.149,53	1.045,42	1.210,89	923,38	982,30	1.082,65
2008	948,79	1.008,05	1.105,73	1.218,88	1.203,49	1.018,29	1.227,53	957,26	1.059,56	1.131,48
2009	1.037,10	1.010,35	1.091,20	1.237,92	1.172,47	947,13	1.252,57	986,88	1.031,82	1.128,96

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-29: Média do «prémio» na remuneração dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (2002-2009)

Ano	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços	Desconhecido ou não especificado	Total
	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
2002	1,43	1,53	1,69	2,12	1,95	1,56	1,82	1,53	1,58	1,73
2003	1,47	1,52	1,63	1,82	1,80	1,53	1,75	1,48	1,44	1,64
2004	1,38	1,35	1,55	1,76	2,13	1,51	1,74	1,37	1,47	1,56
2005	1,41	1,35	1,54	1,70	1,70	1,50	1,69	1,39	1,46	1,57
2006	1,24	1,21	1,50	1,59	1,53	1,28	1,58	1,29	1,28	1,47
2007	1,24	1,26	1,43	1,53	1,53	1,39	1,61	1,23	1,31	1,44
2008	1,20	1,27	1,40	1,52	1,52	1,28	1,55	1,21	1,34	1,43
2009	1,28	1,25	1,35	1,45	1,45	1,17	1,55	1,22	1,28	1,40
Total	1,34	1,36	1,53	1,71	1,71	1,43	1,63	1,36	1,41	1,55

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Quadro 4-30: Evolução do «prémio» na remuneração média dos indivíduos que entram pela 1ª vez no mercado de trabalho com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (2002-2009)

Área de educação e formação	Variação do ganho (em %) 2002-2009	Variação do «prémio» face à média de entrantes 2002-2009
Formação de Professores Ciências da Educação	9,0	-0,26
Artes	-3,3	-0,35
Humanidades	1,3	-0,28
Ciências Sociais e do Comportamento	-5,6	-0,40
Informação e Jornalismo	-6,9	-0,33
Ciências Empresariais	-1,2	-0,37
Direito	7,2	-0,35
Ciências da Vida	4,6	-0,24
Ciências Físicas	-0,3	-0,38
Matemática e Estatística	-10,8	-0,55
Informática	-21,9	-0,81
Engenharia e Técnicas Afins	-10,0	-0,58
Indústrias Transformadoras	-1,0	-0,44
Arquitetura e Construção	-11,9	-0,53
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-15,3	-0,45
Ciências Veterinárias	5,6	-0,15
Saúde	1,1	-0,33
Serviços Sociais	-1,4	-0,35
Serviços Pessoais	-1,5	-0,20
Serviços de Transporte	-5,8	-0,70
Proteção do Ambiente	-10,7	-0,50
Serviços de Segurança	-18,4	-0,47
Desconhecido ou não Especificado	-1,5	-0,35
Total	-1,8	-0,36

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

4.4. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE QUALIFICAÇÕES ADICIONAIS NA SITUAÇÃO E CARREIRAS PROFISSIONAIS

Para além da questão da inserção profissional dos jovens diplomados, uma outra dimensão que se pretende analisar é o impacto que a obtenção de qualificações académicas em momento posterior à entrada no mercado de trabalho tem sobre as carreiras dos trabalhadores que as obtêm.

Esta questão é muito importante, por um lado, porque o espírito subjacente ao Processo de Bolonha aponta no sentido da valorização da aprendizagem ao longo da vida, pelo que importa avaliar de que forma o mercado valoriza a obtenção de qualificações em momento posterior à entrada. Por outro lado, no contexto específico português, marcado por taxas muito elevadas de abandono escolar, o esforço de

recuperação do déficit de qualificações terá que passar não só pelo reforço das qualificações das novas gerações mas, também, por um esforço de qualificação de indivíduos já inseridos no mercado de trabalho com baixas habilitações.

Com o objetivo de avaliar esta questão tirou-se partido da possibilidade de ligar longitudinalmente os ficheiros anuais dos Quadros de Pessoal e, a partir dos ficheiros ligados, identificar os casos dos trabalhadores já presentes no mercado de trabalho, que obtiveram qualificações adicionais.

O quadro seguinte apresenta o universo das situações em que trabalhadores previamente presentes no mercado de trabalho obtiveram qualificações adicionais. Verifica-se que mais de 75 mil trabalhadores atingiram habilitações de nível superior (1º ciclo do ensino superior) depois de estarem no mercado de trabalho. Por outro lado, mais de 72 mil trabalhadores que possuíam um diploma universitário obtiveram qualificações de nível pós-graduado (2º e 3º ciclo do ensino superior).

Analisando o perfil anual, parece haver uma tendência para o aumento do número de indivíduos que concluem o 1º ciclo de ensino superior depois de estarem integrados no mercado de trabalho, o que vem de encontro às perspetivas do Processo de Bolonha. O cumprimento deste objetivo de formação ao longo da vida, não tem contrapartida correspondente na situação «inversa» de inserção no mercado de trabalho dos diplomados com o 1º ciclo. Ainda será cedo para avaliar efeitos, mas essa parece ser uma preocupação central detetada no estudo qualitativo.

No caso da obtenção de qualificações ao nível do 2º ou 3º ciclo do ensino superior, parece haver, também, alguma tendência para o reforço do número de indivíduos que obtêm qualificações destes níveis estando já integrados no mercado, o que mais uma vez corresponde ao preconizado pelo Processo de Bolonha. Neste caso deteta-se um pico em 2006 que poderá estar associado ao processo de transição dos diversos planos de estudo para o sistema de Bolonha, o que terá permitido a obtenção de diplomas de 2º e 3º ciclo.

Quadro 4-31: Número de indivíduos integrados no mercado de trabalho que obtiveram diploma de qualificação universitária (2003-2009)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Obtiveram o grau universitário depois de estarem no mercado de trabalho	9 359	8 455	8 412	12 736	11 269	12 995	12 099	75 325
Obtiveram pós-graduação universitária depois de estarem no mercado de trabalho	5 181	3 854	4 175	26 272	12 953	10 434	9 311	72 180

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

Para além da medição do número de trabalhadores que obtiveram qualificações adicionais, importa, igualmente, verificar o impacto que essas qualificações adicionais tiveram, nomeadamente na remuneração dos trabalhadores.

O quadro seguinte apresenta essa informação. Uma primeira nota diz respeito ao universo em análise. Neste caso só se consideram os trabalhadores para os quais

existe informação válida da remuneração no período anterior e posterior à obtenção das qualificações adicionais, daí o número ser inferior ao considerado anteriormente.

No que respeita à variação do ganho, verifica-se que os trabalhadores que obtiveram um diploma de 1º ciclo de ensino superior neste período viram o seu ganho aumentar, em média, mais 18,2 pontos percentuais do que a variação média do ganho no mesmo ano. Já os trabalhadores que obtiveram diplomas de 2º ou 3º ciclo viram o seu ganho aumentar, em média, mais 12,5 pontos percentuais do que a variação média no ano correspondente.

Tendo em conta que as médias podem ser afetadas por algumas variações muito elevadas e por valores aberrantes, apresentam-se, igualmente, as médias aparadas e as medianas das diferenças entre a variação do ganho para os trabalhadores que obtêm qualificações adicionais.

A eliminação da influência dos valores extremos, no caso da obtenção de diplomas de 1º ciclo, diminui o diferencial mas mantém a ideia de existência de um «prémio». No caso de obtenção de diplomas de 2º e 3º ciclo, no caso da média aparada continua a registar-se um diferencial positivo enquanto na mediana se verifica um diferencial negativo mas ligeiro.

Quadro 4-32: Impacto nas remunerações dos indivíduos integrados no mercado trabalho que obtiveram diploma de qualificação universitária (2003-2009)

	N.º graduados	Variação do ganho		
		Diferencial em p.p. face à variação do ganho médio registado na economia no mesmo período		
		média	média aparada 5%	mediana
Obtiveram o grau universitário depois de estarem no mercado de trabalho	45 148	18,2	10,36	0,99
Obtiveram pós-graduação universitária depois de estarem no mercado de trabalho	46 674	12,5	5,42	-0,19

Fonte: Quadros de Pessoal, MSSS

A informação reportada parece apontar no sentido de o mercado atribuir um valor relevante à obtenção de qualificações adicionais.

4.5. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

Uma das temáticas que tem merecido particular atenção ultimamente no espaço público prende-se com o fenómeno do desemprego entre os diplomados do ensino superior. Sendo uma realidade relativamente recente, também fruto do défice histórico de qualificações existente em Portugal, tem motivado as mais diversas análises,

mais ou menos fundamentadas, surgindo muitas vezes conclusões simplistas, mas perigosas: desde as que apontam para a existência de um excesso de diplomados, quando as estatísticas continuam a revelar, não obstante alguma recuperação, níveis de habilitações escolares claramente inferiores em Portugal às existentes noutros países, até às que sugerem a existência de desadequação das formações existentes, seja em termos de áreas de formação, seja da qualidade da formação, face às necessidades do mercado de trabalho.

A realidade é que o aumento do nível de desemprego que se regista entre os jovens diplomados pode potencialmente constituir um desincentivo à procura de qualificações mais elevadas por parte dos jovens portugueses, o que terá, necessariamente, consequências graves seja em termos macro, com a diminuição do capital humano dos ativos, com reflexos sobre a produtividade e sobre o potencial de crescimento da economia portuguesa, seja em termos micro, diminuindo a empregabilidade e aumentando riscos de exclusão dos menos qualificados.

Uma análise mais aprofundada deste problema é fundamental, seja para evitar as tais conclusões simplistas e perigosas em termos dos potenciais efeitos sobre as decisões dos indivíduos, seja porque o conhecimento sobre o mesmo pode orientar as decisões de políticas públicas que permitam compatibilizar as necessidades de promover uma recuperação dos níveis de qualificações dos ativos portugueses com a racionalização da utilização dos recursos públicos, sempre escassos.

Um estudo completo e aprofundado desta problemática extravasa os objetivos deste trabalho, que procura, fundamentalmente, sistematizar informação existente sobre a evolução do fenómeno e alertar para alguns erros frequentes cometidos em algumas análises ou cuidados que devem ser considerados.

Nas duas subsecções seguintes são analisados dados sobre a evolução do desemprego de diplomados do ensino superior com base em duas fontes alternativas de informação: os registos de desempregados nos centros de emprego e o Inquérito ao Emprego do INE.

4.5.1. Uma análise com base nos registos dos centros de emprego

Fruto da atenção devotada à problemática do desemprego dos jovens licenciados, a atual DGEEC/MEC começou a desenvolver uma análise sistemática deste fenómeno, avaliando a evolução do número de desempregados inscritos nos centros de emprego do IEFP²⁰.

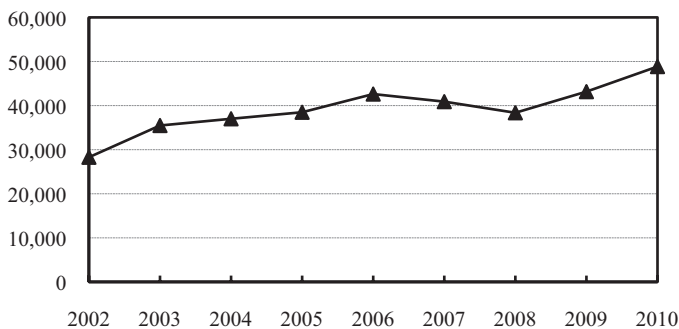
Para além da análise da evolução do número de desempregados, o estudo foi aprofundado com uma avaliação das diferenças por áreas de formação e mesmo por instituição de obtenção do grau. Apresentam-se, em seguida, os elementos mais relevantes e ilustrativos das análises desenvolvidas pela DGEEC/MEC, sendo que mais detalhes podem ser encontrados nos estudos referidos.

O gráfico seguinte revela a evolução do número de diplomados registados como desempregados nos centros de emprego. A sua análise revela claramente o aumento do número de diplomados inscritos, sendo que se verificou uma tendência de subida

²⁰ Ver, por exemplo, GPEARI (2011), *A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior*, disponível em <http://www.gpearl.mctes.pt/es>.

entre 2002 e 2006, a que se seguiu alguma diminuição, registando-se um acréscimo mais intenso a partir de 2008.

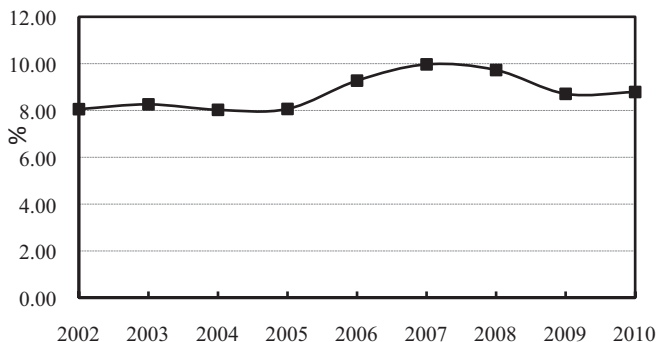
Gráfico 4-7: Diplomados desempregados inscritos nos centros de emprego
(valor médio anual entre 2002-2010)



Fonte: DGEEC/MEC

A leitura do gráfico seguinte, em que se analisa já não o número absoluto de diplomados inscritos como desempregados nos centros de emprego, mas sim o seu peso no total de desempregados inscritos, vem revelar que a subida dos diplomados inscritos acompanha, pelo menos parcialmente, o aumento geral do desemprego. De facto, o peso dos diplomados no total de desempregados inscritos nos centros de emprego tem revelado alguma estabilidade, oscilando entre os 8,1% em 2002 e os 8,8% em 2010. É, aliás, curioso verificar que o peso máximo dos diplomados no total dos desempregados até corresponde ao período em que o número de diplomados inscritos diminuiu em valor absoluto, o que poderá indiciar uma menor volatilidade do número de diplomados inscritos como desempregados.

Gráfico 4-8: Diplomados desempregados inscritos nos centros de emprego
(valor médio anual em % de desempregados inscritos, entre 2002-2010)



Fonte: DGEEC/MEC

Os resultados anteriores constituem o primeiro alerta relativamente à análise da evolução deste fenómeno. É que se de facto se assiste a um aumento substancial do total de diplomados inscritos como desempregados, não se assiste a um incremento equivalente do seu peso no total de desempregados inscritos. Assim, pelo menos parcialmente, o aumento do total de diplomados inscritos não é mais do que o reflexo do aumento do desemprego, sendo também reflexo do aumento do número de diplomados, não refletindo um aumento significativo da incidência relativa do desemprego entre os diplomados.

Uma segunda problemática na análise do desemprego de diplomados diz respeito à sua incidência em áreas particulares de formação, o que sinalizaria um desajustamento entre as qualificações obtidas pelos diplomados e as necessidades do mercado de trabalho.

Os dados apresentados no quadro seguinte revelam algumas alterações da distribuição por áreas de educação e formação do total de desempregados, com aumentos de peso da saúde, das ciências empresariais, arquitetura e construção e artes. Inversamente, áreas como a formação de professores ou as humanidades viram reduzido o seu peso no total de desempregados inscritos.

Quadro 4-33: Distribuição (em %) dos diplomados desempregados inscritos nos centros de emprego por áreas de educação e formação (2006-2010)

Área de educação e formação	2006	2007	2008	2009	2010	Var. 2006/10
Formação de Professores Ciências da Educação	22,4	15,5	10,4	7,2	10,2	-12,2
Artes	4,1	4,5	5,7	6,3	6,2	2,2
Humanidades	6,3	6,7	5,6	5,0	4,8	-1,5
Ciências Sociais e do Comportamento	12,0	12,8	12,4	12,5	11,8	-0,3
Informação e Jornalismo	2,5	2,7	3,4	3,9	3,5	1,1
Ciências Empresariais	14,4	16,0	18,5	19,3	18,3	3,8
Direito	2,5	3,0	3,3	3,6	3,2	0,7
Ciências da Vida	1,4	1,4	1,7	1,6	1,5	0,1
Ciências Físicas	1,5	2,1	1,8	1,5	1,5	0,0
Matemática e Estatística	0,5	0,6	0,6	0,5	0,7	0,1
Informática	0,8	0,8	0,9	1,1	1,2	0,4
Engenharia e Técnicas Afins	7,4	8,3	8,4	9,1	8,4	1,0
Indústrias Transformadoras	1,5	1,8	2,0	2,1	1,9	0,4
Arquitetura e Construção	4,0	4,1	5,1	6,3	6,8	2,8
Agricultura, Silvicultura e Pesca	2,1	2,7	2,6	2,0	2,0	-0,1
Ciências Veterinárias	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,1
Saúde	3,7	6,1	6,7	7,0	7,8	4,1
Serviços Sociais	2,8	4,5	4,7	4,4	4,2	1,4
Serviços Pessoais	2,9	2,7	3,4	4,0	3,7	0,8
Serviços de Transporte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Proteção do Ambiente	1,3	1,7	1,9	1,7	1,5	0,1
Serviços de Segurança	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Sem área	5,3	1,5	0,4	0,2	0,1	-5,2

Fonte: DGEEC/MEC

A mera análise da distribuição dos desempregados por áreas de formação pode, no entanto, ser enganadora pois não leva em conta a evolução do potencial de desempregados em cada área, ou seja a evolução do número de diplomados em cada área. Ora, como vimos anteriormente, tem-se registado alguma alteração da distribuição de diplomados por área, sendo que parte dessa alteração pode ser resposta à maior incidência do desemprego em determinadas áreas que se verificava no início do período em análise e que poderá ter incentivado os estudantes a procurarem áreas alternativas.

Tentando obviar as limitações da mera análise da distribuição de desempregados por área, com base na informação do número de desempregados registados nos centros de emprego que obtiveram o seu diploma nos últimos 3 anos, em cada par estabelecimento-curso, e cruzando com a informação sobre o número de diplomados nos últimos 3 anos, em cada par estabelecimento-curso, a atual DGEEC/MEC criou um indicador de empregabilidade para cada par estabelecimento-curso.

Esse indicador permite, assim, relativizar o número de desempregados inscritos nos centros de emprego vendo o seu peso no total de diplomados.

Os dois quadros seguintes mostram os pares estabelecimento-curso com melhor e pior desempenho, respetivamente, nesse indicador que mede a relação entre diplomados desempregados inscritos e o total de diplomados, revelando diferenças consideráveis na incidência do desemprego por par estabelecimento-curso, entre um mínimo de 0% para os pares estabelecimento-curso que não registam nenhum ou registam um número muito reduzido de diplomados entre os desempregados e um máximo de 39%.

Quadro 4-34: Estabelecimentos/cursos com melhor rácio desempregados /diplomados

Estabelecimento de ensino	Curso	Habilitação	Índice = Total de Desempregados/ Diplomados
Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologia	Engenharia informática	Licenciatura	0,00
Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico	Ciências de Eng. - Eng. Informática e de Computadores	Licenciatura	0,00
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	Informática	Licenciatura	0,00
Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia	Ciências de Eng. - Eng. Informática e Computação	Licenciatura	0,00
Universidade de Lisboa – Faculdade de Farmácia	Estudos Básicos de Ciências Farmacêuticas	Licenciatura	0,00
Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia	Ciências de Eng. - Eng. Electrotécnica e de Computadores	Licenciatura	0,00
Universidade de Lisboa – Faculdade de Medicina	Medicina	Mestrado	0,00
Instituto Superior de Saúde Egas Moniz	Medicina Dentária	Mestrado	0,00
Universidade do Porto – Faculdade de Farmácia	Ciências Farmacêuticas	Mestrado	0,00

Fonte: DGEEC/MEC

Quadro 4-35: Estabelecimentos/cursos com pior rácio desempregados /diplomados

Estabelecimento de ensino	Curso	Habilitação	Índice = Total de Desempregados/ Diplomados
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Economia	Licenciatura	0,28
Universidade de Aveiro	Design	Licenciatura	0,28
Universidade Lusófona do Porto	Psicopedagogia Clínica	Licenciatura	0,29
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Ciências da Comunicação	Licenciatura	0,30
Instituto Piaget – Viseu	Psicologia	Licenciatura	0,31
Universidade Lusíada do Porto	Psicologia	Licenciatura	0,33
Instituto Politécnico do Porto – Instituto Superior de Engenharia do Porto	Engenharia Química	Licenciatura	0,33
Instituto Superior da Maia	Psicologia	Licenciatura	0,34
Universidade Fernando Pessoa	Serviço Social	Licenciatura	0,38
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Chaves)	Recreação, Lazer e Turismo	Licenciatura	0,39

Fonte: DGEEC/MEC

Estas análises efetuadas pela DGEEC/MEC permitiram ter um conhecimento muito mais aprofundado sobre a dinâmica do desemprego e sobre as áreas de formação que têm revelado maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Devem ser realizadas, no entanto, algumas questões que se prendem não tanto com as análises efetuadas mas mais com a natureza da informação de base. De facto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego é uma informação administrativa que resulta da ação dos indivíduos que decidem inscrever-se nos centros de emprego, não sendo uma amostra necessariamente representativa da população desempregada. O próprio conceito de desemprego que é utilizado não corresponde ao conceito estatístico utilizado nas estatísticas do desemprego. Por outro lado, a informação nada diz sobre se os que estão empregados estão em áreas relacionadas com a sua área de educação ou formação, ou não.

Assim, tendo em conta que diferentes indivíduos podem ter diferentes incentivos a registar-se nos centros de emprego e que, portanto, poderemos ter dados não representativos, é importante ter cautelas na utilização desta informação. Em particular, a utilização do indicador de empregabilidade apresentado como forma de decidir o encerramento de cursos deve ser objeto de alguma cautela, podendo fazer mais sentido definir uma metodologia de construção de um indicador por inquirição direta de amostras representativas dos diplomados, tal como foi efetuado no estudo já referido do extinto Observatório de Diplomados do Ensino Superior.

4.5.2. Uma análise com base no Inquérito ao Emprego

Alternativamente é possível analisar o fenómeno do desemprego entre os diplomados considerando a informação do Inquérito ao Emprego do INE.

Esta fonte de informação tem como grande vantagem relativamente aos dados dos registos nos centros de emprego o facto de constituir uma amostra representativa da população em geral e permitir medir as taxas de desemprego de acordo com os critérios estatísticos comumente aceites. Tem como principal desvantagem o não permitir análises mais finas que considerem as áreas, cursos ou instituições frequentadas pelos indivíduos.

Deve realçar-se, no entanto, que embora os dados sejam representativos da população em geral, não está assegurada representatividade para grupos mais específicos, nomeadamente para os diferentes graus de ensino, pelo que a análise desses valores deve ser feita com cautela e como mera indicação de tendências, dada a elevada variabilidade associada aos mesmos, por poderem ser baseados num número reduzido de respostas.

A análise das taxas de desemprego entre os indivíduos com menos de 40 anos, apresentada no quadro seguinte, revela um perfil de variação da taxa de desemprego substancialmente diferente entre os diplomados e não diplomados, sendo que a taxa de desemprego entre os diplomados, com exceção de um ano, foi sempre inferior à dos não diplomados, tendo essa diferença aumentado no período mais recente.

Quadro 4-36: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 40 anos), segundo as habilitações escolares (%)

Ano	Ensino superior	Sem ensino superior	Total
	%	%	
2002	6,42	6,65	6,63
2003	7,70	8,47	8,36
2004	7,31	8,57	8,37
2005	8,74	9,77	9,61
2006	8,95	9,67	9,55
2007	10,59	10,12	10,20
2008	9,31	9,50	9,46
2009	8,21	12,65	11,77
2010	8,75	14,44	13,23

Fonte: INE, IE

Dentro dos diplomados com ensino superior, verifica-se que os diplomados com graus mais elevados tendem a registar taxas de desemprego inferiores, sugerindo uma valorização, pelo mercado, dessas qualificações adicionais.

Quadro 4-37: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 40 anos) segundo o grau académico (%)

Ano	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	%	%	%	%	%
2002	5,50	6,70	6,80	1,26	6,42
2003	6,12	8,42	3,12	0,00	7,70
2004	6,23	7,64	6,57	0,00	7,31
2005	8,09	9,17	2,21	2,39	8,74
2006	8,36	9,19	8,12	0,00	8,95
2007	10,09	10,87	4,89	12,26	10,59
2008	6,86	9,56	11,36	3,98	9,31
2009	7,13	8,60	6,10	0,00	8,21
2010	11,24	9,02	4,43	2,44	8,75

Fonte: INE, IE

Quando se consideram as taxas de desemprego por área de educação e formação, apresentadas no quadro seguinte, verifica-se que as taxas de desemprego mais elevadas se registam entre os diplomados nas áreas de artes e humanidades, línguas e literaturas estrangeiras, ciências da vida, serviços e ciências físicas.

Em termos de evolução, as maiores reduções da taxa de desemprego no período em análise verificam-se nas áreas da matemática e estatística e das ciências físicas. Inversamente, os maiores aumentos registaram-se nas áreas dos serviços, da agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias e da saúde e proteção social.

Quadro 4-38: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 40 anos), segundo as áreas de educação e formação (2004-2010)

Área de educação e formação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Formação de professores/formadores e ciências da educação	7,62	9,50	10,67	14,52	6,98	6,27	7,34	9,05
Artes e humanidades	8,82	13,15	11,83	16,94	14,22	10,42	11,51	12,44
Línguas e literaturas estrangeiras	10,09	9,80	12,43	13,75	17,46	7,41	3,94	11,33
C. Sociais, comércio e direito	8,38	8,53	7,73	10,74	9,19	8,37	10,18	9,00
Ciências da vida	8,31	12,26	11,66	9,84	15,82	8,16	8,90	11,06
Ciências físicas	14,80	18,76	15,01	6,31	6,35	4,59	6,38	10,83
Matemática e estatística	14,78	7,68	7,74	7,64	3,78	4,97	2,94	7,28
Ciências informáticas	3,40	0,74	6,02	1,51	2,83	4,72	5,60	3,39
Informática na ótica do utilizador	7,42	6,80	8,36	2,87	12,08	6,41	6,09	7,01
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	4,58	9,47	7,29	7,08	7,35	9,58	7,80	7,68
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	6,48	5,99	2,21	14,22	5,37	7,73	11,81	7,64
Saúde e proteção social	3,13	5,23	6,52	7,13	9,23	6,29	7,32	6,40
Serviços	5,17	4,54	15,11	15,25	7,09	14,91	13,77	10,90
Grande grupo: ciências, matemática e informática	8,28	0,52	19,21	0,00	0,00	0,00	0,00	3,54
Ignorado	0,00	1,17	11,68	3,50	5,78	13,17	12,25	8,72
Total	7,31	8,74	8,95	10,59	9,31	8,21	8,75	8,86

Fonte: INE, IE

Tendo em conta que os valores da taxa de desemprego podem ser influenciados, quer pelo limiar de idade utilizado, quer por diferentes momentos de conclusão dos diplomas, são também calculadas as taxas de desemprego segundo as habilitações para os indivíduos com menos de 30 anos.

Quando se considera o limiar de 30 anos, como se pode verificar no quadro seguinte, as taxas são claramente superiores e há um perfil temporal distinto, sendo de destacar que desde 2004 se tem verificado alguma estabilidade entre os diplomados, enquanto os não diplomados registaram maiores aumentos.

Quadro 4-39: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 30 anos) segundo as habilitações escolares (%)

Ano	Ensino superior	Sem ensino superior	Total
	%	%	
2002	9,33	8,48	8,59
2003	12,72	10,39	10,72
2004	11,78	10,91	11,04
2005	13,35	12,48	12,62
2006	13,58	12,71	12,85
2007	15,47	12,62	13,13
2008	14,59	12,10	12,60
2009	11,57	15,50	14,71
2010	13,36	17,36	16,53

Fonte: INE, IE

Parece manter-se, dentro dos diplomados com ensino superior, embora com maiores oscilações, o resultado de que os diplomados com graus mais elevados tendem a registar taxas de desemprego inferiores, sugerindo uma valorização pelo mercado dessas qualificações adicionais. Reforça-se aqui o alerta para que os valores apresentados sejam analisados com cautela, pois referem-se a um numero reduzido de respostas ao Inquérito ao Emprego, com coeficientes de variação muito significativos, nomeadamente entre os bacharéis e os doutores. Assim, estes dados só podem ser interpretados como tendências indicativas.

Quadro 4-40: Taxa de desemprego (indivíduos com menos de 30 anos) segundo o grau académico (%)

Ano	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	%	%	%	%	
2002	9,2	9,5	4,5	8,8	9,3
2003	8,8	13,7	11,6	0,0	12,7
2004	8,6	12,4	7,1	0,0	11,8
2005	13,7	13,5	5,9	0,0	13,4
2006	11,8	13,9	12,5	0,0	13,6
2007	11,9	16,0	8,0	22,1	15,5
2008	7,7	14,8	18,6	71,5	14,6
2009	10,3	11,8	10,2	0,0	11,6
2010	32,0	13,3	8,6	0,0	13,4

Fonte: INE, IE

A análise do desemprego de licenciados, efetuada com recurso aos dados do Inquérito ao Emprego permite colocar em melhor perspetiva a questão do aumento do desemprego dos licenciados, pois verifica-se que aumentando de facto, esse aumento é inferior ao registado para os não diplomados.

4.6. CARACTERIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DE «FUGA DE CÉREBROS» E DE MIGRAÇÃO DE DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

Uma última dimensão de análise que é considerada no estudo está relacionada com a problemática das dinâmicas de migração dos diplomados do ensino superior.

Este fenómeno tem sido objeto de alguma atenção, em particular no período mais recente, especulando-se que, face ao comportamento do mercado de trabalho em Portugal, se estará a assistir a um reforço das dinâmicas de emigração dos diplomados do ensino superior.

Na maior parte dos casos as referências a este fenómeno são efetuadas sem qualquer base estatística e analisando casos particulares. Em parte isso é justificado por não existir informação fiável e regular sobre movimentos migratórios em geral e, menos ainda, informação que analise a distribuição por habilitações escolares dos migrantes.

Como forma de procurar ter uma ideia sobre a evolução deste fenómeno, a análise efetuada nesta secção socorre-se de informação constante do Inquérito ao Emprego do INE.

De facto, o questionário do Inquérito ao Emprego, efetuado sobre uma amostra representativa da população portuguesa, inclui uma questão relativa à eventualidade de o indivíduo trabalhar em Portugal. Tendo em conta que a unidade amostral é a família, existindo depois respostas sobre os indivíduos que a constituem, surgem respostas de pessoas que declaram trabalhar fora de Portugal. A exploração dessa questão permite tentar avaliar a dimensão do fenómeno daqueles que declaram trabalhar fora de Portugal e, por essa via, cruzando com informação de caracterização dos respondentes, fazer alguma inferência sobre a questão da migração dos diplomados.

Tendo em conta a natureza da informação que é utilizada importa, desde já, ressaltar que não se devem encarar os valores apresentados como estimativas do número de migrantes. De facto, considerando que o propósito desta fonte de informação não é medir este fenómeno, a mesma tem muitas limitações a este nível²¹, pelo que o objetivo é mais ter uma indicação da tendência do que ter uma estimativa do valor absoluto.

²¹ Só para destacar algumas questões, pela natureza e propósito do inquérito não está assegurada a representatividade a este nível detalhado, sendo o número de casos que cai dentro destas categorias relativamente reduzido. Por outro lado, muitos dos movimentos de migração, nomeadamente os que envolvem a deslocação do agregado familiar completo, implicam impossibilidade de serem captados pelo mesmo.

A ideia é assim que, face à ausência de instrumentos de medida alternativos, é possível, com esta fonte de informação, ter uma perceção da tendência de evolução deste fenómeno.

Os dados reportados no quadro seguinte, relativos à média, por ano, do número de indivíduos que declara trabalhar no estrangeiro, revelam uma clara tendência de reforço desse fenómeno. Embora se tenha verificado um aumento em termos absolutos, quer entre os diplomados do ensino superior, quer entre os não diplomados, parece haver um aumento relativo mais significativo entre os diplomados, que mais do que duplicaram o seu valor neste período.

Quadro 4-41: Número de indivíduos a trabalhar no estrangeiro, segundo as habilitações escolares (2002-2010)

Ano	Ensino superior	Sem ensino superior	Total
	N.º	N.º	N.º
2002	2 029	17 343	19 371
2003	1 629	16 283	17 912
2004	1 975	19 848	21 823
2005	2 225	27 177	29 402
2006	1 512	39 208	40 720
2007	3 433	49 710	53 143
2008	3 216	55 442	58 658
2009	4 586	42 579	47 166
2010	4 143	30 547	34 689
Total	24 747	298 138	322 885

Fonte: INE, IE

Considerando somente os diplomados do ensino superior, verifica-se, com exceção dos bacharéis, um incremento do número de indivíduos que declara trabalhar fora de Portugal para todos os graus do ensino superior, sendo que em 2009 e 2010 os doutorados representavam, respetivamente, 11,5% e 13,5% do pessoal a trabalhar no estrangeiro com habilitação escolar superior.

Quadro 4-42: Número de indivíduos a trabalhar no estrangeiro com habilitação superior, por grau académico (2002-2010)

Ano	Bacharelato N.º	Licenciatura N.º	Mestrado N.º	Doutoramento N.º	Total N.º
2002	142	1 887			2 029
2003	624	729	140	136	1 629
2004	453	1 462		59	1 974
2005	248	1 977			2 225
2006	497	711	303		1 511
2007	140	2 814	479		3 433
2008	416	2 411	389		3 216
2009		3 142	917	527	4 586
2010	38	3 116	426	563	4 143
Total	2 558	18 249	2 654	1 285	27 746

Fonte: INE, IE

Quando se consideram as áreas de educação e formação dos indivíduos que declaram trabalhar no estrangeiro e possuem um diploma de ensino superior, verifica-se que as áreas da engenharia e das ciências sociais e direito são responsáveis por 53,5% do pessoal com habilitações superiores a trabalhar no estrangeiro.

Quadro 4-43: Indivíduos a trabalhar no estrangeiro com habilitação superior, segundo a área de educação e formação (%)

Área de educação e formação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Formação de professores/formadores e ciências da educação	10,0	12,4	11,3	20,6	8,6	12,2	13,6	13,0
Artes e humanidades	8,1	35,0	13,0	14,2	0,0	9,4	3,4	10,4
Línguas e literaturas estrangeiras	3,6	4,9	4,3	5,6	2,6	1,8	5,1	3,9
C. Sociais, comércio e direito	25,8	22,0	24,3	33,1	33,6	13,6	25,2	24,9
Ciências da vida	0,0	2,6	0,0	0,0	4,4	5,5	4,0	2,9
Ciências físicas	3,1	0,0	0,0	0,0	3,9	3,4	16,1	4,8
Matemática e estatística	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ciências informáticas	0,0	0,0	0,0	0,0	9,2	0,0	0,0	1,4
Informática na ótica do utilizador	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	48,6	18,9	47,2	23,7	30,3	31,3	17,0	28,6
Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,2
Saúde e proteção social	0,9	0,0	0,0	2,7	5,6	12,3	5,3	5,1
Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	10,5	6,7	3,9
Grande Grupo: ciências, matemática e informática	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	0,5
Ignorado	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4

Fonte: INE, IE

Da análise efetuada, e apesar das ressalvas já destacadas, parece resultar que há alguma tendência para um aumento do fenómeno da migração de diplomados, com um aumento do número de indivíduos que surge no Inquérito ao Emprego a declarar trabalhar no estrangeiro. Esse incremento parece ser transversal a todos os graus de ensino superior.

5. UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREENDEDORISMO

A análise levada a cabo no capítulo anterior procurou sistematizar e interpretar dados estatísticos disponíveis sobre as saídas de diplomados do ensino superior e respetivas entradas no mercado de trabalho. Prosseguimos, agora, o estudo com o tratamento de informação recolhida e organizada com a intenção expressa de melhor se compreender o papel desempenhado pelas instituições diretamente envolvidas na promoção da empregabilidade dos cursos do ensino superior em Portugal.

5.1. A EMPREGABILIDADE NO CIBERESPAÇO: CONSULTA E ANÁLISE DOS *WEBSITES* DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Nesta secção apresentamos e analisamos a informação sobre empregabilidade e empreendedorismo obtida através dos *websites* das instituições de ensino superior. A recolha de informação que serviu de base a esta análise decorreu durante os meses de fevereiro, março e abril de 2012, através da consulta aos *websites* das instituições de ensino superior que compõem a base de dados da atual DGEEC/MEC. Não incluímos aqui as instituições de ensino militar e acrescentámos algumas unidades orgânicas que, quer pelo seu grau de relativa autonomia no interior das universidades ou institutos politécnicos que integram, quer pela dinâmica das suas atividades próprias de divulgação em *websites*, justificam um tratamento separado.

A base de dados construída e analisada é constituída por 367 entradas, das quais 129 (35,1%) são universidades ou institutos politécnicos e 238 (64,9%) são unidades orgânicas (escolas/faculdades/institutos) de algumas dessas universidades ou institutos politécnicos. Quanto à distribuição de todas as instituições por tipo de ensino superior, existe uma maioria de ensino superior público, que representa 58% do total das instituições, e também uma maior representação do ensino universitário (53%) em comparação com o ensino politécnico.

A recolha de dados foi realizada aplicando um guião de análise estandardizado (Anexo 1) aos *websites*. Este guião foi estabilizado ao fim de um trabalho exploratório de observação e compilação de informação relativa a algumas instituições chave, representativas da diversidade esperada no campo. Deu-se especial importância à identificação de Gabinetes de Apoio à Inserção Profissional (GAIP)²²

²² Este tipo de gabinetes tem diferentes designações em diferentes instituições. Optámos por esta designação por nos parecer a mais abrangente e por permitir identificar de forma clara a estrutura formal que se dedica às questões da inserção profissional.

e Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo (GAE)²³ e sua caracterização, pois considerou-se que a existência de tais gabinetes era reveladora do empenho das instituições nestas matérias. Tivemos interesse em analisar a relevância que era dada no *website* a estes gabinetes, como é que estavam integrados institucionalmente, quais as parcerias que desenvolvem com entidades exteriores à instituição e que tipo de atividades levam a cabo (por exemplo: se identificam e divulgam oportunidades de emprego, se dão apoio direto na construção de estratégias de empregabilidade, se apoiam/divulgam a formação profissional, ou se monitorizam a informação relativa à empregabilidade dos seus alunos/diplomados). Verificou-se que estes *websites* continham ainda o que designámos de Informação Avulsa sobre empregabilidade e empreendedorismo (ou seja: tópicos relacionados com esta temática, mas não obrigatoriamente integrados no âmbito de um gabinete) e/ou sobre mobilidade internacional (nomeadamente Programas ERASMUS, SOCRATES, etc. – como potenciais promotores de oportunidades, quer pela aquisição de conhecimentos e aprendizagem ao longo da vida, quer pela aquisição de experiências potencialmente valorizadas aquando da entrada no mercado de trabalho).

Esta secção organiza-se da seguinte forma: começaremos por caracterizar, genericamente, o universo em estudo, passando depois para a caracterização da presença dos temas da empregabilidade e do empreendedorismo nos *websites* das instituições. Essa caracterização será feita a dois níveis: em primeiro lugar, tendo em conta a informação globalmente contida no *website* da instituição; e, em segundo lugar, dando uma atenção especial à informação veiculada na respetiva página de abertura. Com base nas informações recolhidas apresentaremos um índice de empenho institucional relativamente aos temas da empregabilidade e do empreendedorismo nos *websites* das instituições. Por último, caracterizaremos em detalhe os GAIP e GAE. Ao longo da análise será sempre feita a comparação entre sistemas de ensino público e privado e sistemas de ensino universitário e politécnico²⁴.

É importante sublinhar que a informação aqui tratada resulta da comunicação disponibilizada e gerida pelas próprias instituições. Por conseguinte, não se trata de informação factualmente confirmada sobre as atividades e desempenho efetivo das instituições nos domínios da empregabilidade e do empreendedorismo.

²³ Também este tipo de gabinete tem diferentes designações. Aqui a nossa intenção foi também identificar a estrutura formal que se dedica às questões do empreendedorismo.

²⁴ Os resultados apresentados referem-se, na sua maioria, a análises com diferenças estatisticamente significativas (teste χ^2 para $p \leq 0,05$) e algumas outras consideradas relevantes pelas tendências demonstradas.

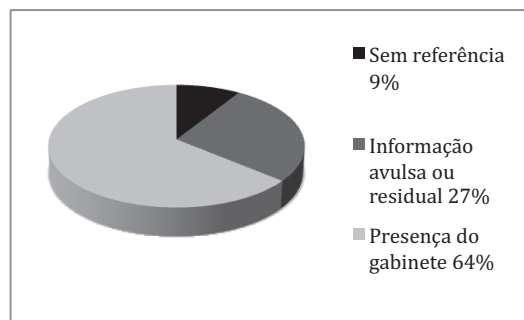
5.1.1. Caracterização do tema empregabilidade e empreendedorismo nos websites das instituições de ensino superior

Nesta secção caracterizamos os *websites* das instituições na sua globalidade²⁵, dando realce aos diferentes tipos de informação presente nos sítios de internet, tais como a relevância que dão às questões da empregabilidade, a existência de gabinetes ligados à inserção profissional por conta de outrem ou por conta própria (empreendedorismo), o carácter dinâmico ou estático da informação apresentada, entre outro tipo de informações relativas à inserção profissional dos recém-diplomados das instituições em análise.

Grandes tipos de informação constante do website

Os principais tipos de informação presentes nos *websites* analisados concentram-se na informação sobre os seus respetivos GAIP e GAE (64% no total), e na Informação Avulsa (27%). Relembramos que por Informação Avulsa designámos todo o tipo de referências relacionadas com a temática da empregabilidade, mas que não estão enquadradas nas informações relacionadas com os GAIP e GAE, bem como, e principalmente, informações relacionadas com os sistemas de mobilidade internacional (nomeadamente, ERASMUS, SOCRATES, etc.). Dos 367 *websites* consultados, só 9% não apresentam qualquer tipo de informação sobre empregabilidade, o que revela a relevância dada à temática pelas instituições de ensino superior em Portugal na estratégia de comunicação com os seus públicos.

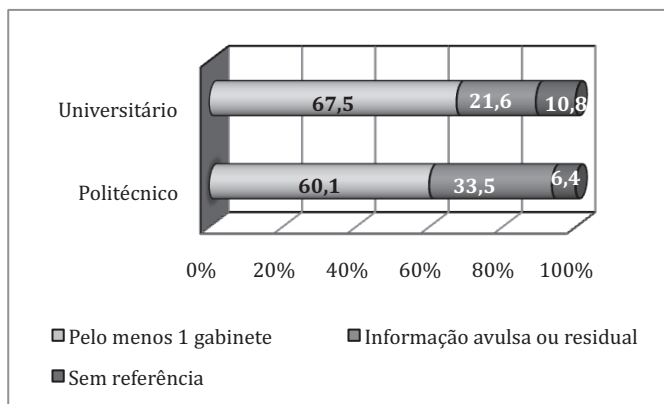
Gráfico 5-1: Tipos de informação presente nos *websites* – visão global



Comparando ensino universitário vs. politécnico, verificamos que ambos os sistemas de ensino apresentam distribuições semelhantes (apesar de nos *websites* do ensino politécnico se verificar uma maior presença de Informação Avulsa esta diferença é pouco significativa).

²⁵ Dos 367 *websites* consultados, 80 (21,8%) não são páginas autónomas, fazem parte do *website* da universidade ou instituto politécnico à qual pertencem e constituem apenas espaços de mera apresentação das unidades orgânicas. Por outro lado, foram identificados 20 *websites* (5,4%) com informação diferenciada por departamento (dentro das unidades orgânicas), que não foi explorada.

Gráfico 5-2: Tipos de informação presente nos *websites* – universitário vs. politécnico



Na comparação entre sistema de ensino público e privado não se detetaram diferenças relevantes quanto aos grandes tipos de informação que apresentam nos seus *websites*.

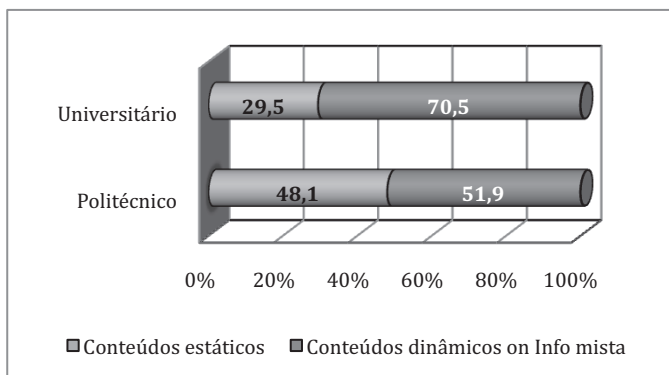
Identificação de informação estática e informação mista

Os conteúdos dos *websites* foram classificados como contendo «informação estática» e «informação mista» (que é composta por conteúdos estáticos e dinâmicos). Com conteúdos estáticos referimo-nos, por exemplo, a listas de apresentação de funções/objetivos dos gabinetes. Os conteúdos dinâmicos incluem informação que, de alguma forma, indicia ações desenvolvidas pela instituição na área da empregabilidade e que permitem, em alguns casos, interação com o utilizador. Considerámos relevante esta distinção pois permite identificar a dinâmica do *website* no que respeita a informação relativa à empregabilidade e empreendedorismo. Por exemplo, uma determinada instituição pode só identificar a sua bolsa de emprego (conteúdo estático) ou pode também aceitar inscrições, dar informações ou outras, revelando uma dinâmica de funcionamento da sua bolsa de emprego (conteúdo dinâmico). Esta informação adicional permite-nos despistar situações em que, por exemplo, a bolsa de emprego é um mero pró-forma, de situações em que há um efetivo investimento no funcionamento dessa bolsa de emprego no *website* da instituição.

Dos 335 *websites* onde foi possível recolher alguma informação, 61,5% apresentam conteúdos dinâmicos ou informação mista, enquanto nos restantes casos os conteúdos são apenas estáticos.

Na análise universitário vs. politécnico, verificamos que o ensino universitário aposta mais que o ensino politécnico nos conteúdos dinâmicos ou informação mista, revelando assim uma maior proatividade na disseminação da informação transmitida via *web*. Na comparação entre o ensino público e privado, mais uma vez, não existem diferenças a assinalar.

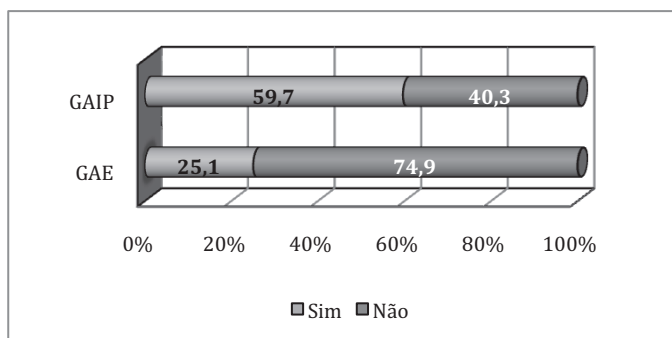
Gráfico 5-3: Tipo de informação relativo à empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico



A identificação da presença de GAIP e GAE

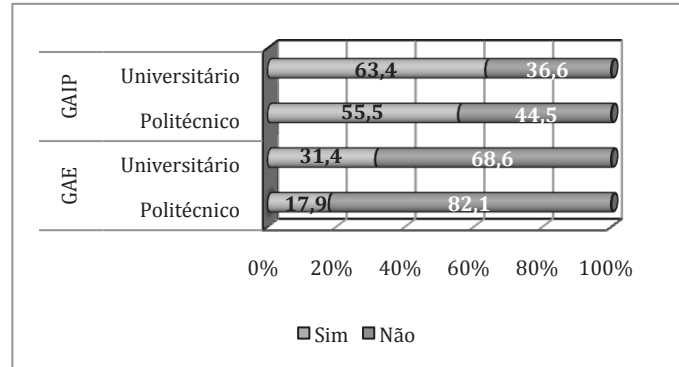
Considerando aqui a totalidade dos *websites* consultados (n=367), em relação à apresentação de GAIP e GAE, verificamos a existência de GAIP em cerca de 60% das instituições e a relativa escassez de GAE, demonstrando que a aposta no apoio ao empreendedorismo é ainda recente e não tão disseminada como a estratégia de apoio à inserção profissional por conta de outrem.

Gráfico 5-4: Identificação de GAIP e GAE – visão global



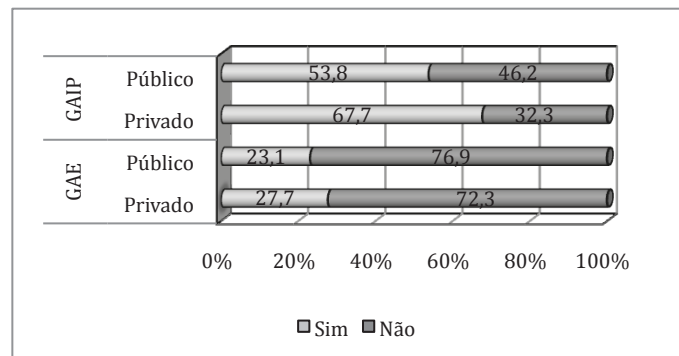
A presença dos GAE revela-se especialmente rara nos *websites* de instituições de ensino politécnico. De facto, analisando este indicador ventilado pela variável ensino universitário vs. ensino politécnico, verificamos que a existência de GAIP e, sobretudo, de GAE é significativamente mais frequente entre instituições do ensino universitário do que entre instituições do ensino politécnico, sendo essas diferenças mais significativas no que refere ao empreendedorismo, com uma representação ainda mais fraca nos *websites* do politécnico.

Gráfico 5-5: Identificação de GAIP e GAE – universitário vs. politécnico



No entanto, na comparação entre ensino público e ensino privado vemos que o privado aposta mais na visibilidade da informação sobre os seus GAIP que o público, sendo que relativamente aos GAE não existem diferenças importantes.

Gráfico 5-6: Identificação de GAIP e GAE – público vs. privado



Em suma, da análise geral dos *websites* das instituições retira-se que a existência de um gabinete (GAIP e/ou GAE) faz parte das estratégias de empregabilidade da maioria das instituições (64%), não existindo diferenças a relevar entre os sistemas de ensino público/privado e politécnico/universitário. Também a maioria das instituições aposta na apresentação de informação dinâmica (ou mista), dando conta das atividades que levam a cabo, ao invés de se limitarem à descrição dos seus organismos dedicados à empregabilidade. De notar, no entanto, que o ensino universitário revela mais empenho neste tema do que o ensino politécnico. É de referir, ainda, a maior importância atribuída à criação de GAIP, relativamente aos GAE, como parte da estratégia de apoio à empregabilidade dos estudantes. Por último, chamamos a atenção para o facto de o ensino privado identificar nos seus *websites* um número superior de gabinetes (sendo o número de GAIP muito superior).

5.1.2. Caracterização do tema empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura das instituições de ensino superior

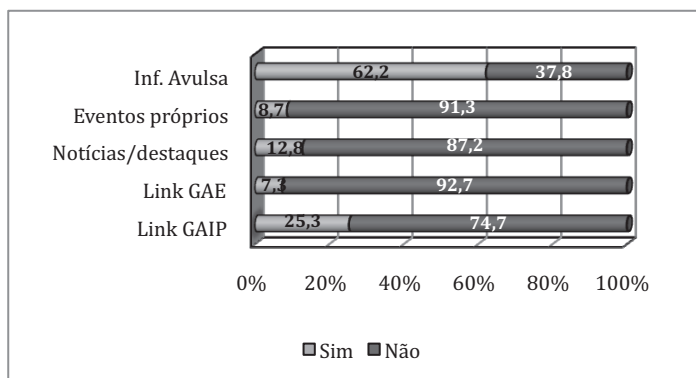
Dos 367 *websites* consultados, 288 (78,5%) apresentam referência(s) às temáticas relacionadas com empregabilidade e empreendedorismo na sua página de abertura. Sendo a página de abertura dos *websites* a primeira imagem que se retém da instituição e tendo em atenção a limitação do espaço disponível, este dado demonstra a relevância do tema para as instituições.

Numa tentativa de identificar as diferenças nas referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura entre os tipos de ensino (politécnico/universitário e público/privado), verificámos que não existem, entre eles, diferenças significativas.

Detalhando um pouco mais essas referências à empregabilidade identificámos: a) presença de *link* para um GAIP; b) presença de *link* para um GAE; c) existência de Notícias ou destaques (no próprio *website* ou na imprensa, dando conta de algum aspeto relacionado com a empregabilidade da instituição); d) menção a eventos organizados pela instituição, visando a inserção profissional dos seus diplomados, como feiras, mostras, etc.) – Eventos próprios; e) outras referências relacionadas com a temática da empregabilidade, mas que não se inserem nas categorias anteriores e que não implicam a identificação de uma estrutura formal dedicada à empregabilidade dos diplomados da instituição – Informação Avulsa.

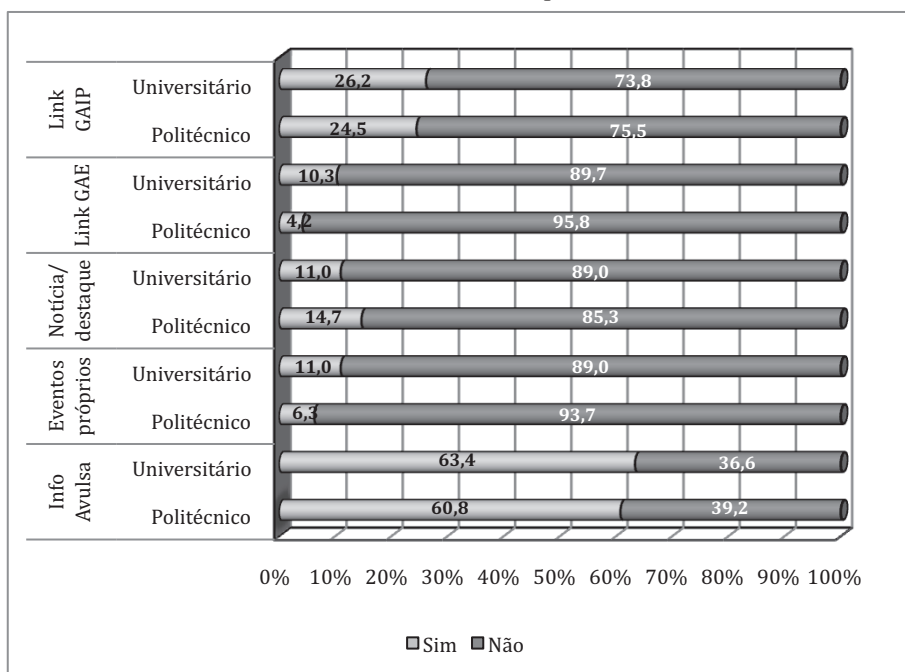
Considerando toda a amostra, a Informação Avulsa, seguida de um *link* para um GAIP, são as menções à empregabilidade mais frequentes na página de abertura, enquanto a existência de um *link* para um GAE é a menos frequente. Esta frequência da Informação Avulsa, que como dissemos inclui, principalmente, informações relacionadas com os sistemas de mobilidade internacional (nomeadamente, ERASMUS, SOCRATES, etc.) explica-se pelo enorme interesse que as questões da mobilidade suscitam junto dos estudantes.

Gráfico 5-7: Referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura – visão global



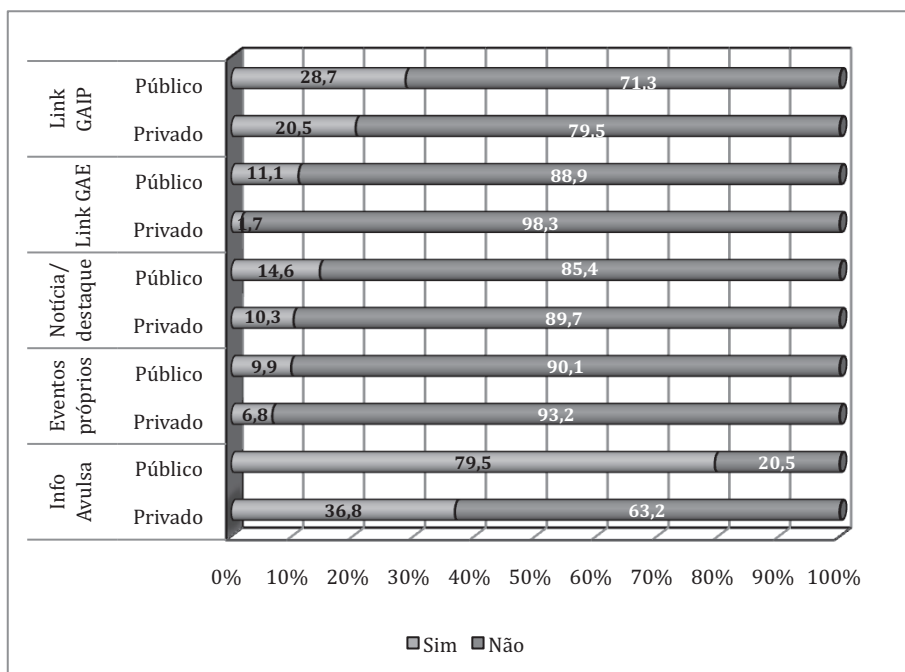
Comparando o ensino politécnico e o ensino universitário (Gráfico 5-8), podemos constatar que a forma como as instituições tratam as questões da empregabilidade na sua página de abertura são, em geral, muito semelhantes, exceto na maior importância que o ensino universitário dá à existência de um *link* para o GAE na página de abertura e ao anúncio de Eventos próprios.

Gráfico 5-8: Referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura – universitário vs. politécnico



Por outro lado, considerando público vs. privado (Gráfico 5-9), podemos constatar que o ensino privado dá consistentemente menos visibilidade (não sendo no entanto uma diferença significativa) às questões da empregabilidade na página de abertura, que o setor público. Essa diferença só se torna significativa no que respeita a disponibilização de Informação Avulsa e também, mas em menor grau, na colocação de um *link* para o GAE na página de abertura (o que só é feito em 1,7% dos casos no privado).

Gráfico 5-9: Referências à empregabilidade e empreendedorismo na página de abertura – público vs. privado



Resumindo, pode dizer-se que a informação que, de longe, está mais presente na página de abertura é a Informação Avulsa. As instituições do politécnico e do universitário têm uma postura semelhante no tipo de informação que apresentam, sendo que o ensino universitário dá uma maior preponderância à existência de um *link* para o GAE que o politécnico. Este dado corrobora o que já tinha sido detetado para o *website* no seu todo. É, também, na preponderância dada ao empreendedorismo que se verificam as maiores diferenças entre público e privado, este com uma aposta ainda muito inferior nessa área. Sendo a preocupação com o empreendedorismo nas instituições do ensino superior uma questão mais recente que a da inserção profissional, pode dizer-se que o ensino universitário (vs. politécnico) e o ensino público (vs. privado) estão na linha da frente.

5.1.3. Índice de empenho institucional nas questões da empregabilidade e empreendedorismo

De forma a melhor organizar a informação dispersa encontrada nos *websites*, e com o objetivo de identificar a importância que as instituições atribuem à empregabilidade e empreendedorismo, refletida no empenho que colocam na criação de gabinetes e na visibilidade que dão à informação sobre empregabilidade e empre-

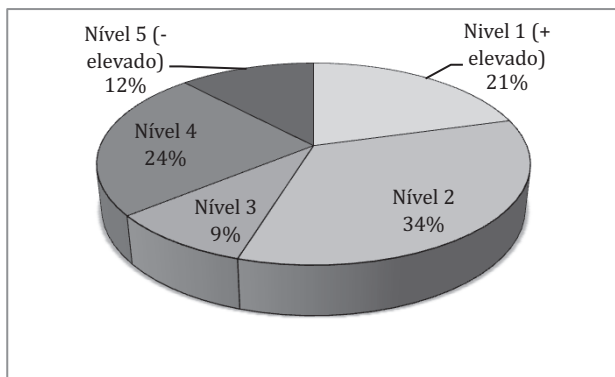
endedorismo nos *websites*, definimos categorias que serviram de base à criação de um índice de empenho institucional.

Uma vez que o *website* funciona como «cartão de visita» da instituição e tendo em atenção as restrições de espaço, que obrigam à definição de prioridades sobre o que deve ou não constar, consideramos que as informações e destaques transmitidos sobre estas matérias nos *websites* podem ser objeto de escrutínio relativamente ao maior ou menor interesse e investimento de cada instituição.

Assim, este índice de empenho institucional pode alcançar 5 diferentes níveis, por ordem decrescente de importância: nível 1 = identifica 2 gabinetes e tem referência na página de abertura²⁶; nível 2 = existe(m) referência(s) na página de abertura e identifica 1 gabinete; nível 3 = sem referência(s) na página de abertura, mas identifica 1 gabinete; nível 4 = existe(m) referência(s) na página de abertura, mas não são identificados gabinetes; nível 5 = não há referência(s) na página de abertura nem identificação de gabinetes. De notar que este índice considera, apenas, a(s) referência(s) na página de abertura e a identificação de GAIP ou GAE.

Os *websites* das instituições classificados com nível 1 – ou seja, que revelam maior interesse e investimento e dão maior visibilidade à empregabilidade e empreendedorismo – representam só 20% do total. É nos dois níveis seguintes – níveis 2 e 3 – que estão congregadas a maioria das instituições (43,4%), sendo que o gabinete identificado em quase todos os casos (89,9%) é um GAIP. Os níveis 4 e 5, aqueles em que as instituições fazem um menor investimento em gabinetes e na visibilidade da informação sobre empregabilidade, representam, ainda, 36% do total das instituições escrutinadas (n=367).

Gráfico 5-10: Classificação por nível de empenho institucional – visão global

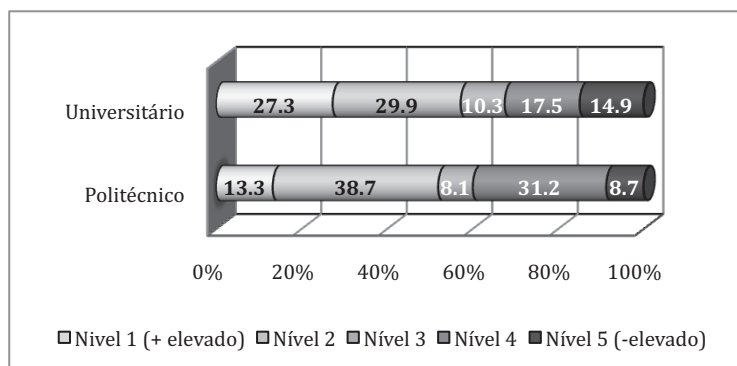


Como se pode verificar no gráfico seguinte, o sistema universitário, em relação ao politécnico, confere maior visibilidade a matérias relacionadas com empregabilidade e empreendedorismo (o nível 1 tem ali o dobro da expressão). Quando identificamos o tipo de gabinetes, entre as instituições de ensino universitário classificadas nos níveis 2 e 3 (com um gabinete), há 10,3% de casos em que esse

²⁶ Exceto um caso em que não há referência na página de abertura, mas são identificados os dois tipos de gabinete.

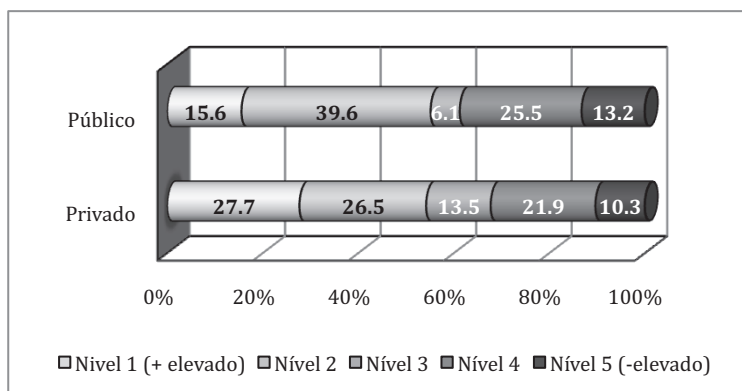
gabinete é um GAE, tratando-se os restantes 89,7% de GAIP. Também entre as instituições de ensino politécnico (incluídas nos níveis 2 e 3) a grande maioria (90,1%) identifica um GAIP e, nos restantes 9,9% dos casos, esse gabinete é um GAE. Reforça-se o que mencionámos anteriormente, ou seja, a maior visibilidade das questões da inserção profissional quando comparadas com as do empreendedorismo.

Gráfico 5-11: Classificação por nível de empenho institucional – universitário vs. politécnico



No que se refere à comparação público vs. privado, verifica-se que o sistema privado dá um maior grau de visibilidade institucional à estratégia de empregabilidade e empreendedorismo (o nível 1 tem ali uma expressão mais forte). Há aqui uma clara diferença entre o sistema público e privado. A informação obtida através do índice de empenho institucional confirma a informação recolhida nos *websites* apresentada atrás e que revela uma maior visibilidade das questões da empregabilidade no ensino privado. No caso dos *websites* referentes ao ensino público que integram os níveis 2 e 3 de empenho institucional (com 1 gabinete), a maioria (83,5%) desses gabinetes são GAIP. E nos *websites* do ensino privado, todos os gabinetes apresentados são GAIP.

Gráfico 5-12: Classificação por nível de empenho institucional – público vs. privado



Em modo de sumário da caracterização do tema da empregabilidade e empreendedorismo nos *websites* das instituições do ensino superior, podemos concluir que este é um tema muito presente e relevante: só 9% não fazem qualquer referência à empregabilidade nos seus *websites*. Todavia, verifica-se que só uma minoria se empenha fortemente, uma vez que só 20,7% de instituições são classificadas com o nível 1 no índice de empenho institucional. Relativamente aos grandes tipos de informação apresentada não existem diferenças a assinalar entre os sistemas de ensino e, quando esta informação é qualificada em estática ou mista (com conteúdos estáticos e dinâmicos), verificam-se diferenças assinaláveis entre o ensino universitário e politécnico, dando o universitário maior destaque à informação mista. Da análise da página de abertura retira-se que a informação que ali se publica com mais frequência é a Informação Avulsa e a colocação de um *link* para o GAIP. Este *link* é apresentado com mais frequência nas páginas de abertura das instituições dos sistemas de ensino universitário e público. Um último resultado a assinalar relativamente à informação sobre empregabilidade disponível nos *websites* é o facto de a existência de GAIP ser muito mais frequente que a existência de GAE; se diferenciarmos por sistema de ensino vemos que o sistema universitário é o que tem mais informação sobre ambos os gabinetes, distanciando-se muito do politécnico no que respeita à visibilidade dos GAE. Já o ensino privado apresenta nos seus *websites* mais GAE e GAIP que o público, sendo essa diferença sobretudo importante no que concerne os GAIP.

5.1.4. Caracterização da atividade dos gabinetes

Caracterização da atividade dos Gabinetes de Apoio à Inserção Profissional (GAIP)

Como referimos antes, identificámos a existência de um GAIP em 219 *websites* das instituições de ensino superior. Destes, 86% apresentam uma descrição das funções do gabinete (que designámos «informação estática»). No sentido de complementar esta caracterização recolhemos outros dados (que designamos por «informação dinâmica») sobre o funcionamento dos gabinetes (por exemplo existência de bolsa de emprego, cartazes de divulgação de atividades, etc.). Os conteúdos que nos pareceram mais relevantes e que de seguida passaremos a analisar separadamente são: a identificação e divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo, os apoios proporcionados na construção de estratégias de empregabilidade, as atividades de apoio à formação profissional e a monitorização de informação sobre a empregabilidade dos diplomados.

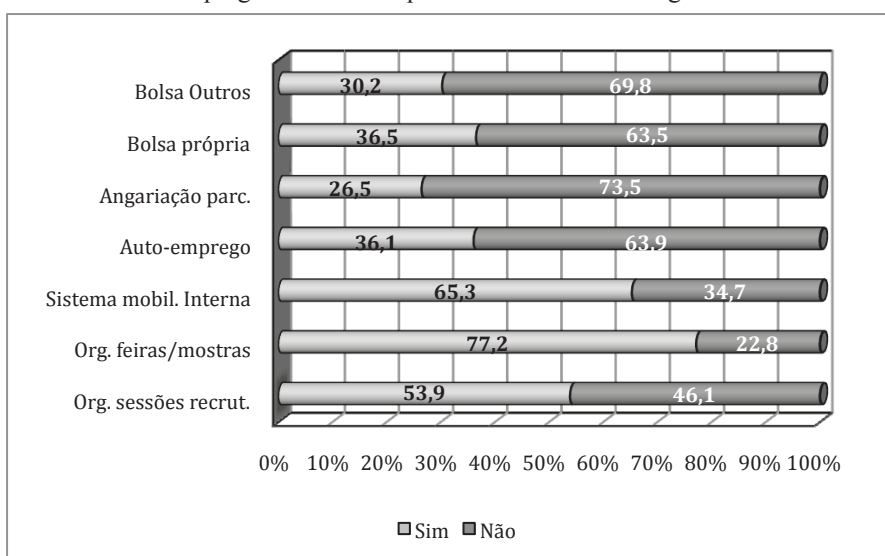
Identificação e divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo

Para descrever as atividades dos GAIP relacionadas com a identificação e divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo, averiguámos os *websites* quanto a: existência de uma bolsa de emprego da própria instituição (Bolsa própria); referência a bolsas de emprego externas à instituição (Bolsa outros);

referência a angariação de parcerias e de protocolos com instituições que proporcionem oportunidades de estágio e emprego (Angariação parc.); divulgação de informação sobre possibilidades e apoios à criação do próprio emprego (Auto-emprego); divulgação de informação sobre oportunidades de estágio e emprego no âmbito de sistemas de mobilidade internacional (Sist. mob. int.); organização de feiras ou mostras de estágios, empregos e/ou de apoios ao empreendedorismo (Org. feiras/mostras); e organização de sessões de apresentação/recrutamento de empresas (Org. sessões recrut.).

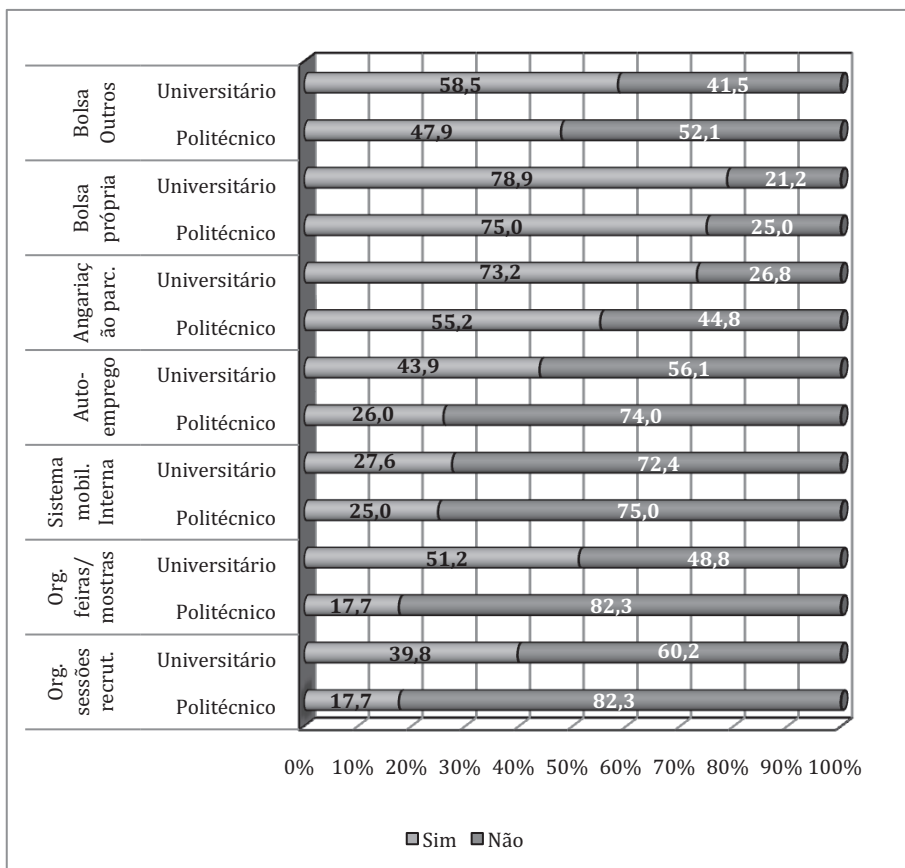
Na visão global da distribuição deste tipo de atividades, verifica-se que a criação de uma bolsa de emprego pela própria instituição é a opção privilegiada, seguida da angariação de parcerias e de protocolos com outras instituições que proporcionem oportunidades de estágio e emprego.

Gráfico 5-13: Atividades do GAIP no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – visão global



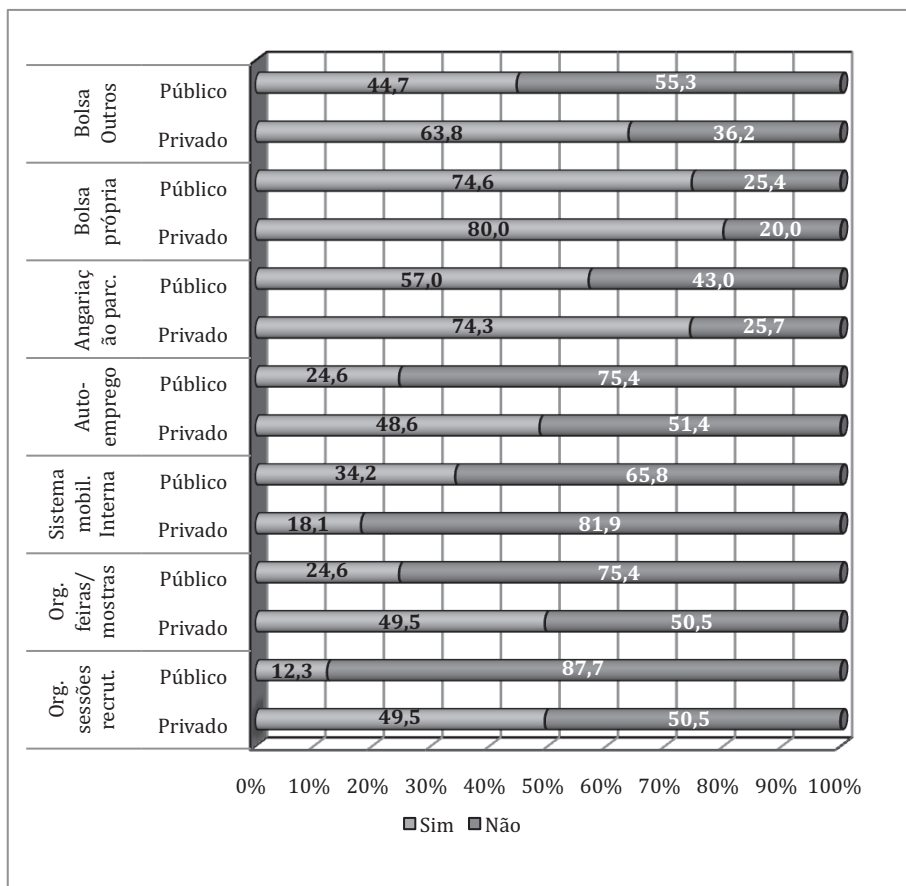
Se considerarmos o ensino politécnico e o ensino universitário, verificamos que em ambos os sistemas de ensino é a bolsa de emprego da própria instituição a estratégia mais seguida. As atividades de divulgação de oportunidade de emprego em que os sistemas de ensino mais diferem são a organização de feiras e mostras e a organização de sessões de recrutamento, ambas com uma aposta muito mais forte do ensino universitário. A mobilidade internacional, que é semelhante em ambos os sistemas de ensino, não tem ainda muita expressão nos *websites*.

Gráfico 5-14: Atividades do GAIP no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico



Se, por outro lado, o olhar incidir sobre a comparação entre ensino público e ensino privado, o gráfico seguinte revela que as instituições de ensino privado apresentam um empenho bastante maior na divulgação das oportunidades de emprego em praticamente todas as atividades desenvolvidas (exceção à divulgação de oportunidades de mobilidade internacional em que o sistema público se empenha mais, embora seja uma atividade com baixa expressão em ambos os casos). Possivelmente, as instituições do ensino privado consideram que estas atividades são um atrativo importante para os seus alunos, procurando que não sejam prejudicados nas oportunidades de emprego em relação aos diplomados do ensino público. Este mesmo fator explicará a maior atividade do ensino privado na organização de sessões de recrutamento e de feiras e mostras.

Gráfico 5-15: Atividades do GAIP no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado



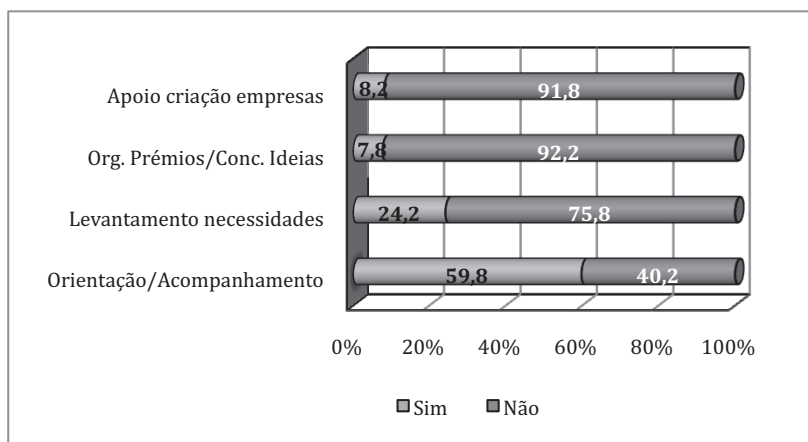
Apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo

Quanto ao tipo de apoio proporcionado pelos GAIP na construção de estratégias de empregabilidade, as atividades encontradas para efeitos de classificação são: orientação e acompanhamento personalizado na procura de oportunidades de estágio, emprego e aconselhamento de carreira (Orientação/Acomp.); levantamento de necessidades junto de potenciais instituições recrutadoras de finalistas ou recém-diplomados (Levantamento de necessidades); organização de prémios e/ou concursos de ideias, produtos e/ou negócios com potencial de inovação e/ou comercialização, para finalistas ou recém-diplomados (Org. prémios/conc. ideias); e apoios à criação de projetos empresariais com potencial inovador (por exemplo, espaço físico, consultoria, formação, financiamento, direto ou através de

identificação/angariação de parcerias externas, para empresas, ninhos de empresas, incubadoras, *spin-offs*, etc.) (Apoio criação emp).

Na visão global, verificamos que o tipo de apoio a estratégias de empregabilidade que as instituições mais divulgam é a orientação e acompanhamento personalizado na procura de oportunidades de estágio, emprego e aconselhamento de carreira, e a que menos divulgam são os apoios à criação de projetos empresariais (mas também a organização de prémios e/ou concursos de ideias, produtos e/ou negócios com potencial de inovação e/ou comercialização, que são naturalmente área secundárias para os GAIP).

Gráfico 5-16: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – visão global



Considerando ensino politécnico vs. ensino universitário, verificamos que ambos dão maior visibilidade à orientação e acompanhamento dos diplomados, sendo que todas as outras atividades têm uma baixa visibilidade nos *websites*. As diferenças entre instituições do ensino politécnico e instituições do ensino universitário mais relevantes referem-se às atividades de organização de prémios e/ou concursos de ideias, onde as universidades apostam muito pouco, e as atividades de levantamento de necessidades onde o politécnico aposta muito menos que o universitário.

Gráfico 5-17: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico

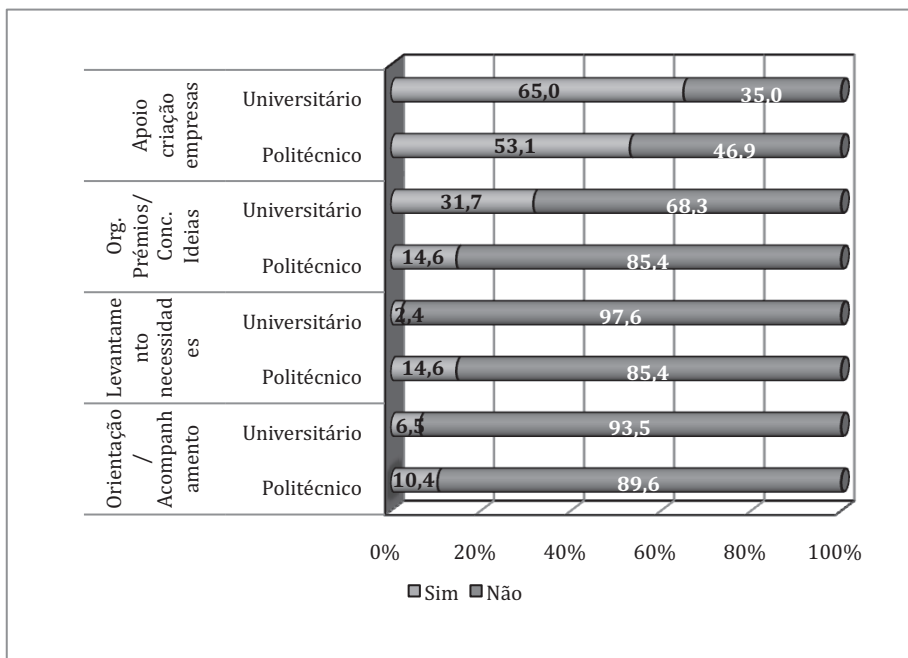
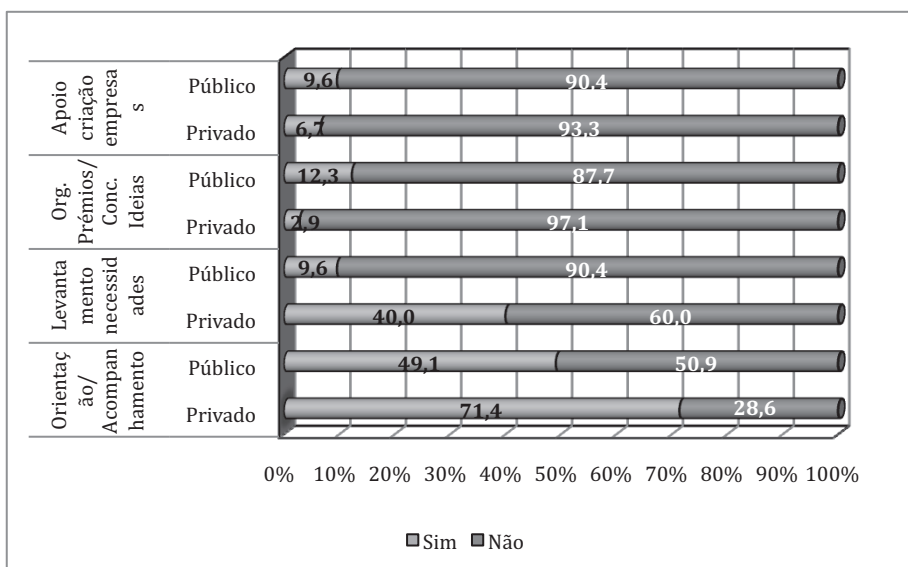


Gráfico 5-18: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado



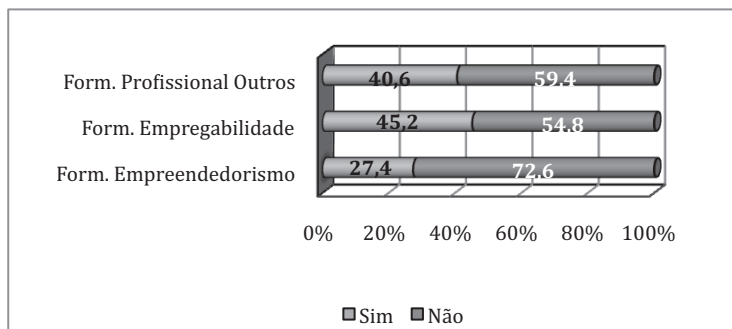
No entanto, como vimos no gráfico anterior, se o nosso olhar incidir sobre o ensino público vs. ensino privado, notamos o grande empenho das instituições do ensino privado (em comparação com o público) na divulgação de atividades de orientação e acompanhamento personalizado na procura de oportunidades de estágio, emprego e aconselhamento de carreira e na divulgação da realização de levantamento de necessidades junto de potenciais instituições recrutadoras de finalistas ou recém-diplomados.

Atividades de apoio à formação profissional

No que respeita a atividades de apoio à formação profissional, considerámos, para efeitos de classificação: divulgação de ofertas de formação profissional (internas e/ou externas) (Form. Prof Outros); organização de ações direcionadas para a empregabilidade (por exemplo, elaboração de CV, preparação de entrevistas de seleção, etc.) (Form. empregabilidade); e organização de ações direcionadas para o empreendedorismo (por exemplo, desenvolvimento de competências empreendedoras, criação de empresas, etc.) (Form. empreendedorismo).

Em termos globais, a informação do gráfico seguinte revela que há uma visibilidade muito semelhante dos diferentes tipos de formação, tendo, no entanto, a formação para a empregabilidade a maior visibilidade e a formação para o empreendedorismo a menor, o que revela mais uma vez o menor enfoque que as instituições dão ao empreendedorismo.

Gráfico 5-19: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à formação profissional – visão global



Considerando o tipo de ensino universitário vs. ensino politécnico (Gráfico 5-20), verificamos que o ensino universitário demonstra dar maior ênfase às atividades de apoio à formação profissional em geral do que o ensino politécnico, mas em quase todos os casos, exceto num, a formação é realizada por menos de metade dos gabinetes.

Enquanto se considerarmos o ensino público vs. ensino privado (Gráfico 5-21), podemos verificar que o ensino privado dá, consistentemente, maior ênfase às diferentes atividades de apoio à formação profissional do que o ensino público. Portanto,

mais uma vez o sistema privado revela mais preocupação na preparação do futuro profissional dos seus diplomados.

Gráfico 5-20: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à formação profissional – universitário vs. politécnico

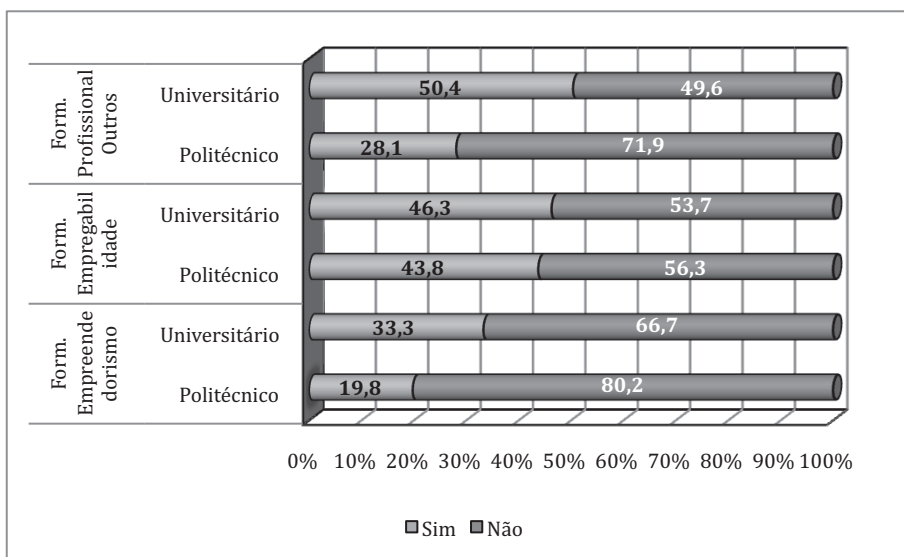
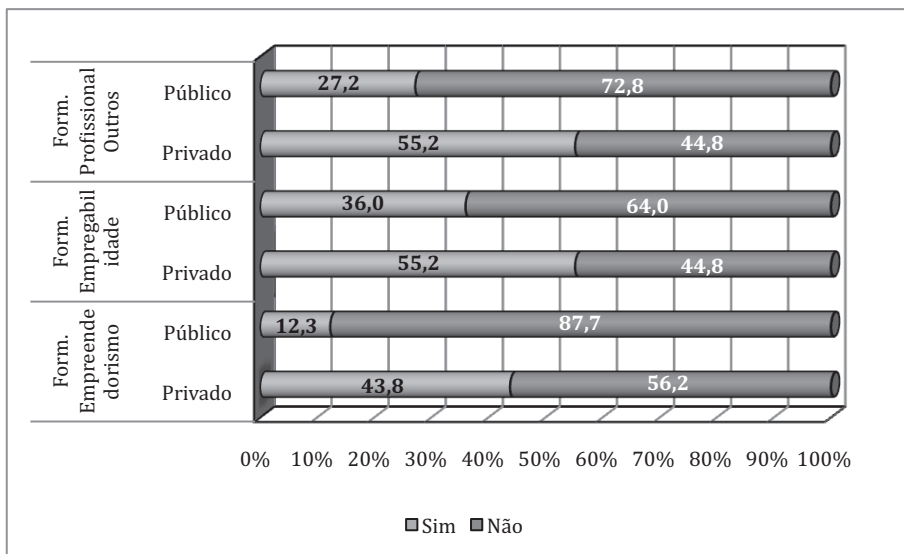


Gráfico 5-21: Atividades do GAIP no âmbito do apoio à formação profissional – público vs. privado

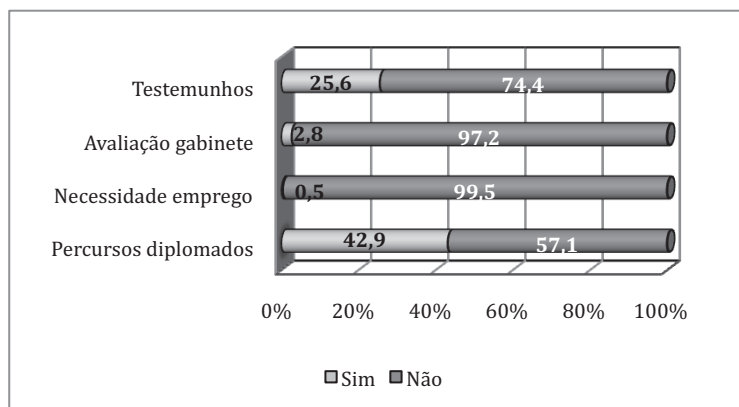


Monitorização de informação sobre a empregabilidade e empreendedorismo dos diplomados

Finalmente, ainda em relação aos GAIP identificados, e no que se refere a monitorização de informação sobre a empregabilidade dos diplomados, procurámos registos de: existência de estudos sobre percursos académicos e de inserção profissional dos diplomados da instituição (Percursos diplomados); existência de estudos sobre necessidades de emprego no território de intervenção do gabinete (Necessidade emprego); existência de avaliação da eficácia do impacte das ações realizadas pelo gabinete (Avaliação gabinete); e recolha e divulgação de testemunhos de utilizadores (neste caso, do gabinete) (Testemunhos).

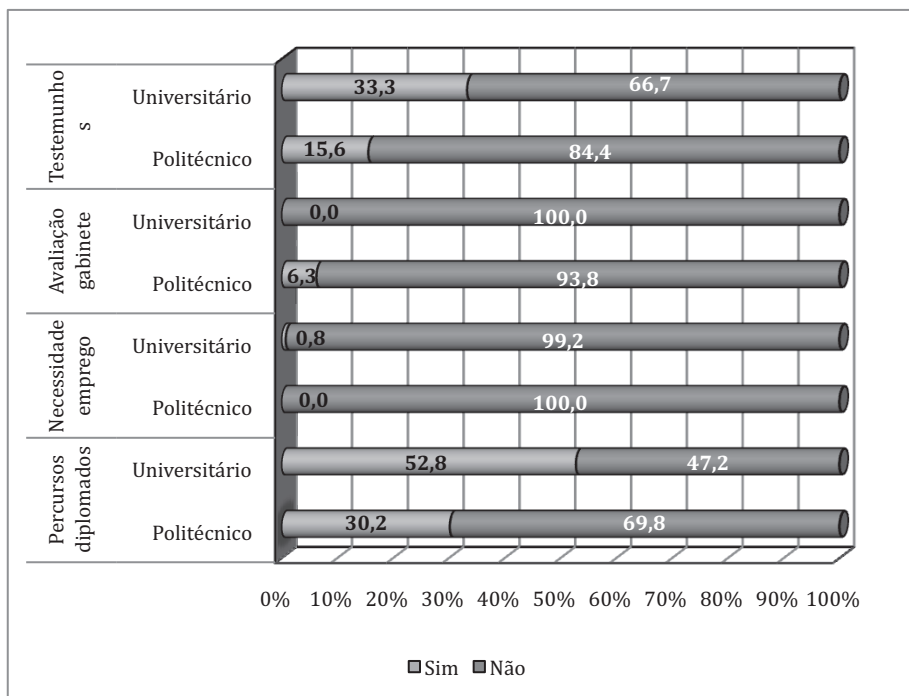
A atividade dos GAIP no âmbito da monitorização da empregabilidade que maior investimento revela por parte das instituições é a existência de estudos sobre percursos académicos e de inserção profissional dos diplomados da instituição. Por outro lado, se a falta de menção a estudos sobre necessidades de emprego no território de intervenção do gabinete for reveladora da falta de empenho nestas questões, pode ser preocupante, pois estes estudos são fundamentais para o afinamento da estratégia de empregabilidade das instituições.

Gráfico 5-22: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – visão global



Quanto à visão comparativa entre ensino politécnico e ensino universitário, chamamos a atenção para o facto de os estudos sobre necessidades de emprego no território de intervenção do gabinete serem igualmente desprezados pelo ensino universitário e politécnico. A notar, também, que os estudos sobre percursos académicos e de inserção profissional dos diplomados da instituição são muito mais frequentemente mencionados no ensino universitário que no politécnico.

Gráfico 5-23: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico

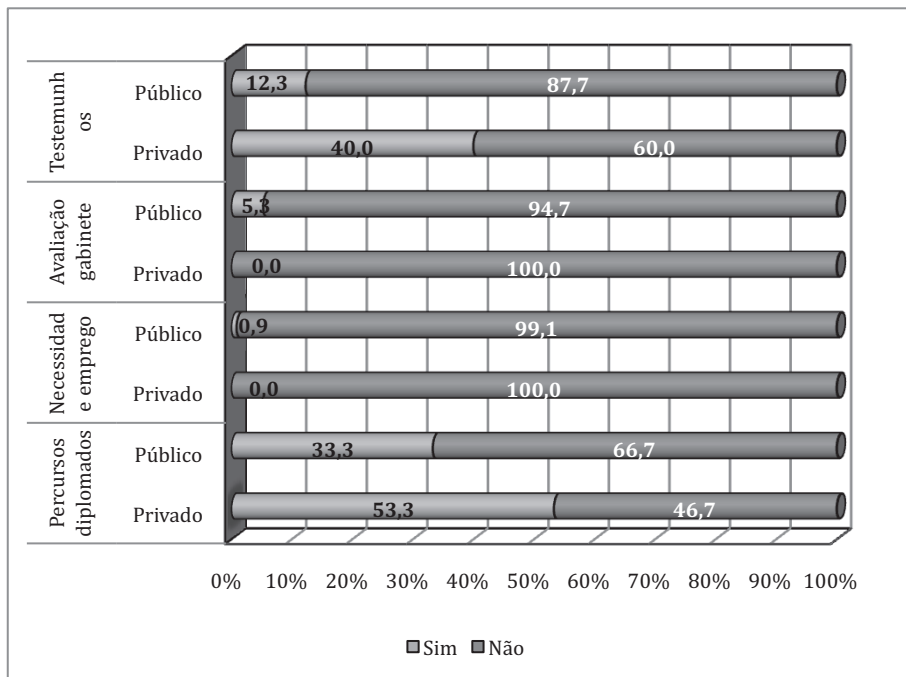


Por outro lado, na comparação entre ensino privado e público (Gráfico 5-24), o sistema privado continua a revelar maior empenho na questão da inserção profissional, neste caso traduzida em estudos sobre percursos académicos e de inserção profissional dos diplomados (embora os resultados destes estudos não estejam, em geral, disponíveis no *website*) e na recolha e divulgação de testemunhos de utilizadores.

Em resumo, vejamos os aspetos mais importantes a destacar sobre a atividade dos GAIP. Em primeiro lugar, importa notar que entre as várias iniciativas de identificação e divulgação e oportunidades de emprego, a que recolhe maior adesão é a criação de uma bolsa de emprego da instituição, sendo o sistema privado o que revela maior empenho neste tipo de atividades. No que concerne ao apoio que o gabinete dá às estratégias de empregabilidade, nota-se que a atividade que suscita maior interesse é a orientação e acompanhamento dos estudantes na procura de estágios e emprego. Há, no entanto, que frisar que o ensino privado se empenha bastante mais que o público nessa atividade, assim como no levantamento de necessidades junto de potenciais recrutadores. Relativamente às atividades de apoio à formação profissional a análise revela que menos de metade dos GAIP aposta nesta área, e que o ensino universitário (em comparação com o politécnico) e o ensino privado (em comparação com o público) são os que dão maior ênfase às atividades de apoio à formação em geral. Já no que respeita à atividade dos GAIP no

âmbito da monitorização da empregabilidade verifica-se que as instituições investem, sobretudo, em estudos sobre os percursos académicos e de inserção profissional dos diplomados da instituição (e isto com maior preponderância no ensino universitário relativamente ao politécnico e no privado relativamente ao público), e carecem de estudos sobre necessidades de emprego.

Gráfico 5-24: Atividades do GAIP no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado



Caracterização da atividade dos Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo (GAE)

Foram identificados GAE em 92 *websites* das instituições do ensino superior, sendo que quase todos (88%) apresentam informação mista relativa às funções e/ou atividades do gabinete.

No sentido de complementar esta caracterização, e tal como fizemos com os GAIP, recolhemos informação dinâmica sobre o funcionamento dos GAE relativa a: a) identificação e divulgação de oportunidades de emprego e de empreendedorismo; b) apoios proporcionados na construção de estratégias de empregabilidade e de empreendedorismo; c) atividades de apoio à formação profissional e d) monitorização de informação sobre a empregabilidade e a atividade empreendedora dos diplomados.

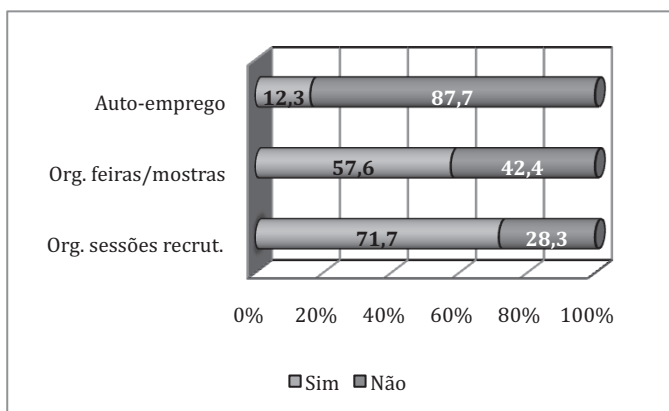
Embora os GAE estejam, essencialmente, vocacionados para a preparação do autoemprego (enquanto que os GAIP estão vocacionados para a procura de emprego

por conta de outrem) não deixam de levar a cabo atividades conducentes à procura de emprego por conta de outrem; e o mesmo acontece com os GAIP relativamente à promoção do empreendedorismo. Por estas razões optámos por fazer uma caracterização coerente dos GAE e GAIP, embora retirando as categorias em que a existência de casos era mínima, para não dispersar a atenção na leitura dos gráficos.

Identificação e divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo

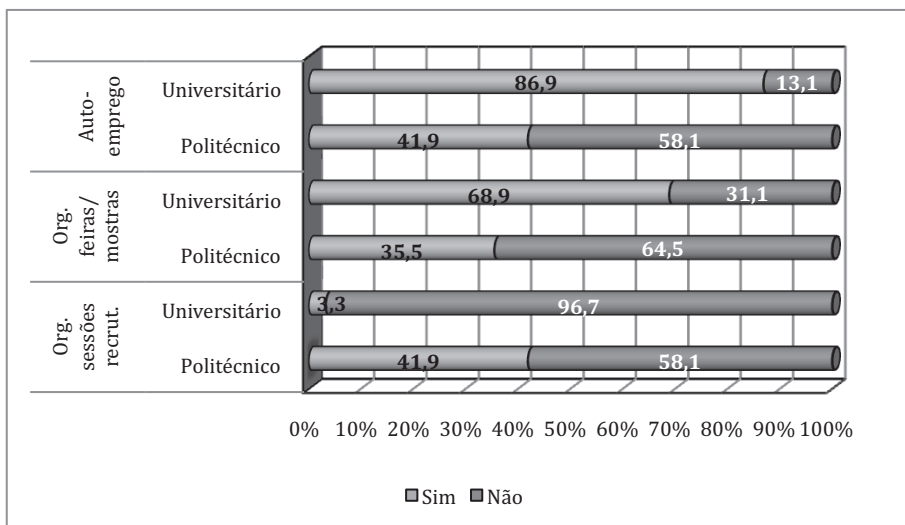
Quanto a atividades relacionadas com a identificação e divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo, como seria de esperar, os GAE têm um forte empenho na divulgação de informação sobre possibilidades e apoios à criação do próprio emprego. A organização de feiras ou mostras de estágios, empregos e/ou de apoios ao empreendedorismo é, também, uma aposta forte.

Gráfico 5-25: Atividades do GAE no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – visão global



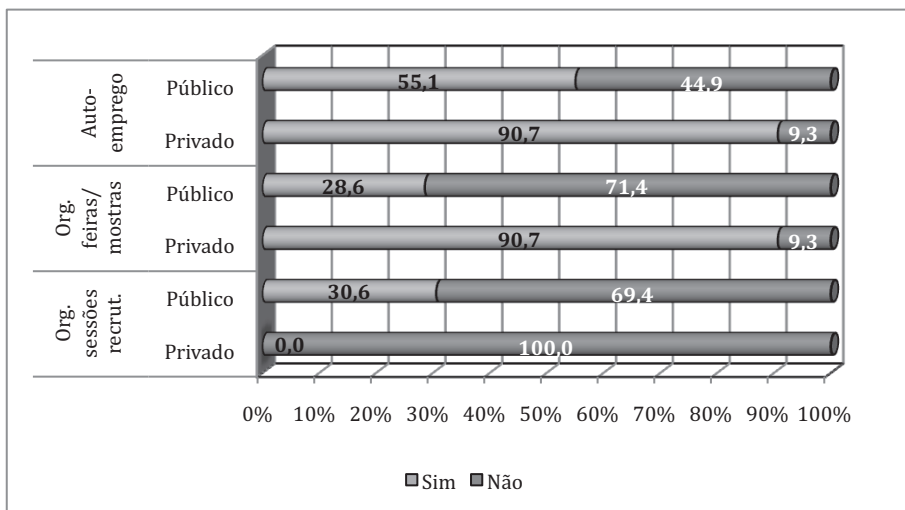
No entanto, analisando à luz da dicotomia ensino universitário vs. ensino politécnico, denota-se um maior empenho do ensino universitário, relativamente ao politécnico, na divulgação de atividades relacionadas com o autoemprego e organização de feiras/mostras. Mas o politécnico, por sua vez, aposta mais fortemente na organização de sessões de apresentação/recrutamento de empresas que o universitário.

Gráfico 5-26: Atividades do GAE no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico



Comparativamente ao ensino público, o ensino privado faz fortíssima aposta na divulgação na página internet de atividades relacionadas com o autoemprego e organização de feiras/mostras, mas, por outro lado, descarta totalmente (não há menção) a organização de sessões de apresentação/recrutamento de empresas.

Gráfico 5-27: Atividades do GAE no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado

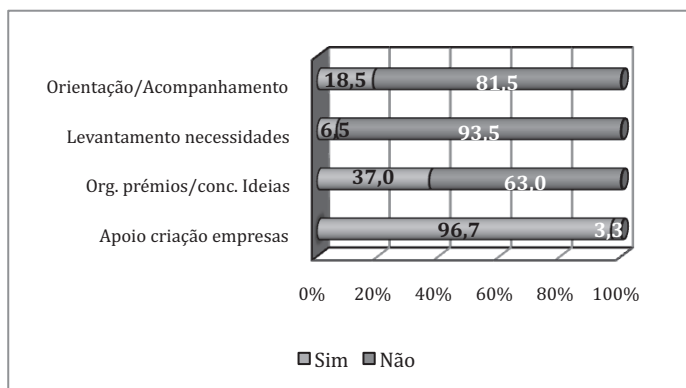


Construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo

Quanto ao tipo de apoio proporcionado pelos GAE na construção de estratégias de empregabilidade, as atividades encontradas para efeitos de classificação são: orientação e acompanhamento personalizado na procura de oportunidades de estágio, emprego e aconselhamento de carreira (Orientação/Acomp.); levantamento de necessidades junto de potenciais instituições recrutadoras de finalistas ou recém-diplomados (Levantamento de necessidades); organização de prémios e/ou concursos de ideias, produtos e/ou negócios com potencial de inovação e/ou comercialização, para finalistas ou recém-diplomados (Org. prémios/conc. ideias); e apoios à criação de projetos empresariais com potencial inovador (por exemplo, espaço físico, consultoria, formação, financiamento, direto ou através de identificação/angariação de parcerias externas, para empresas, ninhos de empresas, incubadoras, *spin-offs*, etc.) (Apoio criação empresas).

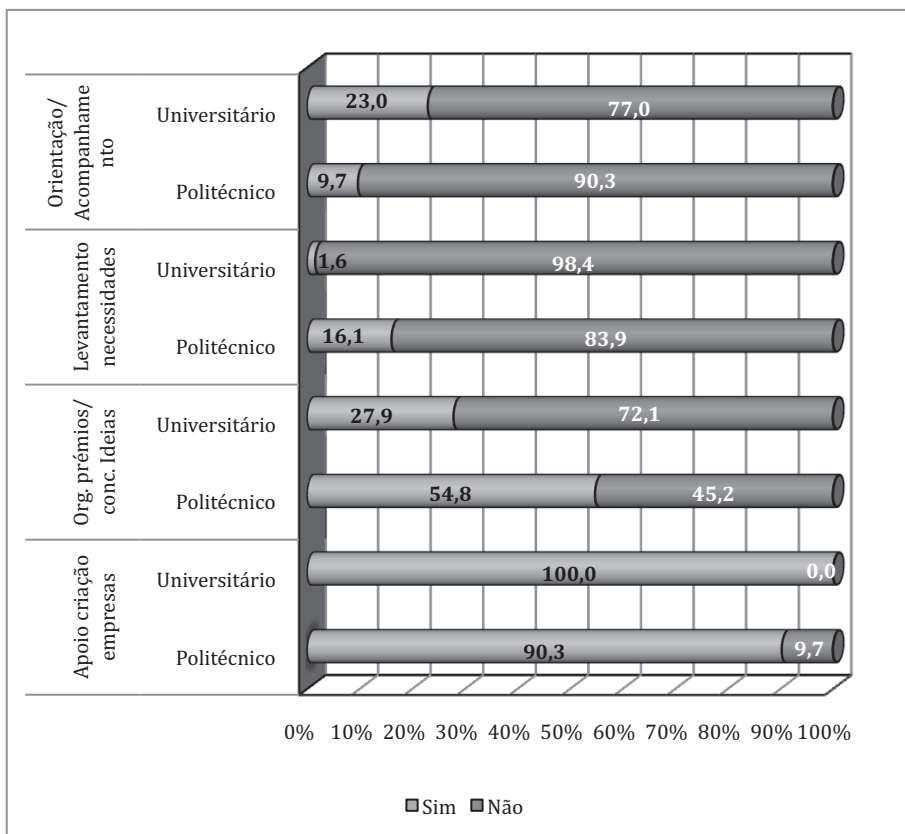
Como seria de esperar, o apoio à criação de empresas é aposta mais forte dos GAE. Já o levantamento de necessidades junto de potenciais instituições recrutadoras de finalistas ou recém-diplomados é a atividade que desperta menos interesse, o que também é de esperar por ser uma tarefa mais adequada aos GAIP. No entanto, e como vimos atrás, os GAIP, em especial do ensino público e politécnico, também não fazem uma aposta forte nesta área.

Gráfico 5-28: Atividades do GAE no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – visão global



A visibilidade das atividades de levantamento de necessidades e orientação/acompanhamento dos estudantes é muito reduzida. Mas se atentarmos às diferenças entre o ensino politécnico e o universitário vemos que o politécnico aposta mais na visibilidade da organização de prémios e/ou concursos de ideias, bem como no levantamento de necessidades junto de potenciais instituições recrutadoras do que o universitário, enquanto este se dedica mais à orientação/acompanhamento dos estudantes e ao apoio à criação de empresas.

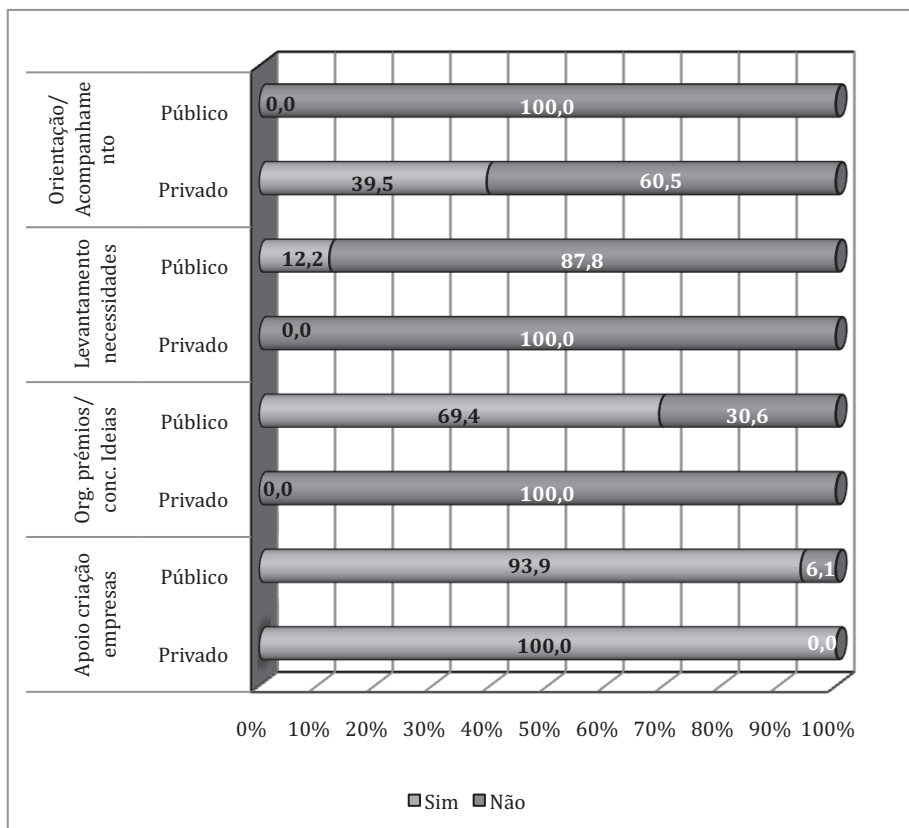
Gráfico 5-29: Atividades do GAE no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – universitário vs. politécnico



Na análise ensino público vs. ensino privado, o apoio à criação de projetos empresariais com potencial inovador também é a atividade em que ambos os sistemas de ensino revelam maior empenho.

No entanto, temos uma grande disparidade em algumas das opções feitas. Enquanto 69,4% das instituições públicas apostam na visibilidade dos seus prémios e concursos de ideias, no ensino privado não existe qualquer visibilidade neste âmbito. Em contrapartida, o ensino público opta por não dar visibilidade à orientação/accompanhamento dos estudantes na procura de oportunidades (nenhuma instituição o faz), enquanto o privado o faz em 39,5% dos casos.

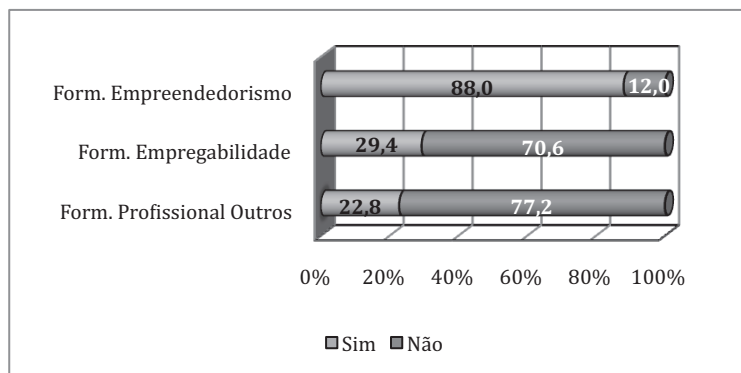
Gráfico 5-30: Atividades do GAE no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – público vs. privado



Atividades de apoio à formação profissional

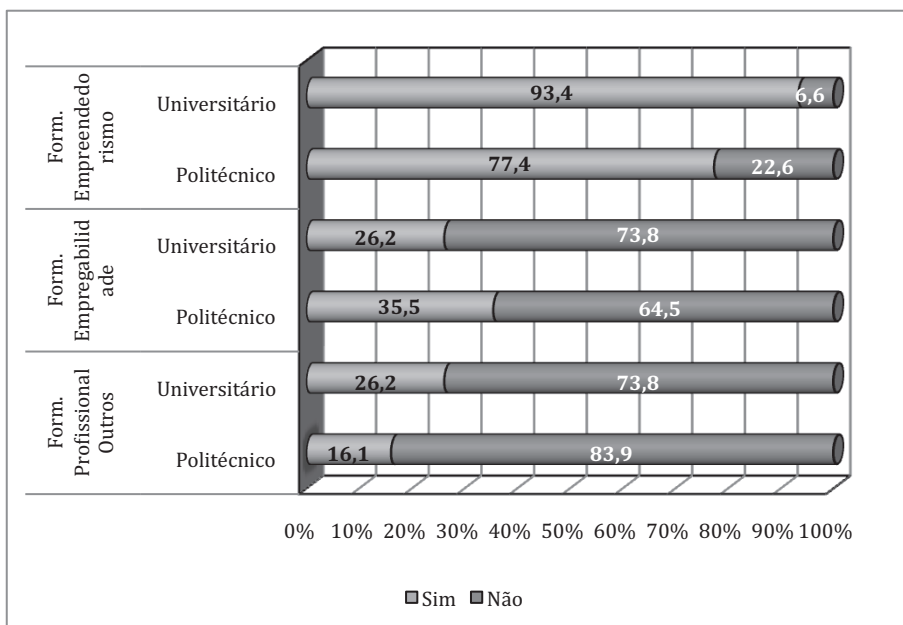
No que respeita a atividades de apoio à formação profissional, nota-se uma grande especialização dos GAE na formação para o empreendedorismo, dando muito menor importância a outros tipos de formação.

Gráfico 5-31: Atividades do GAE no âmbito do apoio à formação profissional – visão global



Quanto à comparação entre ensino universitário e ensino politécnico, confirma-se a grande visibilidade dada à formação para o empreendedorismo pelo ensino universitário em face do politécnico.

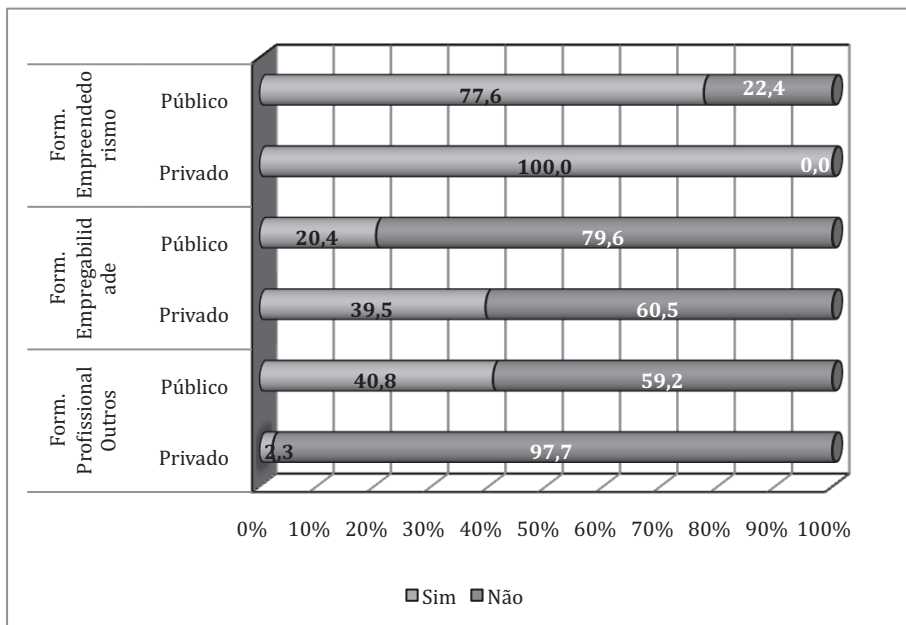
Gráfico 5-32: Atividades do GAE no âmbito do apoio à formação profissional – universitário vs. politécnico



Já no que se refere à dicotomia ensino público e ensino privado, verificamos que a visibilidade dada às atividades de formação sofre variações. O ensino privado

revela um maior empenho na visibilidade das suas ações direcionadas para o empreendedorismo e para a organização de ações direcionadas para a empregabilidade (por exemplo, elaboração de CV, preparação de entrevistas de seleção, etc.) em comparação com o público, enquanto o ensino público dá muito maior relevância à divulgação de ofertas de formação profissional (internas e/ou externas).

Gráfico 5-33: Atividades do GAE no âmbito do apoio à formação profissional – público vs. privado



Monitorização de informação sobre a empregabilidade e empreendedorismo dos diplomados

Finalmente, ainda em relação aos GAE identificados, quanto à monitorização de informação sobre a empregabilidade e atividade empreendedora dos diplomados, verificamos que são um tipo de iniciativas totalmente negligenciadas. Por exemplo, no que concerne a existência de estudos sobre percursos académicos e inserção profissional dos diplomados da instituição, bem como estudos sobre necessidades de emprego no território de intervenção do gabinete, só 7% o fazem.

Em suma, a atividade dos GAE especializa-se no empreendedorismo. Em diversas áreas de ação dos GAE, como o apoio à criação de projetos empresariais, a formação e a monitorização, não existem diferenças a assinalar no empenho entre os tipos de sistemas de ensino analisados, o que difere dos resultados relativos à ação dos GAIP onde o sistema privado se revelou com frequência mais dinâmico. As diferenças entre sistemas de ensino só surgem na divulgação de apoios ao auto-emprego.

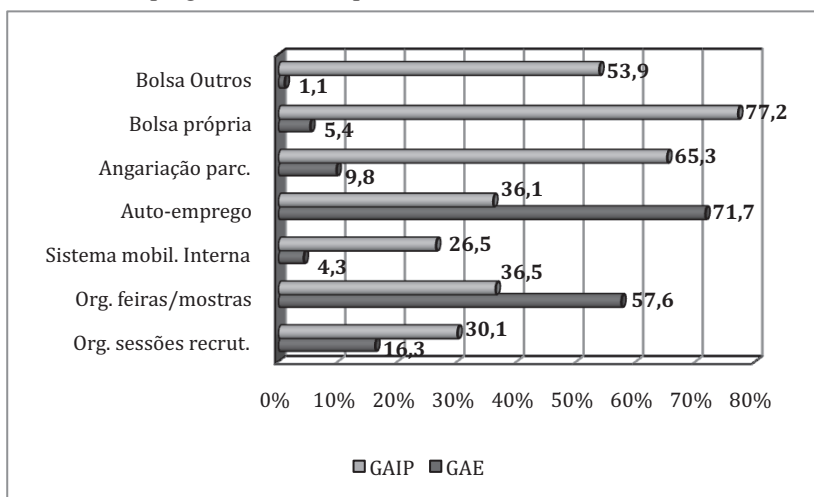
Comparação das estratégias dos GAIP vs. GAE

Como dissemos antes, as categorias utilizadas na recolha de informação nos *websites* sobre GAIP e GAE foram consistentes, visto que as funções de ambos os gabinetes não são mutuamente exclusivas. As instituições começaram por tratar as questões da empregabilidade criando GAIP, mas à medida que o empreendedorismo começa a ter relevância como forma de empregabilidade, estes gabinetes foram alargando as suas atribuições. Só mais tarde são introduzidos os GAE²⁷ que, em geral, se especializam fundamentalmente nas questões do empreendedorismo.

De seguida analisaremos estas questões, ao comparar GAE e GAIP identificaremos as sobreposições e complementaridades entre estes gabinetes.

O gráfico seguinte é ilustrativo da maior diversidade de funções dos GAIP ligadas à identificação e divulgação de oportunidades de emprego e empreendedorismo. Os GAE só se revelam mais dinâmicos na organização de feiras e na identificação de oportunidades de emprego, e são praticamente inativos em atividades de mobilidade internacional e angariação de parceiros, atividades que nos parecem ser úteis, senão direta pelo menos indiretamente, à atividade empreendedora dos diplomados.

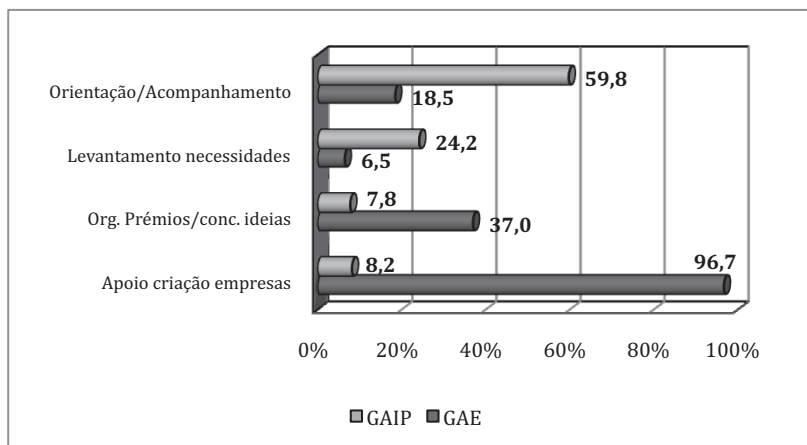
Gráfico 5-34: Atividades no âmbito da divulgação de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo – GAIP vs. GAE



Nos apoios à construção de estratégias de empregabilidade, como o apoio à criação de empresas e a organização de concursos de ideias, os GAE demonstram grande empenho, como seria de esperar. Enquanto no levantamento de necessidades são muito menos ativos que os GAIP que, como já tínhamos visto, também negligenciam esta área.

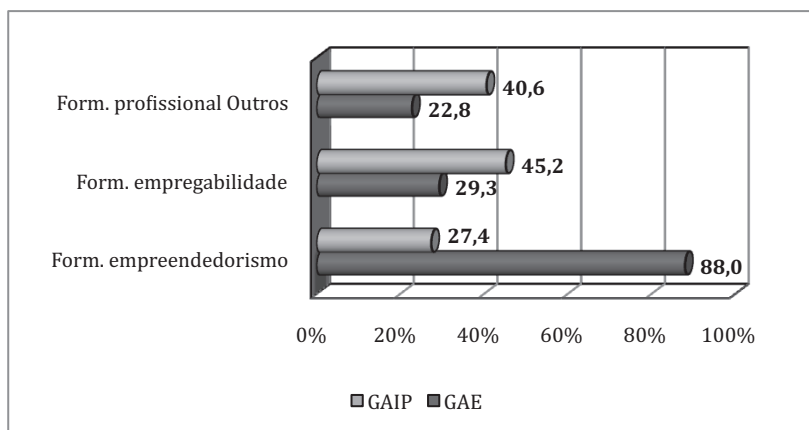
²⁷ Neste estudo, apenas dezasseis instituições tratam a questão da empregabilidade só com GAE.

Gráfico 5-35: Atividades no âmbito do apoio à construção de estratégias de empregabilidade e empreendedorismo – GAIP vs. GAE



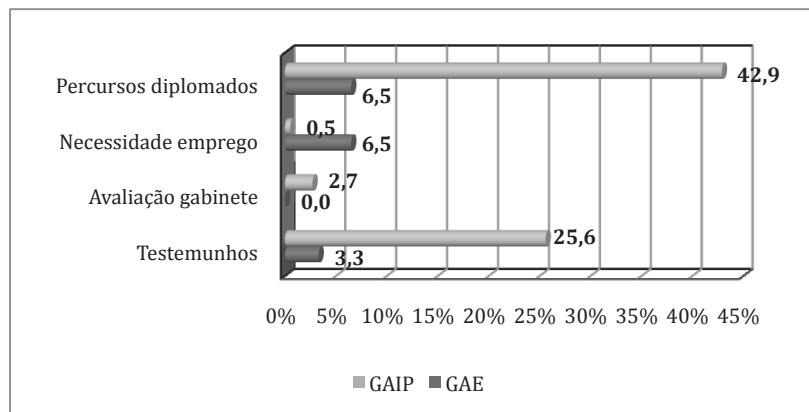
No que respeita a atividades de apoio à formação profissional, verificamos que os GAE se vocacionam fortemente para a formação para o empreendedorismo, dando os GAIP prioridade aos outros tipos de formação profissional.

Gráfico 5-36: Atividades no âmbito do apoio à formação profissional – GAIP vs. GAE



Finalmente, quanto à monitorização de informação sobre a empregabilidade dos diplomados, vê-se claramente a falta de empenho de GAIP e GAE nestas atividades, exceto no que respeita ao percurso dos diplomados e, em menor escala, a publicação de testemunhos por parte dos GAIP, sendo que os GAE praticamente as ignoram.

Gráfico 5-37: Atividades no âmbito da monitorização sobre empregabilidade e empreendedorismo – GAIP vs. GAE



A propósito da monitorização da empregabilidade, vale a pena aprofundar a consulta dos *websites* das instituições de ensino superior, procurando compreender melhor o trabalho de monitorização e avaliação interna que têm vindo a desenvolver, no que se refere especificamente a atividades no âmbito da empregabilidade e a ações de incentivo ao empreendedorismo dos seus estudantes. Com efeito, apesar de apenas termos registado 26 instituições que divulgam nos seus *websites* relatórios e documentos internos sobre estas temáticas, verifica-se que esta é uma prática muito recente, com registos produzidos sobretudo nos últimos dois anos, mas com sinais claros de expansão crescente.

Os documentos disponibilizados pelas próprias instituições são, essencialmente, de três tipos:

- Relatórios simples de cálculo das taxas de empregabilidade dos diversos cursos ministrados pela instituição, baseando-se tais cálculos na relação entre o número de inscritos nos centros de emprego do IEFP diplomados num determinado par instituição/ciclo de estudos e num determinado período, e o número total de diplomados no mesmo par instituição/ciclo de estudos e no mesmo intervalo temporal considerado. A exigência recentemente fixada pelo Despacho de 11 de junho de 2012 do Secretário de Estado do Ensino Superior, que faz depender a fixação das vagas em cada par instituição/ciclo de estudos da informação disponível sobre a empregabilidade desse mesmo ciclo de estudos, irá, certamente, originar uma acrescida atenção das instituições à produção regular e divulgação desta informação. Assim, apesar de se tratar quase sempre de relatórios sem análise de fatores explicativos da evolução da empregabilidade dos cursos, julgamos que a generalização deste tipo de relatórios, desde que convenientemente aferidos, poderá produzir efeitos significativos na reflexão que as instituições serão forçadas a fazer sobre a relevância social da formação que proporcionam e sobre a sua adequação às exigências e necessidades do mercado de trabalho

- Inquéritos aos diplomados sobre percursos profissionais e trajetórias de obtenção do primeiro emprego e de inserção no mercado de trabalho. Estes inquéritos são entendidos pelas instituições que os promovem como instrumento essencial para uma reflexão fundamentada e criteriosa sobre a adequação da sua oferta formativa
- Estudos sistemáticos e aprofundados sobre inserção de diplomados na vida ativa, sobre perfis profissionais e estrutura da oferta de emprego em determinadas áreas de formação e sobre as perspetivas das entidades empregadoras relativamente às qualificações, competências e grau de preparação para ingresso de diplomados no mercado de trabalho

Apesar de estes diversos tipos de relatórios, inquéritos e estudos terem ainda um desenvolvimento limitado, admitimos que a sua crescente produção virá a ser um fator essencial para que os sistemas de avaliação da qualidade do desempenho das instituições de ensino superior possam alcançar plena maturidade.

Como conclusão da análise comparativa entre os dois tipos de gabinetes, pode dizer-se que a atividade dos GAIP é muito mais diversificada que a dos GAE, que se especializam fundamentalmente nas questões do empreendedorismo. Isto explica-se, por um lado, pelo facto de os GAE surgirem posteriormente aos GAIP e por atuarem em convivência com estes (só 16 instituições têm GAE, sem GAIP). Apesar desta especialização, os GAE descumram atividades que, mesmo sendo só indiretamente ligadas, poderiam beneficiar o empreendedorismo dos diplomados. Através da informação recolhida nos *websites* nota-se uma insuficiente abertura ao exterior por parte dos GAE, que se observa, por exemplo, no fraco investimento na angariação de parceiros, na pouca atenção dada às questões da internacionalização e no pouco esforço no levantamento de informação sobre necessidades de emprego.

5.2. NOVAS ATITUDES PERANTE A EMPREGABILIDADE: RESPOSTAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Tendo em vista o enriquecimento da análise apresentada na secção anterior, procedemos à realização de um conjunto limitado de entrevistas com responsáveis e protagonistas diversos de instituições representativas do ensino superior. O objetivo definido para estas entrevistas foi, essencialmente, o de testar e validar a informação disponibilizada através das páginas *web*, procurando uma maior e melhor especificação das orientações estratégicas e decisões operacionais seguidas nos domínios da promoção da empregabilidade e dos incentivos ao empreendedorismo.

A escolha das instituições para a realização das entrevistas teve em atenção o índice de empenho institucional definido na secção anterior, sendo contempladas instituições que, à partida, revelavam altos padrões de desempenho na promoção da empregabilidade e empreendedorismo entre os seus recém-diplomados. Foi igualmente tomada em atenção a diversidade de um sistema onde se incluem universidades e institutos politécnicos, quer públicos quer privados.

As instituições que para este efeito visitámos, entre 24 de maio e 28 de junho de 2012 foram: Universidade de Aveiro, Universidade Lusíada (Lisboa), Instituto

Politécnico de Leiria e Instituto Piaget (Almada). Apesar de pertencerem a cada um dos subsetores do ensino superior, é importante realçar que, de modo algum, se pretende que estas quatro instituições sejam vistas como modelos representativos de tais subsetores. Trata-se, apenas, de considerar elementos de ilustração em que as instituições escolhidas são convocadas para transmitir e testemunhar problemas comuns ao sistema no seu conjunto e explicar as estratégias para os enfrentar. Importa, também, salvaguardar que, não obstante a especificidade de cada uma das universidades e institutos politécnicos visitados, não existiu a preocupação em se efetuarem estudos de caso aprofundados, ou de avaliar ou monitorizar as ações realizadas.

No relato que se segue, a identificação das instituições é apenas feita de forma episódica, mesmo apesar de se tratar de um registo de opiniões que não envolvem matérias de natureza confidencial ou sigilosa. Os nossos interlocutores detêm posições relevantes na estrutura de governo da instituição, na direção de cursos e programas de ensino, na organização de gabinetes e estruturas técnicas de apoio à empregabilidade e empreendedorismo, nas associações de estudantes e de antigos alunos. Atendendo ao modo como previamente se prepararam para responder aos tópicos orientadores das entrevistas, e a forma aberta e construtiva como colaboraram com o estudo, consideramos que foram recolhidos elementos de informação com significado e relevância no âmbito deste estudo. O guião que serviu de base à realização das entrevistas é apresentado no Anexo 2.

5.2.1. Orientações estratégicas na oferta educativa

De um modo geral, as quatro instituições visitadas confirmam a informação recolhida nas páginas de internet no que se refere ao respetivo nível de empenho estratégico, tanto na vertente da empregabilidade como na do empreendedorismo. Tal empenho é assumido pelos responsáveis institucionais como condição essencial ao cumprimento dos objetivos de formação, uma vez que se trata de garantir o exercício de uma postura de «responsabilidade social» perante os recém-diplomados.

Relativamente ao tema da empregabilidade, as orientações estabelecidas pelos órgãos de gestão e de governo apontam, claramente, para modificações e redimensionamento da oferta de cursos de 1º e 2º ciclo, em função da sua maior ou menor atratividade de mercado. Neste âmbito, apesar de referirem a inevitabilidade destes ajustamentos, as instituições também reconhecem o que parece ser uma oferta demasiado dispersiva, muitas vezes como resultado de uma política desajustada de resposta imediatista a supostas necessidades suscitadas pelo exterior. Reconhecem, ainda, o peso excessivo de cursos em áreas de formação com sucesso circunstancial, por efeitos miméticos ou de «moda», o que pode momentaneamente gerar níveis acrescidos de empregabilidade de tais cursos, mas que pode, igualmente, multiplicar prejuízos a médio e longo prazo.

Independentemente das orientações e mudanças introduzidas existe uma inequívoca constatação de que, na mesma instituição de ensino, os problemas relacionados com a empregabilidade assumem relevância diferente conforme as áreas de estudo consideradas, existindo cursos que naturalmente proporcionam boas saídas de em-

prego, enquanto outros cursos apresentam taxas de sucesso muito baixas. Esta diferenciação é, por vezes, motivo de tensão interna e de rivalidade entre os próprios estudantes, nomeadamente por parte daqueles que se sentem preteridos pela menor visibilidade ou pelo menor grau de reconhecimento do mérito do curso que escolheram.

Na sua análise sobre as razões que assistem à escolha de um determinado curso superior, reconhecem como principais incentivos positivos o peso da vontade própria dos alunos e do aconselhamento familiar mas, também, a boa reputação atribuída à instituição e o estatuto remuneratório associado à vida profissional futura. Como incentivo negativo, referem a má imagem e fama que se associa a um determinado par curso-instituição, por vezes por circunstâncias fortuitas ou passageiras mas que, uma vez criada, demora vários anos a ser corrigida. Acontecimentos envolvendo universidades que sejam alvo de forte ou prolongada exposição mediática são dificilmente sanáveis no curto e médio prazo e deixam marcas negativas duradouras.

Apesar de considerarem que o fator empregabilidade faz parte integrante dos processos de escolha do curso a frequentar, alguns dos responsáveis entrevistados não deixaram de sublinhar a importância de se garantir formação superior em domínios académicos que, à partida, apresentam taxas de ocupação profissional muito baixas, quer em cursos de forte componente teórico-científica, quer em áreas das humanidades que cultivam saberes fundamentais não diretamente aplicáveis. Ou seja, nos ciclos de estudos em que prevalece uma perspetiva de cultivo do «saber-saber», independentemente da sua utilização.

Neste sentido, e reforçando a ideia de que o ensino superior não pode prescindir de garantir a aquisição de conhecimentos básicos essenciais, parece existir quase unanimidade de pontos de vista relativamente ao insucesso do Processo de Bolonha em proporcionar saídas para a vida profissional no final do 1º ciclo de formação, especialmente no ensino universitário. Ou seja, a pouco e pouco vai-se consolidando a convicção de que as preocupações com o emprego só surgem no final do 2º ciclo ou do mestrado integrado, não existindo oportunidades de ocupação para quem apenas conclui o 1º ciclo de formação (licenciatura) no ensino superior. Deste modo, as instituições minimizam as consequências negativas do insucesso da empregabilidade das licenciaturas pós-Bologna, ao mesmo tempo que apontam as deficiências no cálculo da taxa de empregabilidade de cursos deste tipo, que cada vez mais se concebem como antecâmara da formação especializada que ocorre no 2º ciclo ou nos anos terminais do mestrado integrado.

No que se refere à preocupação com a temática do empreendedorismo, as entrevistas efetuadas não permitiram traçar um panorama rigoroso da situação vivida nas instituições privadas de ensino superior, pois não são relevantes os exemplos de atividade que nos relataram. Com esta ressalva, assinala-se que o tema tem merecido alguma reflexão nas instituições universitárias e politécnicas públicas, a julgar pela informação facultada pela Universidade de Aveiro e pelo Instituto Politécnico de Leiria. A criação de unidades curriculares neste domínio, abrangendo transversalmente diversas áreas de formação, das humanidades às ciências exatas, tem sido uma das inovações já ensaiadas, apesar da aceitação pelas comissões científicas ou diretores de ensino nem sempre ser pacífica. Com efeito, existem claras diferenças na aceitação das vantagens de uma disciplina de empreendedorismo nas áreas de

economia, gestão e engenharia, quando comparadas com o que se passa nas áreas da educação, línguas e humanidades. Os interlocutores que entrevistámos foram claramente favoráveis a uma decisão «*top-down*» que vincule os diversos departamentos ou escolas a desenvolver pelo menos uma unidade curricular onde os alunos adquiram competências que os habilitem a montar o seu próprio negócio.

Entre as vozes que aderem com menor otimismo a esta orientação estratégica, nota-se uma valorização excessiva dos fatores externos à instituição que determinam a oportunidade de ocupação dos diplomados do ensino superior. Neste sentido, a conjuntura de crise atualmente vivida tende a sobrepor-se como fator explicativo do insucesso de ocupação, suplantando eventuais deficiências formativas decorrentes da inexistência de uma unidade curricular dedicada à formação do espírito empreendedor.

5.2.2. Funcionamento dos gabinetes técnicos de apoio

A criação de gabinetes ou departamentos especificamente vocacionados para o acompanhamento de matérias relacionadas com o emprego dos diplomados e saídas profissionais é uma das constatações que resultam da análise dos *websites* das instituições de ensino superior, conforme tivemos oportunidade de sublinhar no capítulo 4 do presente relatório. A sua existência está consagrada num leque muito amplo de designações: Gabinete de estágios e saídas profissionais, Gabinete de apoio à vida ativa, Centro de transferência de conhecimento, Unidade de transferência de tecnologia, Incubadora de empresas, são alguns dos nomes das estruturas dedicadas aos temas da empregabilidade e empreendedorismo que encontramos nas instituições cujos *websites* visitámos.

Estas e outras designações servem para referenciar e enquadrar um conjunto de atividades desenvolvidas com diferentes graus de dinamismo, sendo sempre patente algum investimento em recursos humanos e financeiros. Das atividades que registámos para as quatro instituições visitadas merecem destaque as seguintes:

- Divulgação estática de ofertas de emprego em placards informativos ou folhas volantes recolhidas pelos interessados
- Divulgação dinâmica de ofertas de emprego através das redes sociais ou mediante informação direcionada a destinatários previamente inscritos
- Atualização regular de informação organizada sob a forma de «bolsa de emprego»
- Comunicação, dirigida a empresas, sobre diplomados potencialmente recrutáveis
- Informação de oferta e procura para a realização de estágios curriculares
- Acompanhamento e monitorização de diplomados em busca de primeiro emprego
- Organização de ações formativas sobre preparação de CV e de entrevistas de emprego
- Organização de feiras de emprego com participação de entidades empregadoras (de âmbito regional e nacional)

- Organização de sessões de esclarecimento, colóquios e mesas redondas sobre saídas profissionais e empreendedorismo
- Apoio «*start-up*» a empresas criadas por estudantes (no âmbito das ações específicas desenvolvidas por incubadoras de empresas)

Relativamente a este conjunto diversificado de atividades – que, repete-se, não ocorrem à mesma escala nem com idêntico empenho em cada uma das quatro instituições visitadas – a visão apresentada pelos responsáveis das estruturas de funcionamento é bem distinta da visão que nos é transmitida pelos utentes mais interessados, isto é, os próprios estudantes e recém-diplomados. Com efeito, se é verdade que existe algum orgulho institucional pela forma como se disponibiliza ou se pretende disponibilizar informação e apoios que contribuam para melhorar a empregabilidade dos cursos e o espírito empreendedor dos diplomados, não podemos deixar de sublinhar os testemunhos muito críticos canalizados pelos representantes de associações de estudantes e de *alumni* que entrevistámos.

As principais queixas e reclamações de atuais e antigos alunos referem-se ao carácter estático e burocrático da informação, à pouca relevância das competências adquiridas com vista à adaptação ao mercado de trabalho, à lentidão de procedimentos e rotinas, à incapacidade das instituições de ensino superior para incutirem uma atitude empreendedora, à sua falta de dinamismo na articulação com o mundo empresarial envolvente, à ausência de acompanhamento real do percurso de vida dos recém-diplomados e ao desconhecimento das experiências concretas de facilidade e dificuldade de inserção na vida profissional ativa. Os estudantes consideram-se, assim, o elo frágil de uma cadeia que deveria transformar os seus conhecimentos e competências em atributos cruciais para entrada no mundo do trabalho.

Quando confrontados com estas observações críticas, os responsáveis institucionais consideram que a menor adesão dos estudantes também se fica a dever à falta de espírito empreendedor e a uma reduzida motivação para a questão da empregabilidade, uma vez que o interesse dos estudantes quase sempre se manifesta apenas nos meses que antecedem a obtenção de um diploma. Mas admitem que há ainda imenso trabalho a fazer neste domínio e reconhecem a fragilidade dos laços que unem os antigos diplomados à sua instituição de formação, a qual deveria cuidar melhor do acompanhamento que diz proporcionar mas que, na prática, é muito escasso. O *networking* envolvendo antigos alunos é considerado como um fator crucial para a melhoria dos indicadores de empregabilidade das instituições de ensino superior.

5.2.3. Estágios curriculares e articulação com o exterior

O que acima foi referido sobre as orientações estratégicas em matéria de oferta educativa e sobre o funcionamento dos gabinetes de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo adquire um significado enriquecido quando os nossos interlocutores se pronunciam sobre a relevância dos estágios curriculares integrados nos cursos universitários e politécnicos.

Verifica-se algum consenso, em qualquer das instituições-tipo visitadas, no que se refere à importância de realização de estágios curriculares, agora remetidos para os cursos de 2º ciclo ou mestrados integrados devido ao encurtamento das licenciaturas para 3 anos, na sequência da aplicação do Processo de Bolonha. A realização de relatórios de estágio (como alternativa à realização de teses de mestrado) é encarada como condição essencial ao fortalecimento da articulação entre as instituições de ensino superior e o mundo empresarial. Particularmente importante é o incremento destes estágios em áreas de formação que revelam empregabilidade mais baixa.

Funcionando como uma primeira ligação ao mercado de trabalho, os estágios não remunerados revelam-se em muitos casos (cerca de 50% segundo os dados revelados pela Universidade de Aveiro) como experiência propedêutica com posterior continuidade no recrutamento dos estagiários. Alguns antigos alunos, que hoje ocupam posição de relevo em empresas que oferecem estágios, queixam-se da falta de dinamismo das instituições de ensino em aprofundar estas oportunidades oferecidas aos seus estudantes. Por conseguinte, parece imprescindível, para todos os interlocutores entrevistados, o reforço das parcerias e protocolos com empresas, associações profissionais de âmbito local e nacional, e organismos da administração regional e central, visando a concretização de oportunidades de emprego que assim se abrem de forma promissora.

Uma das consequências desse relacionamento mais estreito poderá ser o desenvolvimento de uma nova atitude dos próprios estudantes e dos responsáveis das instituições de ensino superior em relação ao otimismo excessivo que continua a marcar o seu posicionamento em relação às oportunidades de emprego. Ou seja, a crença bondosa de que um diploma universitário ou politécnico é uma credencial segura de entrada no mercado de trabalho. Apesar de as estatísticas sobre desemprego de diplomados não deixarem margem para ilusões, urge alocar mais meios e introduzir maior sentido de responsabilidade e maior profissionalismo no modo como as instituições de ensino superior preparam os seus públicos para a vida futura.

5.3. As ordens e associações profissionais perante o ensino superior e os desafios da empregabilidade

Num estudo dedicado ao tema da empregabilidade é fundamental ter presente a perspetiva construída pelos agentes institucionais representativos de diferentes profissões. Assim, procurou-se neste trabalho complementar os testemunhos dados pelos diretos intervenientes no sistema de ensino superior (professores, técnicos e estudantes), e ouvir, também, as ordens e associações profissionais (O&AP) acerca da expansão do ensino superior, do papel deste na preparação dos seus diplomados para a vida profissional no atual contexto português, bem como do seu próprio programa de ação, articulado ou não com as instituições do ensino superior, visando a inserção profissional do jovem recém-diplomado.

Para além de serem grupos ocupacionais que têm um contacto privilegiado com os vários segmentos do mercado de trabalho em que os profissionais que representam se integram, a sua ação histórica na construção e defesa do prestígio das

profissões que representam torna-os interlocutores relevantes no que toca à articulação entre o ensino superior, as qualificações e competências que este transmite, e o mercado de trabalho onde os recém-diplomados irão integrar-se. Afinal, são grupos que têm poder, uns mais do que outros, na definição do ato profissional, na regulação do exercício profissional, e no controlo das condições de acesso a esse mesmo exercício, entre as quais o poder de corroborar a reputação das instituições de ensino superior e o valor simbólico, social e económico dos diplomas que concedem. Em suma, detêm o poder de creditar profissionalmente as competências e qualificações presumidas nos títulos académicos.

No sentido de ouvir esses grupos ocupacionais, foi enviado por *e-mail* um pequeno questionário de resposta aberta (Anexo 3) a um total de 18 ordens e 48 associações profissionais e/ou técnico-profissionais, representativas de profissões qualificadas pelo ensino superior. Depois de mais duas insistências através de reenvio do mesmo questionário acompanhado de uma carta apelando à importância da resposta da organização representada e à relevância atual do tema, obteve-se um total de 16 respostas, provenientes de um espectro diversificado de organizações profissionais, em termos de setores de atividade, áreas de ensino, e de poder regulador da profissão (5 ordens e 11 associações profissionais)²⁸.

Considerando as respostas dadas por estas organizações, na sua maioria por escrito (apenas dois representantes preferiram responder às questões através de entrevista face-a-face), procedemos à sua análise de conteúdo categorial, cujos resultados passamos a apresentar neste ponto.

Num primeiro momento proceder-se-á à caracterização e análise da forma como as O&AP avaliam as respostas estruturais do ensino superior face às exigências de formação de recursos qualificados em Portugal.

Num segundo momento analisar-se-á a apreciação das O&AP sobre as qualificações e competências obtidas pelos recém-diplomados nas instituições do ensino superior.

Num terceiro ponto dar-se-á conta das atitudes das O&AP perante o Processo de Bolonha e os respetivos efeitos em termos do valor dos diplomas relativos aos vários ciclos de estudos superiores, na inserção profissional dos recém-diplomados.

Por último, identificar-se-ão as articulações entre estas organizações e as instituições de ensino superior, com referência a medidas e ações conjuntas de preparação dos recém-diplomados para o início dos seus percursos laborais.

5.3.1. Avaliação das respostas do ensino superior às exigências de formação de recursos qualificados em Portugal

Pontos positivos

Um dos aspetos mais valorizados pelas instituições que responderam ao questionário diz respeito à progressiva aproximação das ofertas de formação superior e respetivos *curricula* às necessidades do mercado de trabalho. De um modo geral, reconhece-se que tem sido desenvolvido um trabalho «sério» e «profundo» – se bem que ainda muito longe de estar acabado – por parte das instituições do ensino

²⁸ Ver Anexo 4 – lista de O&AP (com glossário das respetivas siglas) que responderam ao questionário.

superior nos últimos anos, visando uma maior aproximação das ofertas formativas às necessidades de investigação e desenvolvimento e, sobretudo, às exigências do mercado de trabalho (ANPTT)²⁹.

Verifica-se o reconhecimento de que, sem perda da sua autonomia académica, as universidades e institutos politécnicos têm tentado introduzir nos seus *curricula* elementos de formação indispensáveis à melhor adaptação dos alunos a um mercado de trabalho cada vez mais incerto, potenciando as suas capacidades e a sua futura integração na vida profissional. Neste sentido, as recomendações de organizações profissionais congéneres de âmbito internacional têm sido também um fator crucial para garantir homogeneidade dos percursos formativos e o reconhecimento de competências (APF, OEnfermeiros).

Igualmente positivo é o balanço que algumas O&AP fazem (OEngenheiros, APAP, ANBIOQ) sobre a colaboração – quando essa colaboração existe – que as próprias têm mantido com as instituições de ensino superior, procurando garantir uma mais próxima e enriquecida articulação no plano institucional e organizativo. Assim, o reconhecimento da qualidade do ensino ministrado reflete, também, a autovalorização da sua contribuição específica para o esforço conjunto de revisão e atualização curricular, no sentido de responder de forma contínua e atualizada às necessidades do mundo envolvente.

Em todo o caso, não deixam de se expressar preocupações sobre a dificuldade em se romper com uma tradição caracterizada pela ausência de diálogo entre instituições de ensino superior e associações profissionais (ANBIOQ). Daí reclamarem uma maior proximidade e articulação colaborativa na definição das competências a serem academicamente transmitidas, atendendo à sua definição pelas organizações acreditadas no respetivo setor de atividade, quer no plano interno, quer a nível internacional.

A renovação dos métodos e conteúdos de ensino e a crescente internacionalização do corpo docente são outros aspetos positivos apontados para o ensino superior por parte das O&AP, em abono de uma avaliação genericamente positiva sobre a qualidade de formação ministrada no plano técnico-científico e sobre a adequação dos processos de transmissão e aquisição de conhecimentos (APF). O cumprimento das normas internacionais e a adequação aos sistemas de avaliação e acreditação, usualmente praticados no espaço europeu de ensino superior, também contribuem para o reconhecimento da credibilidade global do sistema (OEconomistas).

Por último, refira-se o modo positivo como são avaliadas as melhorias nas infraestruturas de apoio ao ensino, designadamente em equipamento informático e capacidades de cálculo, em instrumentos laboratoriais e em meios avançados de pesquisa documental (OEngenheiros).

²⁹ Assinalamos entre parêntesis a sigla das organizações profissionais cujo testemunho se afigura especialmente pertinente para cada um dos tópicos em análise.

Pontos negativos

Há, no entanto, também pontos negativos identificados pelas O&AP na avaliação que fazem da forma como as instituições de ensino superior estão a responder às exigências de formação de recursos qualificados em Portugal. O ponto crítico que reúne maior consenso entre as várias O&AP diz respeito ao planeamento quantitativo da oferta formativa do ensino superior, sobretudo ao nível do 1º e 2º ciclo. A este respeito, adquire especial ênfase o suposto equilíbrio entre a oferta e a procura do ensino superior, dado o investimento que é realizado quer pelo Estado, quer pelos próprios estudantes e famílias, em termos económicos e de expectativas pessoais e sociais. Nesta perspetiva, as O&AP tendem a atribuir ao Estado as responsabilidades em manter, ou até em aumentar, um número alargado de cursos e de vagas que é considerado dispersivo e excessivo considerando as necessidades atuais do mercado de trabalho nacional em áreas de formação com o potencial de empregabilidade já saturado (APGTRH, ONotários, APD, ANPETT, OMDentistas).

A falta de planeamento do Estado na quantificação da oferta formativa a nível do ensino superior é, também, notada na resposta imediatista e demasiado otimista que dá através do aumento precipitado de vagas, de «forma reativa e por vezes pouco refletida», em formações que recentemente têm demonstrado algum potencial de empregabilidade decorrente da expansão de alguns segmentos do mercado de trabalho, como tem sido o caso das bibliotecas escolares, por exemplo (APBAD). Reclamação no sentido oposto vem da parte de AP representantes de áreas específicas cujos saberes não se veem representados no 1º ciclo de estudos superiores, apesar do potencial de empregabilidade identificado nestes setores por parte dessas instituições. O Urbanismo e Ordenamento do Território é um desses exemplos, sentido como uma necessidade na sociedade portuguesa, mas apenas oferecido como área especializada do saber ao nível do 2º ciclo (APUD).

Esta é uma área, a par de outras, onde uma outra dificuldade é destacada, a qual diz respeito à escassa regulação das qualificações específicas necessárias ao exercício de determinados atos profissionais. Se, por um lado, existem novas áreas formativas dentro do sistema de ensino superior que têm sido tradicionalmente exercidas por profissionais de outras áreas do saber e do saber-fazer³⁰, dá-se também o caso, por outro lado, de áreas de formação já tradicionais no sistema de ensino superior verem o seu potencial de empregabilidade ameaçado ou «usurpado» por diplomados saídos de cursos emergentes que «pululam em instituições de ensino, sem regulamentação, dando uma fugaz resposta à alegada crise económica», e que lhes «sonegam qualificações» adstritas ao seu ato profissional. É o quadro traçado para a área da enfermagem, considerando os muitos cursos técnicos e paramédicos surgidos no sistema de ensino superior na última década em Portugal (OEnfermeiros).

Considerando estes aspetos endógenos ao sistema de ensino superior, acrescidos de um outro facto exógeno de relevância fundamental no atual contexto conjuntural - a ampla contração do mercado de trabalho em muitos setores profissionais - as

³⁰ Como é o caso do Urbanismo ou do Design, que frequentemente se veem exercidos por profissionais formados na área da geografia, das engenharias ou da arquitetura, no primeiro caso, ou também da arquitetura e das artes visuais, no segundo caso.

O&AP são unânimes quanto à necessidade de uma reorganização e racionalização da oferta de ensino superior ao nível da sua quantidade, medida em número de vagas e de cursos disponíveis. Tal processo de racionalização quantitativa, claro está, teria de ter em conta uma séria avaliação e nivelção da qualidade das várias ofertas atualmente disponíveis. Também a este nível O&AP enunciaram alguns pontos críticos.

Desde logo, o facto de identificarem na oferta de ensino superior em Portugal, *curricula* com conteúdos demasiado diversificados, pouco aprofundados e pouco especializados, nem sempre correspondendo às exigências específicas do ato profissional que representam. Se, por um lado, os representantes destes grupos profissionais tendem a admitir a necessidade de uma formação de banda larga ao nível do 1º ciclo, que permita aos recém-formados uma certa adaptabilidade a um mercado de trabalho cada vez mais volátil, já ao nível do 2º ciclo exigem um grau de aprofundamento e de especialização que, frequentemente, não encontram.

Na visão dessas instituições, tal falha de especialização decorre de uma visão demasiado economicista do 2º ciclo, onde os mestrados tentam incluir públicos estudantis cada vez mais diversificados, bem como racionalizar os recursos humanos já disponíveis nos respetivos quadros docentes.

Por forma a captar e reconduzir licenciados de áreas mais ou menos afins, os mestrados muitas vezes tenderão a nivelar por baixo o grau de aprofundamento e de exigência específica dos seus *curricula* (APUD, APBAD, APGTRH). Existem mesmo determinados tipos de formação pós-graduada que se tornam mais genéricos do que a própria formação de base que requerem dos seus candidatos. Tal ocorre, por exemplo, com a formação inicial de professores, a qual, sendo bi-disciplinar, frequentemente junta áreas científicas muito distintas e autónomas (APH). Em contrapartida, por forma a incluir recursos docentes já integrados nos quadros das instituições, muitos mestrados tenderão a integrar nos respetivos *curricula* formações em áreas complementares nem sempre claramente relacionadas com o objeto central e específico da formação; ou a recorrer a um corpo docente pouco especializado e sem percursos de investigação específicos na área em que está a formar (APBAD).

Neste contexto, as O&AP também chamam a atenção para a necessidade das instituições do ensino superior prosseguirem o esforço de atualização e inovação dos *curricula* em função das novas exigências de qualificações e competências profissionais que constantemente emergem no sistema produtivo, ou até mesmo em função da própria necessidade de o ensino superior as fazer emergir a um nível social mais alargado (APABAD, APC). Na visão destes grupos, a formação superior, nomeadamente ao nível do 1º ciclo, deverá dar uma base formativa suficientemente ampla que promova as capacidades adaptativa e integrativa do diplomado face ao espectro de possibilidades laborais que se lhe abrem na sociedade contemporânea. Para isso, os *curricula* particulares ao 1º ciclo de estudos superiores deverão transpor visões ultrapassadas e demasiado estreitas quanto às possíveis saídas profissionais da área em questão, reconhecendo as novas realidades do tecido económico, produtivo e empresarial que surgem como potenciais focos de empregabilidade (nomeadamente no 3º e 4º setores, com destaque para os subsectores cooperativo e social e para as áreas de empreendedorismo social e cultural).

5.3.2. Avaliação das competências e qualificações transmitidas no ensino superior **Pontos positivos**

Do contacto que têm com as entidades empregadoras, as O&AP tendem a testemunhar o reconhecimento por parte daquelas da relativa capacidade de autonomia e facilidade de adaptação dos recém-diplomados no desempenho das suas funções profissionais, quando teórica e cientificamente bem preparados (APUP, APTEC, OEnfermeiros, APGTRH).

A facilidade que estes revelam em integrar-se em equipas interdisciplinares, em Portugal e no estrangeiro, e o seu domínio sobre a utilização das mais modernas tecnologias de informação e comunicação, são competências que, na visão das O&AP, decorrem de uma vivência cada vez mais alargada de realidades internacionais por parte dos estudantes do ensino superior (via programa ERASMUS, por exemplo), bem como de uma certa interdisciplinaridade proporcionada pelos *curricula* de banda larga disponibilizados ao nível do 1º ciclo. Estas são, de facto, experiências bastante valorizadas e traduzíveis em qualificações que permitem aos recém-estudantes uma mais rápida adaptação à cada vez mais diversa e complexa realidade laboral (APABAD, APD, APAP, OEconomistas).

Pontos negativos

Porém, uma experiência muito relevante que estes grupos profissionais reconhecem faltar aos recém-licenciados, e que acham que o ensino superior deveria proporcionar, é a formação prática em contextos profissionais (APBAD, APTEC, ANBIOQ, OEnfermeiros, APGTRH, ONotários). Na verdade, é geral a consideração de que a formação académica é demasiado teórica, e de que urge ultrapassar a dicotomia entre teoria e prática frequentemente utilizada para pensar a relação entre educação superior e empregabilidade.

Na visão das AP, seria uma mais-valia fundamental que os estudantes tivessem oportunidade, durante a sua formação académica, de aplicar e desenvolver na prática – uma prática tutelada, claro está – as competências teóricas adquiridas em sala de aula, de contactar diretamente com equipas de profissionais nas áreas potenciais de inserção laboral, sendo esta uma dimensão onde as O&AP se veem a cooperar em parceria com as instituições de ensino superior.

Desta forma, os estudantes teriam, também, a oportunidade de obter experiências gratificantes do ponto de vista dos conhecimentos sobre o mundo do trabalho e os seus processos produtivos, a gestão das organizações, as relações interpessoais e os valores que nela se desenvolvem, etc., para além das competências propriamente técnicas e tecnológicas que só o exercício profissional pode proporcionar. Valeria, portanto, repensar o papel do ensino superior na preparação profissional dos seus diplomados, considerando a necessidade de encontrar formas de convergência entre a perspetiva teórica e técnica e a perspetiva pragmática dos conhecimentos, orientadas para a resolução de problemas reais em contextos laborais.

Esse tipo de formação prática em ambiente profissional deveria, ainda, reforçar nos estudantes as capacidades de tomada de decisão, de empreendedorismo, inova-

ção e criatividade para encontrar soluções concretas para os problemas diagnosticados, características que as O&AP também tendem a não encontrar entre os recém-diplomados do ensino superior. Esta postura revela uma visão do tempo de formação superior, não apenas como um período de aquisição de conhecimentos técnicos e teóricos mas, também, de maturação e desenvolvimento de capacidades pessoais. A emergência de organizações e vínculos laborais mais flexíveis tem, de facto, originado a necessidade de trazer para a esfera laboral competências pessoais como a capacidade de iniciativa e a autonomia.

Apenas uma associação profissional demonstrou uma posição mais tradicional, de valorização do «saber-saber» em detrimento do «saber-fazer» no percurso formativo no ensino superior, reservando para outros contextos formativos, públicos e/ou privados, a formação na prática profissional. Não é, portanto, consensualmente aceite que a preparação para a vida profissional deva orientar o quadro da formação obtida no ensino superior. Para este grupo ocupacional, essa formação deverá estar mais centrada em conhecimentos disciplinares de base, bem como na promoção do desenvolvimento pessoal dos alunos em termos de atitudes perante o conhecimento e a investigação. Ainda que não coloque de lado a possibilidade das instituições de ensino superior disponibilizarem formação prática, essa associação vê tal hipótese fora dos currícula académicos, argumentando que «A formação académica superior, tal como a temos estado a referir, dá muito maior garantia de empregabilidade e de mobilidade profissional «ao longo da vida», do que se for influenciada, ou até determinada, por interesses conjunturais e transitórios de índole profissional, económica ou política.» (APC).

As O&AP tendem a identificar ainda como ponto menos positivo o facto das socializações formativas proporcionadas no ensino superior, nomeadamente entre as suas instituições mais recentes, não fomentarem uma identidade e uma coesão socio-profissional tão sólida como no passado (APF). Provavelmente até devido à própria diluição dos trajetos profissionais, hoje tão mais incertos e labirínticos. A instabilidade a nível económico e profissional dá lugar à necessidade de preparar os estudantes, tanto quanto possível, para construir os seus próprios percursos de uma forma mais sinuosa, labiríntica, conjugando sucessiva e/ou paralelamente opções, qualificações (institucionais) e competências (pessoais) num contexto marcado pela incerteza e pela inexistência de carreiras pré-definidas.

Por último, um fator exógeno ao ensino superior, mas que algumas O&AP tendem a identificar como prejudicial à inserção profissional dos recém-licenciados, ou contra o qual as instituições de ensino superior deverão construir estratégias, tem a ver com o pouco (re)conhecimento da utilidade e pertinência das funções profissionais de algumas formações superiores no mercado de trabalho, nomeadamente junto de potenciais empregadores. Aqui urge dar melhor a conhecer, junto de determinados segmentos específicos do tecido produtivo, as mais-valias concretas dos recursos humanos que as instituições de ensino superior formam, sendo esta mais uma área onde a cooperação estratégica entre escolas e associações é vista com potencial positivo.

5.3.3. Atitudes perante o Processo de Bolonha e o valor dos diplomas

Perante as transformações no sistema de ensino superior português alavancadas pelo Processo de Bolonha, procurou-se saber qual o valor atribuído pelas O&AP aos diplomas do 1º, 2º e 3º ciclo para o início de uma atividade profissional. Embora não seja consensual, a posição maioritária encaminha-se no sentido de, atualmente, se reconhecer a necessidade de uma formação ao nível do 2º ciclo (mestrado ou mestrado integrado) enquanto formação necessária para o início de uma atividade profissional qualificada.

A posição de quem admite ser suficiente e adequado o grau de licenciatura para o início de uma atividade profissional qualificada é partilhada, sobretudo, entre os grupos profissionais representativos de áreas de saber mais técnico, como a contabilidade, os recursos humanos e a educação técnica e tecnológica (ANPETT, APTEC, APC, APGTRH). O diploma do 1º ciclo não representa para estes, contudo, o fim de uma carreira escolar, mas a qualificação inicial para a construção de um quadro heterogéneo de competências profissionais, processo que se poderá prolongar posteriormente através dos contributos da experiência prática.

Os argumentos avançados para fundamentar tal postura prendem-se, sobretudo, com a atual volatilidade do mercado de trabalho e das competências necessárias para nele atuar e, conseqüentemente, a necessidade de formação ao longo da vida. A inserção profissional já não se faz de uma vez por todas, já não corresponde à etapa inicial de uma carreira profissional, enquanto momento circunscrito de articulação perfeita entre formação e trabalho. A inserção profissional, hoje em dia, é um processo adaptativo e cumulativo de postos de trabalho e de experiências formativas, ao longo do qual se podem verificar diversas dinâmicas de convergência e divergência entre formação e trabalho. Por outro lado, há que ter em conta o risco cada vez mais presente da rápida obsolescência dos saberes técnicos e tecnológicos, o que leva a questionar a eficácia de formações académicas muito longas, especializadas e descontextualizadas da prática profissional.

Este conjunto de razões não significa que se menosprezem as formações superiores ao grau de licenciado, mas que o valor da sua aquisição decorra de razões ligadas ao mercado de trabalho, ou ainda a intenções de valorização pessoal suficientemente amadurecidas (ANPETT). Neste contexto, as formações ao nível do 2º e 3º ciclo são vistas, naquelas áreas de trabalho, como formas de consolidação e de especialização de «saberes-fazer» que são adquiridos e exigidos, frequentemente, nos próprios postos de trabalho que se vão sucedendo, no sentido de uma progressiva construção da capacidade de desempenho profissional.

Os críticos desta posição seguem uma orientação formalista das recomendações internacionais, que instituem um determinado número de créditos como sendo os mínimos necessários que habilitam o acesso à profissão (APUP, APBAD, APH, APF) e, muitas vezes, a própria entrada na associação ou ordem, ou seja, a certificação necessária para o desempenho do ato profissional (APAP, OEconomistas, ANBIOQ, OMDentistas, ONotários, OEngenheiros). Isto porque, a seu ver, a diminuição do período inicial de formação para três anos (licenciatura) não foi compensada com uma nova forma de ensino-aprendizagem, mais intensiva e exigente, como

estaria subjacente ao espírito do Processo de Bolonha (OEconomistas). Só o mestrado ou, mais ainda, o mestrado integrado, nomeadamente quando realizado com supervisão e prática profissional tutelada, dará condições para uma visão aprofundada sobre a sustentabilidade e aplicabilidade dos conhecimentos na prática.

A vantagem em obter um diploma de 3º ciclo, ou doutoramento, é associada sobretudo ao desenvolvimento de investigação inovadora em termos metodológicos e teóricos, mais do que à aquisição de competências aplicáveis no mercado de trabalho. Na melhor das hipóteses, é visto como um tempo de reflexão sobre a prática profissional, seus fundamentos científicos e efeitos benéficos e perversos, um tempo de especialização e de desenvolvimento de conhecimentos, reservando o espaço das pós-graduações e masters para a aquisição de conhecimentos aplicáveis (APUP, APBAD, APC, OEngenheiros).

5.3.4. Articulação entre ordens e associações profissionais e instituições de ensino superior

Viram-se atrás identificadas algumas áreas de potencial articulação entre a ação das O&AP e as instituições de ensino superior. No sentido de verificar as formas de articulação já existentes entre estas instituições, nomeadamente com vista a proporcionar condições de empregabilidade aos recém-diplomados do ensino superior, foi diretamente colocada a questão às O&AP se existia alguma relação formal ou protocolo de cooperação entre o grupo ocupacional que representa e alguma(s) instituição(ões) de ensino superior.

Foram várias as O&AP que reportaram não existir qualquer tipo de articulação formal com instituições do ensino superior (APBAD) (APH) (APD) (APF) (OEnfermeiros) (OMDentistas), nem ao nível de questões relacionadas com empregabilidade, nem a qualquer outro nível. É atribuído ao ensino superior um certo ensimesmamento relativamente, quer às estruturas representativas dos profissionais que formam, quer ao mundo do trabalho em geral³¹. Reconhecem, no entanto, a importância e até mesmo a necessidade de um diálogo e ação concertada entre o ensino superior e as sociedades profissionais, no sentido de desenvolver a qualidade, a capacitação e a integração socioprofissional dos jovens diplomados. Neste âmbito, apenas uma associação reportou ter desenvolvido «um trabalho profundo com as cinco universidades acreditadas, que ministram o curso de Arquitetura Paisagista, para a adequação dos *curricula* respetivos – antes e após o Processo de Bolonha.» (APAP)

Quanto às restantes ordens e associações profissionais, não existindo qualquer tipo de articulação formal a nível da empregabilidade dos recém-diplomados, desenvolvem, contudo, algumas ações de âmbito genérico no sentido de preparar recém-diplomados para o início dos seus percursos profissionais. Entre essas várias ações, destacam-se as seguintes:

³¹ Crítica que, de resto, já havia sido ventilada pelos representantes dos alunos ouvidos no decorrer das visitas da equipa a um conjunto de instituições do ensino superior.

- Ações de formação contínua e de atualização (ANPETT) (APUP) (APBAD) (APTEC) (APH) (ANBIOQ) (APC) (APGTRH) (OEconomistas)
- Ações de formação especializada/aperfeiçoamento (ANPETT) (APUP) (APBAD) (APH) (ANBIOQ) (APC) (APGTRH) (OEconomistas) (ONotários)
- Ações de sensibilização e divulgação de matérias de deontologia profissional (APUP)
- Organização de estágios curriculares e profissionais (APGTRH) (OEconomistas) (ONotários) (OEngenheiros)
- Ações colaborativas: organização e participação em debates, conferências, seminários, workshops em torno da prática profissional (APUP) (APAP) (APBAD) (APGTRH) (ANBIOQ) (OEng)
- Ações de divulgação e promoção do trabalho dos alunos finalistas (APD)
- Promoção de prémios para estudantes e/ou jovens profissionais (APAP) (APBAD) (APGTRH)
- Divulgação *online* de oportunidades de estágios, bolsas e postos de trabalho (APAP) (APBAD) (OMDent) (OEcon) (OEng)
- Organização de guia prático de inserção profissional (APF)
- Organização e implementação de Modelo de Desenvolvimento Profissional (OEnfermeiros)
- Organização e implementação de um Programa de Certificação de Competências (APGTRH)
- Apoio à investigação sobre condições de trabalho e de inserção profissional dos recém-diplomados (APBAD) (OMDentistas)
- Reconhecimento e integração do estatuto de estudante dentro da associação (APF)
- Promoção do reconhecimento internacional, a nível do ensino superior e das instituições de regulação profissional, das credenciais obtidas em instituições portuguesas (OEngenheiros)

A análise das articulações existentes entre O&AP e instituições do ensino superior tende a revelar que estas realidades têm vivido relativamente apartadas e não em interação. Denota-se um importante envolvimento das O&AP na formação profissional dos recém-diplomados no sentido de suprir as carências de uma formação académica inicial, sendo, contudo, experiências tendencialmente esparsas e pouco articuladas, muito menos integradas, nos *curricula* das universidades e institutos politécnicos (com a exceção dos estágios curriculares obrigatórios). Existe, portanto, uma zona de potencial cooperação que se encontra inexplorada, e que requer uma articulação institucional mutuamente mais organizada e comprometida.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo deste estudo lidamos com o conceito de empregabilidade através de diferentes perspectivas que podem ser construídas para o entendimento da sua importância acrescida no espaço público. A empregabilidade começa por funcionar como *critério e fator de motivação* que orienta as escolhas que os alunos fazem sobre os ciclos de estudos de ensino superior em que se inscrevem. Mas a empregabilidade também se constitui como *estratégia orientadora*, quer para a estruturação e revisão dos *curricula* e planos de estudos levadas a cabo pelas instituições de ensino superior que procuram alargar as possibilidades de captação de novos alunos, quer para as próprias decisões que os estudantes tomam quando confrontados com a necessidade de gerir opções curriculares e oportunidades de obtenção de experiência profissional ao longo do seu ciclo de formação. Assim, a empregabilidade surge ainda no debate público como o *efeito ou resultado* de um processo de escolhas e opções em torno de experiências, competências e qualificações, mais ou menos valorizadas na inserção no mercado de trabalho, processo esse que envolve múltiplos atores e intervenientes, com destaque para os estudantes, as instituições de ensino e as entidades empregadoras.

O levantamento de informação a que procedemos foi, à partida, orientado pela preocupação de se compreender a situação atual dos diplomados e a sua inserção no mercado de trabalho, o que determinou o desenvolvimento de um eixo metodológico de incidência empírico-quantitativa assente na análise de dados estatísticos disponíveis para o efeito. Mas também considerámos fundamental compreender as ações que têm vindo a ser desenvolvidas pelas instituições e organizações com responsabilidades diretas acrescidas na promoção da empregabilidade dos diversos ciclos de estudos, pelo que procedemos a uma avaliação de âmbito qualitativo sobre os percursos de aproximação das universidades e institutos politécnicos às condições reais do mercado de trabalho.

O estudo permite obter um conjunto de conclusões significativas que seguidamente apresentamos. E permite, também, esboçar algumas recomendações que julgamos especialmente oportunas na situação presente de intensificação do debate público sobre estas matérias da empregabilidade e do empreendedorismo. A partilha e discussão destas conclusões e recomendações constituem, pois, a oportunidade e o momento para se aferir o interesse e utilidade do estudo aqui apresentado.

6.1. CONCLUSÕES DA ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICOS

No que respeita à análise da evolução do número de diplomados e caracterização da entrada e progressão no mercado de trabalho, registou-se na última década um crescimento do número de diplomados no ensino superior público e uma estabilização dos diplomados no ensino superior privado. O 1º ciclo de licenciatura afirmou-se, de forma clara, como o grau académico mais frequente, assistindo-se,

nos últimos anos, com a adoção generalizada do Processo de Bolonha nas instituições portuguesas, a um aumento considerável dos diplomados ao nível de mestrado. Este facto parece indiciar que o 2º ciclo do ensino superior passou a ser, de forma crescente, considerado como um nível necessário para uma melhor empregabilidade. As áreas de educação e formação dos diplomados têm registado alterações significativas no período em análise, sugerindo que os alunos são sensíveis à informação disponibilizada sobre essas áreas, nomeadamente sobre a respetiva empregabilidade.

No que respeita à análise do percurso dos diplomados, os resultados alcançados parecem sugerir uma tendência para uma continuidade entre ciclos de estudos, o que neste caso não corresponde completamente às intenções inicialmente inscritas no Processo de Bolonha, que preconizava as vantagens de períodos de educação intercalados com períodos de participação no mercado de trabalho. No mesmo sentido, embora com alguma diferença por áreas, a maioria dos diplomados prossegue os seus estudos de 2º ou 3º ciclo na mesma área de especialização em que obteve o diploma anterior. Cerca de metade dos alunos inscritos no 2º e 3º ciclo, fazem-no na mesma instituição em que obtiveram o diploma anterior. Estes resultados sugerem um padrão de mobilidade relativamente reduzido.

Quanto à inserção profissional dos diplomados, regista-se um peso crescente dos diplomados do ensino superior entre os que entram pela primeira vez no mercado de trabalho, sinalizando uma tendência de aumento das qualificações das gerações mais novas no momento da entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, os diplomados com mestrado ou doutoramento têm vindo, também, a ver o seu peso crescer entre os que ingressam pela primeira vez no mercado de trabalho, o que mais uma vez sugere alguma tendência para percursos académicos contínuos, em que os jovens obtêm os diversos ciclos de ensino superior sem passarem por qualquer experiência de participação no mercado de trabalho. Entre os que entram no mercado de trabalho regista-se, igualmente, uma alteração das áreas de formação.

Em termos espaciais, as áreas metropolitanas continuam a concentrar a maior absorção de diplomados com o ensino superior, se bem que se observe uma perda de peso, sinalizando a disseminação crescente em regiões fora das áreas metropolitanas dos empregos para diplomados com o ensino superior. As atividades económicas terciárias são responsáveis pela maior absorção dos indivíduos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho com habilitações superiores, em particular, as atividades relacionadas com os serviços às empresas e as atividades nos domínios da saúde e ação social. As empresas de maior dimensão apresentam maior probabilidade de contratar trabalhadores que entram com habilitações escolares mais elevadas. É de notar, no entanto, que 50% dos doutorados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho são contratados por empresas com menos de 50 pessoas ao serviço, dos quais, 26% por microempresas (0 a 9 pessoas ao serviço), o que poderá indiciar alguma capacidade de iniciativa empresarial, ou de empreendedorismo, por parte dos diplomados com maiores habilitações.

Por outro lado, verifica-se a existência de um «prémio» de remuneração associado às habilitações escolares mais elevadas, mas com alguma tendência de redução para os diplomados que entram pela primeira vez no mercado de trabalho. Ao longo dos últimos anos este «prémio» tem vindo a perder relevância para os diplomados com o bacharelato e a licenciatura, mantendo-se todavia para os mestrados e douto-

ramentos, que registam, também, «prémios» superiores. Este «prémio» é claramente diferenciado por áreas de educação e formação.

No que respeita ao impacto de qualificações adicionais na situação e carreiras profissionais, a análise efetuada permitiu verificar que o mercado de trabalho parece atribuir um valor acrescido à obtenção de qualificações, ainda que obtidas em momento posterior à entrada no mercado de trabalho. Os trabalhadores que alteram as suas habilitações escolares depois de estarem no mercado de trabalho obtêm ganhos na sua remuneração superiores à média verificada no mercado para o mesmo período.

Quanto à questão do desemprego dos licenciados, a análise efetuada com base nos desempregados registados nos centros de emprego revela que se verificou uma tendência de aumento, em termos absolutos, do número de desempregados registados com diploma de ensino superior. Todavia, este aumento em termos absolutos não se reflete num aumento do peso dos diplomados no total de desempregados. Estes resultados constituem um alerta relativamente à análise da evolução deste fenómeno.

Com efeito, se de facto se assiste a um aumento substancial do total de diplomados inscritos como desempregados, não se assiste a um incremento equivalente do seu peso no total de desempregados inscritos. Assim, pelo menos parcialmente, o aumento do total de diplomados inscritos não é mais do que o reflexo do aumento do desemprego, sendo também reflexo do aumento do número de diplomados, não espelhando um aumento tão significativo da incidência relativa do desemprego entre os diplomados.

Verifica-se, ainda, uma alteração significativa da distribuição por áreas de educação dos diplomados registados como desempregados nos centros de emprego. A análise de um indicador de empregabilidade construído pela DEEC/MEC (ex-GPEARI/MCTES) para cada par estabelecimento-curso, que mede a relação entre o número de diplomados registados nos centros de emprego e o número de diplomados em cada par estabelecimento-curso, revela também uma variabilidade significativa, o que indicia diferentes adequações das formações ministradas às necessidades do mercado de trabalho.

A análise do desemprego dos diplomados do ensino superior, efetuada com base nos dados do Inquérito ao Emprego do INE, revelou um perfil de evolução da taxa de desemprego dos diplomados e não diplomados relativamente distinta, sendo que a taxa de desemprego entre os diplomados – com exceção de um ano – foi sempre inferior à dos não diplomados. Tendo essa diferença aumentado no período mais recente, denota-se que a taxa de desemprego dos diplomados não aumentou tanto quanto a dos não diplomados no contexto da atual crise. Entre os diplomados com ensino superior, verifica-se que aqueles que possuem graus mais elevados tendem a registar taxas de desemprego inferiores, sugerindo uma valorização pelo mercado dessas qualificações adicionais. Observou-se, ainda, a existência de uma variabilidade relativamente elevada da taxa de desemprego para as diferentes áreas de educação e formação.

No que respeita à problemática da migração de diplomados, os dados analisados sugerem uma tendência de aumento deste fenómeno, sendo esse aumento transversal aos diversos graus de ensino superior.

6.2. CONCLUSÕES DA ANÁLISE QUALITATIVA

Perante as conclusões do ponto anterior relativas à estabilidade e, em muitas áreas de ensino, ao acréscimo continuado do número de diplomados nos diversos ciclos de estudo, é compreensível que as instituições de ensino superior desenvolvam estratégias competitivas visando aumentar a procura dos cursos que oferecem. A empregabilidade que oferecem é parte integrante dessas estratégias, conforme se confirma pela análise efetuada aos *websites* de todas as instituições de ensino superior registadas (à exceção das instituições de ensino militar, que não foram consideradas no âmbito deste estudo).

A *netnografia* efetuada mostra a grande relevância que o tema adquiriu para a generalidade das instituições. De facto, só 9% dos *websites* consultados não possuem qualquer informação sobre questões direta ou indiretamente relacionadas com a empregabilidade. No entanto, importa notar que só uma minoria (20%) das instituições de ensino superior se situa no escalão máximo do índice de empenho e visibilidade, ou seja, só uma minoria demonstra no ciberespaço um empenho realmente forte nestas matérias e aposta de forma sustentada na promoção da empregabilidade e/ou do empreendedorismo dos seus estudantes e recém-diplomados. Essa aposta é mais consistente no ensino universitário do que no ensino politécnico. Cumpre também destacar que, entre as instituições integradas neste grupo minoritário de índice mais elevado, são as instituições do ensino superior privado as que demonstram maior empenho em tornar mais visíveis as ações de promoção e garantia de empregabilidade dos seus diplomados. E são também as instituições de ensino superior privado as que fazem uma aposta maior na informação que disponibilizam sobre gabinetes de inserção profissional, conferindo acrescida visibilidade às diversas atividades que promovem e divulgam. Tal esforço adicional do setor privado pode ser visto como uma resposta a um processo de estabilização do número de diplomados do ensino superior privado, que contrasta com o acréscimo registado no setor público, o que sinaliza uma maior orientação da procura para as instituições públicas.

Em contrapartida, são as instituições do ensino superior público e, dentro destas, as do ensino universitário, as que mais se empenham na divulgação de estratégias de empreendedorismo. Em todo o caso, é notório que a empregabilidade entendida nesta aceção de autoemprego ou empreendedorismo ainda é uma opção estratégica mais diminuta relativamente àquela que é sobretudo baseada na divulgação de saídas profissionais por conta de outrem.

De um modo geral, constata-se que os gabinetes de apoio à inserção profissional e ao empreendedorismo conferem pouca importância à informação sobre incentivos à mobilidade internacional. Também dedicam escassa atenção à monitorização e acompanhamento ao longo do tempo da empregabilidade dos seus diplomados. A título de exemplo desta fragilidade, aqueles gabinetes revelam pouco empenho no levantamento das necessidades de emprego à escala local e regional – matéria especialmente relevante fora das áreas metropolitanas – e denotam um fraco conhecimento sobre o percurso dos seus diplomados, o que limita a base em que são construídas as estratégias eficazes de empregabilidade.

As entrevistas realizadas junto de responsáveis de instituições de ensino superior permitem, ainda, assinalar um certo contraste entre a imagem fixada nos meios formais de divulgação e difusão promovidos pelos serviços das instituições nos respetivos *websites*, e a perceção da sua utilidade captada pelos destinatários das mensagens.

Das entrevistas decorre, também, a ideia de que o empenho das instituições nas saídas profissionais dos seus diplomados não esquece, pelo contrário, reforça e demonstra, a preocupação central em assegurar um fluxo regular de procura e de entrada nos cursos que oferecem. Ou seja, a empregabilidade é mais um argumento para justificar a entrada do que para legitimar a saída.

Igualmente relevante é a conclusão de que, quer os responsáveis institucionais, quer os representantes estudantis entrevistados, assumem a empregabilidade como objetivo de difícil cumprimento no final do 1º ciclo.

Finalmente, importa salientar que o posicionamento crítico dos estudantes e antigos alunos – designadamente no que se refere ao modo como as instituições informam e preparam os futuros diplomados para a vida profissional – não é consistentemente assumido ao longo das diversas fases do seu percurso formativo. O despertar dos alunos para o tema da empregabilidade é sobretudo visível nos meses que antecedem a obtenção de um grau académico que possibilita acesso qualificado no mercado de trabalho.

As experiências de relacionamento e articulação entre as instituições de ensino superior e as ordens e associações profissionais, tendo em vista a promoção da empregabilidade dos recém-diplomados, são muito frágeis ou praticamente inexistentes. Tal conclusão é retirada da análise das respostas ao inquérito efetuado junto de responsáveis dessas instituições representativas de grupos profissionais.

Ainda que reconheçam a progressiva aproximação das ofertas de formação superior e respetivos *curricula* às necessidades do mercado de trabalho, bem como a qualidade genérica dos recursos humanos que são formados nas instituições de ensino superior portuguesas (com capacidade de autonomia e facilidade de adaptação às novas realidades e desafios), as ordens e associações profissionais salientam, no entanto, a importância e a necessidade de um diálogo reforçado e de uma ação mais concertada com as instituições de ensino superior, no sentido de desenvolver a qualidade, a capacitação e a integração socioprofissional dos jovens diplomados.

No que se refere especificamente ao cumprimento dos objetivos do Processo de Bolonha, o estudo realizado suscita alguma preocupação relativamente à concretização da empregabilidade em qualquer um dos subsistemas do ensino superior, com especial destaque para as dificuldades detetadas no subsistema universitário. À semelhança das conclusões apontadas pelos peritos do *Bologna Follow-up Group* em alguns estudos referidos no capítulo 2, consideramos que a obtenção de empregabilidade no final do 1º ciclo de estudos superiores é um objetivo de difícil alcance, não apenas devido à inadequação da formação obtida face às necessidades do mercado de trabalho, mas também por falta de ambição e motivação direta dos detentores de um grau académico de 1º ciclo para ingressarem de imediato na vida profissional. É possível que a conjuntura de crise económica e financeira vivida no país no período em que decorreu este estudo condicione as perceções do problema e venha a ditar uma diferente evolução das perspetivas de entrada no mercado de

trabalho. Mas olhando estritamente para esta questão na perspetiva da realização de um objetivo emblemático do Processo de Bolonha, tendo em atenção as vantagens associadas a cada ciclo de formação, as conclusões a que chegamos não são particularmente animadoras e obrigam a refazer expectativas algo irrealistas construídas sobre a matéria.

6.3. RECOMENDAÇÕES

Apesar de o objetivo deste estudo ser, sobretudo, o de fazer um levantamento e diagnóstico da situação e dos problemas relevantes sobre a temática da empregabilidade do e no ensino superior em Portugal, não podemos deixar de apontar algumas sugestões e recomendações que resultam da análise efetuada. Fazemo-lo de forma breve e com o propósito de fixar um *menu* de ideias a reter, com a convicção de que outras recomendações serão certamente possíveis de extrair dos resultados que colocamos à disposição dos leitores deste relatório. Assim, tendo em atenção as principais conclusões acima elencadas, julgamos recomendável um cuidado especial nos seguintes pontos:

- Da análise estatística efetuada resulta, claramente, a importância de se ter informação de qualidade para se poder avaliar adequadamente a empregabilidade dos diplomados do ensino superior. Não obstante os avanços efetuados nos anos mais recentes – em particular com o reforço dos dados do RAIDES recolhidos pela atual DGEEC/MEC e dos trabalhos efetuados pela mesma entidade em torno da questão do desemprego dos diplomados – ainda subsistem aspetos passíveis de melhoria que permitirão obter resultados de melhor qualidade e orientar melhor as políticas públicas nesta área. Por exemplo, para poder avaliar as questões da mobilidade e dos percursos dos estudantes, a possibilidade de ter no RAIDES identificadores individuais, ou de tornar obrigatório o preenchimento por parte das instituições da informação retrospectiva sobre os graus anteriores frequentados pelos inscritos, permitiriam reforçar a qualidade das análises efetuadas.
- Não obstante o esforço efetuado pela DGEEC/MEC (ex-GPEAR/MCTES) no sentido de se construir um indicador de empregabilidade para cada par estabelecimento-curso, subsistem alguns problemas com este indicador. Assim, esse indicador deverá ser analisado com cautela e a sua utilização para efeitos de decisão sobre a organização da oferta de ciclos de estudos – como aconteceu recentemente com a fixação do número de vagas para o ano letivo 2012/2013 – deverá ser cuidadosamente ponderada. De facto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego é uma informação administrativa que resulta de uma ação dos indivíduos que decidem inscrever-se, não sendo uma amostra necessariamente representativa da população desempregada. O próprio conceito de desemprego que é utilizado não corresponde ao conceito estatístico utilizado nas estatísticas do desemprego. Por outro lado, a informação nada diz sobre se os que estão

empregados o estão em áreas relacionadas com a sua área de educação ou formação. Assim, faz sentido desenvolver um esforço mais global de construção de um indicador de empregabilidade, de forma harmonizada para todas as instituições, que possa constituir uma base credível para decisão de políticas públicas.

- No que se refere à desejada melhoria de desempenho das instituições de ensino superior, parece recomendável uma melhor articulação entre os diversos serviços e gabinetes internos que têm a seu cargo a definição e execução de orientações estratégicas que visam a melhoria da empregabilidade dos seus diplomados. Para além da redução de esforços e custos, essa racionalização de recursos permitirá gerir com maior eficácia a informação disponibilizada pelas instituições de ensino superior nos respetivos *websites*, bem como uma mais rigorosa avaliação do seu impacto junto dos potenciais destinatários.
- Com o mesmo propósito, é fundamental dotar as instituições de rotinas internas que permitam monitorizar a empregabilidade dos seus cursos tendo em vista a racionalização da sua oferta, para que ela possa de facto corresponder a necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, é desejável uma maior e mais efetiva colaboração entre as associações de estudantes e de *alumni* e os serviços de apoio à empregabilidade e empreendedorismo, procurando garantir uma melhoria dos conteúdos informativos e das iniciativas de promoção das oportunidades de emprego para novos diplomados.
- Uma vez que a componente de autoemprego pode ser uma saída profissional interessante, e uma alternativa a um mercado de emprego por conta de outrem que por vezes se torna de acesso difícil, julgamos imprescindível um maior esforço das instituições de ensino superior na integração de unidades curriculares de empreendedorismo nos seus ciclos de estudo, de forma obrigatória ou supletiva. Ou seja, é aconselhável aumentar a formação interna e a divulgação de iniciativas e de boas práticas, visando o desenvolvimento de competências relacionadas com o empreendedorismo.
- O fortalecimento das relações entre as instituições de ensino superior e as ordens e associações profissionais é uma exigência que quase dispensa justificação. Através de uma mais intensa articulação institucional será possível proporcionar aos estudantes do ensino superior novas experiências de formação prática em contexto profissional, sobretudo através de uma intensificação da realização de estágios curriculares. A intensificação destas parcerias permitirá que sejam fornecidas não apenas qualificações, mas também competências técnicas e capacidades pessoais para os estudantes enfrentarem melhor os novos desafios do mercado de trabalho. Num contexto marcado pela instabilidade a nível económico e pela incerteza a nível profissional, a exploração destas oportunidades parece corresponder a necessidades sentidas de enriquecimento e diversificação de percursos formativos.

A disponibilidade para uma colaboração reforçada entre as instituições do ensino superior e as ordens e associações profissionais – que ficou bem expressa nos testemunhos que recebemos – deverá ser aprofundada sem hesitações. Tal esforço colaborativo poderá repercutir bons efeitos na racionalização e reorganização da oferta de ensino superior, ao nível dos seus vários ciclos, assim como na revisão e atualização curriculares, no sentido da definição e reconhecimento de competências em território nacional e internacional. Desta forma poderá ser concretizado um conjunto de objetivos que sempre se enunciam quando se trata do tema da empregabilidade, em termos individuais, institucionais ou contextuais: pensar numa estratégia de promoção da empregabilidade, hoje, significa refletir sobre uma resposta contínua e atualizada face às necessidades de um mercado de trabalho globalizado, às novas realidades do tecido económico, produtivo e empresarial, e às exigências de qualificações e de competências profissionais que se encontram em constante renovação. Assim se evitará o risco de uma rápida obsolescência dos saberes técnicos e tecnológicos que faz questionar a eficácia de formações académicas muito longas, especializadas e descontextualizadas da prática profissional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. J., VAZ, I. F., MARQUES, M. e DOMINGUINHOS, P., *Inserção profissional dos licenciados pela ESCE: relatório do inquérito realizado em 2006/2007*, Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais/IPS (2007).
- ALVES M. G., CABRITO, B. G., LOPES, M. C., MARTINS, A., PIRES, A. L. O., (eds.) *Universidade e formação ao longo da vida*, Oeiras: Celta editora (2008).
- ALVES, M. G., *A inserção profissional dos diplomados do ensino superior numa perspetiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Lisboa*, Edição FCG/FCT (2007).
- ALVES, N., *Inserção profissional e formas identitárias*, Lisboa: Educa/Ui&dCE (2009).
- ALVES, N., *Juventudes e Inserção Profissional*, Lisboa: Educa/Ui&dCE (2008).
- ALVES, N., *Trajetórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1994-1998*, Lisboa: Universidade de Lisboa (2000).
- ALVES, N., *Trajetórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1999-2003*, Lisboa: Universidade de Lisboa (2005).
- BATISTA, M. L., *Os diplomados do ensino superior e o emprego: a problemática da inserção na vida ativa*, Edição do Ministério da Educação (1996).
- CHAVES, M. e MORAIS, C., *Relatório sobre o percurso dos licenciados da FCSH – UNL que concluíram os cursos no ano 2002*, Lisboa: FCSH-UNL (2008).
- CHAVES, M., *Jovens advogados de Lisboa: uma inserção profissional dispar*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado) (2007).
- CHAVES, M., MORAIS, C. e NUNES, J. S., «Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes», *Fórum Sociológico*, N.º 19 (II Série, 2009), pp. 83-98 (2009).
- ESCÁRIA, V., RODRIGUES, D., MADRUGA, P., *Percursos de inserção no mercado de trabalho dos diplomados do Ensino Superior (relatório final)*, CIRIUS/ISEG-UTL (2004).
- GERALDES, M. e SANTOS, P., *A Inserção Profissional dos Jovens Diplomados do Algarve*, Faro: Fundação da Juventude (2004).
- GONÇALVES, A., *As asas do diploma - a inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, edição do Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem da Universidade do Minho, Braga: Universidade do Minho (2001).
- GONÇALVES, C., MENEZES, I. e MARTINS, M., *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005-2006)*, Porto: Universidade do Porto (2009).

- GONÇALVES, M., *Educação trabalho e família - trajetórias de diplomados universitários*, Tese doutoramento, Universidade de Aveiro (2007).
- GPEARI, *A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior*, 8º relatório (março 2011).
- HEWSON, C., *Internet research method: a practical guide for the social and behavioral sciences*, London: Sage (2004).
- HINE, C. (ed.), *Virtual Methods. Issues in Social Research on the Internet*, New York: Berg (2005).
- HINE, C., *Virtual Ethnography*, London: Sage (2001).
- JONES, S. (ed.), *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, London: Sage (1999).
- MANN, C. & STEWART, F., *Internet Communication and Qualitative Research: A Handbook for Researching Online*, London: Sage (2000).
- MARKHAM, A. e BAYM, N. (eds.), *Internet Inquiry. Conversations about method*, London: Sage (2009).
- MARQUES, A. P. e ALVES, M. G. (eds.) *A inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*, V.N. de Famalicão: Ed. Húmus Lda. (2010).
- MARQUES, A. P., *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto: Afrontamento (2006).
- MARTINS, A., ARROTEIA, J. e GONÇALVES, M., *Sistemas de (des)emprego: trajetórias de inserção*, Aveiro: Universidade de Aveiro (2002).
- MATOS, J.N., KUAMAR, R., DOMINGOS, N., *Precários em Portugal*, Lisboa: Edições 70 (2011).
- MENDES, R., PATRÍCIO, J. e LUCAS, A., *III Inquérito ao percurso sócio-profissional dos diplomados do IST*, Lisboa: IST (2006).
- MURTHY, D., «Digital Ethnography: An Examination of the Use of New Technologies for Social Research», *Sociology*, v. 42, no. 5, pp. 837-855 (2008).
- ODES – Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior, *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior: Síntese de Resultados*, Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação (2002).
- SAÚDE, S., *Empregabilidade e percursos de inserção profissional: os diplomados no ensino superior politécnico*, Tese de doutoramento (Policopiada), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve (2008).
- SAÚDE, S., *Percursos de Inserção Profissional dos Diplomados do Ensino Superior Politécnico*, Beja: Instituto Politécnico de Beja (2005).
- TEIXEIRA, L., *Trajcetórias e cenários de inserção profissional de diplomados em educação social do ensino superior politécnico: pontes e vazios na relação entre percursos de inserção profissional*, Tese de mestrado (policopiada), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (2009).

VIEIRA, C., RAPOSO, L. e SANTOS, M., *Relatório sobre o Inquérito aos Licenciados da Universidade de Évora*, Évora: Pró-Reitoria para a Política da Qualidade e Inovação (2008).

VIEIRA, D., *Perspetivas sociocognitivas da transição do ensino superior para o trabalho: influência da autoeficácia e dos objetivos no sucesso de uma transição vocacional*, Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (2008).

Relatórios europeus

Relatórios HEGESCO (<http://www.hegesco.org/content/view/36/108/>) (2009)

Relatórios projeto *DOC-CARREERS II–Promoting collaborative doctoral education for enhanced career opportunities* (<http://www.eua.be/eua-work-and-policy-area/research-and-innovation/doctoral-education/doc-careers-ii/>)

Relatório projeto *Employability and entrepreneurship. Tuning universities and enterprises* (http://eacea.ec.europa.eu/llp/project_reports/documents/erasmus/erasmus_2007_progress_reports/emhe/employabilityandentrepreneurshiptuninguniversities&enterprises.pdf) (2007)

Employability working group update for the Bologna Seminar in Luxembourg (http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/BolognaSeminars/documents/Luxembourg/Luxembourg_Seminar_Employability_WG_update.pdf) (2008)

EUA, *Trends V: Universities shaping the higher education area.* (http://www.eua.be/fileadmin/user_upload/files/Publications/Final_Trends_Report_May_10.pdf) (2007)

EUA, *Trends 2010: a decade of change in European higher education.* (<http://www.icde.org/filestore/News/2004-2010/2010/EUA2010.pdf>) (2010)

Observatórios universitários relacionados com empregabilidade

Observatório dos percursos dos estudantes da Universidade de Lisboa
<http://www.opest.ul.pt/index.html>

Observatório do emprego na Universidade do Porto
http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1001785

Observatório do Emprego – AlumniUM da Universidade do Minho
<http://alumni.uminho.pt/default.aspx?tabid=1&pageid=21>

Observatório da empregabilidade da Universidade de Coimbra
<http://www.uc.pt/governo/reitoria/empregabilidade>

Observatório de empregabilidade do Instituto Superior Técnico
<http://gep.ist.utl.pt/html/oe/>

ANEXOS

ANEXO 1 – GUIÃO PARA RECOLHA DE INFORMAÇÃO EM WEBSITES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Instituição do ensino superior

Nome _____

Código

Concelho _____

Tipo de Ensino	
Universidade pública	
Universidade privada	
Instituto politécnico público	
Instituto politécnico privado	
Escola/Faculdade/Instituto	
Outra (Qual?)	

A página de abertura do *website* da instituição tem alguma referência ao tema da empregabilidade dos seus diplomados? Sim/Não

Se sim, que tipo de referência?	
Link para Gabinete de Apoio à Inserção Profissional ou equivalente	
Link para Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo ou equivalente	
Notícias nos <i>media</i>	
Anúncios/notícias de eventos organizados pela instituição visando a inserção profissional dos recém-diplomados ou finalistas	
Outra referência (Qual?)	

O *website* identifica, mesmo que não na primeira página, um Gabinete de Apoio à Inserção Profissional (GAIP) ou equivalente na instituição? Sim/Não

Se sim, identificar:

Nome do Gabinete	
------------------	--

O *website* identifica, mesmo que não na primeira página, um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo (GAE) ou equivalente na instituição? Sim/Não

Se sim, identificar:

Nome do Gabinete	
------------------	--

Qual a forma de integração institucional identificada para o Gabinete?	GAIP	GAE
Integrado em Divisão Técnico-Pedagógica		
Integrado em Serviço de Garantia da Qualidade		
Integrado em Serviço de Inovação e Transferência de Saber		
Unidade própria exclusivamente dedicada ao apoio à inserção profissional e/ou ao empreendedorismo		
Outra (Qual?)		

O website identifica parcerias para o Gabinete?	GAIP	GAE
Sim		
Não		

Se sim, que tipo de parcerias?	GAIP	GAE
Administração pública central (ex: Instituto do Emprego e Formação Profissional, centros de emprego, etc.)		
Administração pública local (Ex. autarquias, empresas municipais)		
Empresas ou grupos empresariais nacionais		
Empresas ou grupos empresariais internacionais		
Bancos		
Fundações		
Associações empresariais		
Associações estudantis		
Outros do 3º setor (ex. ONG's, IPSS's, associações locais)		
Unidades de I&D/Laboratórios/centros de investigação nacionais		
Unidades de I&D/Laboratórios/centros de investigação internacionais		
Agências de Desenvolvimento e Inovação		
Parques ou centros tecnológicos		
Projetos/Programas Europeus (PRODEP, QREN, etc.)		
Outras Universidades		
Outros Politécnicos		
Outros (Quais?)		

Que áreas de intervenção ou tipo de serviços o <i>website</i> identifica para o Gabinete?		
Identificação e divulgação de oportunidades de emprego	GAIP	GAE
Divulgação de página de terceiros relativos a procura/oferta de estágio e emprego (Bolsa de Emprego Público, Bolsa de Centros de Emprego, etc.)		
Divulgação de página da própria instituição, reservada para a procura/oferta de estágio e emprego (Bolsa de Emprego própria através de inscrição voluntária do diplomado e/ou da empresa numa base de dados disponível no site, por exemplo)		
Angariação de parcerias e de protocolos com instituições públicas ou privadas que proporcionem oportunidades de estágio e emprego		
Divulgação de informação sobre possibilidades e apoios à criação do próprio emprego		
Divulgação de informação sobre oportunidades de estágio e emprego no âmbito de sistemas de mobilidade internacional		
Organização de feiras ou mostras de estágios, empregos e/ou de apoios ao empreendedorismo		
Organização de sessões de apresentação/recrutamento de empresas		
Outros (Quais?)		
Apoios diretos na construção de estratégias de empregabilidade	GAIP	GAE
Orientação e acompanhamento personalizado do finalista ou recém-diplomado na procura de oportunidades de estágio, emprego e aconselhamento de carreira		
Levantamento de necessidades junto de potenciais instituições recrutadoras de finalistas ou recém-diplomados		
Organização de prémios e/ou concursos de ideias, produtos e/ou negócios com potencial de inovação e/ou comercialização, para finalistas ou recém-diplomados		
Apoios à criação de projetos empresariais com potencial inovador (espaço físico, consultoria, formação, capacitação, financiamento, direto ou através de identificação/angariação de parcerias externas, para empresas, ninhos de empresas, incubadoras, <i>spin-offs</i> , etc.) entre finalistas ou recém-diplomados		
Outros (Quais?)		
Apoios à formação profissional	GAIP	GAE
Divulgação de ofertas de formação profissional		
Organização de ações de formação/workshops sobre técnicas de procura de emprego (elaboração de CV, preparação de entrevistas de seleção, etc.)		

Organização de ações de formação/workshops sobre empreendedorismo (desenvolvimento de competências empreendedoras e na área de criação de empresas)		
Outros (Quais?)		
Monitorização de Informação relativa à Empregabilidade		
Existência de estudos sobre percursos académicos e de inserção profissional dos diplomados da instituição	GAIP	GAE
Existência de estudos sobre necessidades de emprego no território de intervenção do Gabinete		
Existência de avaliação da eficácia do impacte das ações realizadas pelo gabinete		
Outros (Quais?)		

ANEXO 2 – GUIÃO DAS ENTREVISTAS

A- **Instituição**

- 1) Qual tem sido o empenho da instituição na empregabilidade e/ou empreendedorismo?
- 2) Desde quando estas são questões que preocupam/canalizam as atenções da direção da instituição?
- 3) Vê a evolução da empregabilidade e/ou empreendedorismo na sua instituição como estando relacionada com as estratégias definidas pela instituição?
- 4) Quais os principais pontos positivos/vantagens dos diplomados da instituição na obtenção de emprego (por áreas de estudo e ciclos de estudo)?
- 5) Quais os principais obstáculos/dificuldades à inserção na vida profissional dos diplomados (por áreas de estudo e ciclos de estudo)?
- 6) Acha que os estudantes têm em conta os níveis de empregabilidade na tomada de decisão sobre a instituição e/ou curso?
- 7) Tendo meios, qual seria a estratégia «ideal» para aumentar a empregabilidade dos seus diplomados?

B- **O gabinete/serviço de empregabilidade e/ou empreendedorismo: funcionamento em geral, estratégias, dificuldades/sucessos**

- 1) Desde quando existe?
- 2) Composição do *staff* do gabinete
- 3) O que tem sido feito para aumentar a empregabilidade e/ou empreendedorismo?
- 4) Que uso fazem, os alunos e diplomados, do serviço de empregabilidade e/ou empreendedorismo da instituição? Existem diferenças por áreas de estudo? Por ciclos de estudo? Feedback sobre a satisfação dos alunos sobre serviços/apoio/recursos fornecidos pela instituição?
- 5) Opinião sobre a importância que a instituição dá à questão da empregabilidade e/ou empreendedorismo
- 6) Opinião sobre a estratégia prosseguida para a empregabilidade e/ou empreendedorismo (atividades desenvolvidas, informação prestada aos alunos, recursos fornecidos aos alunos)
- 7) Ligação entre a escola/departamento e o gabinete de empregabilidade e/ou empreendedorismo
- 8) Participação em atividades relacionadas com empregabilidade e/ou empreendedorismo (dinamizadas pelo gabinete de empregabilidade e/ou empreendedorismo, ou pela própria escola/departamento)
- 9) Existência de estudos e feedback desses estudos (desta área específica) para alteração de práticas (por exemplo, práticas curriculares, ou ligação de ao mercado)

C- Informação obtida através de estudos ou percepção sobre níveis de empregabilidade e/ou empreendedorismo da instituição por curso e nível de ensino

- 1) Evolução da empregabilidade dos alunos desta escola/departamento ao longo do tempo; situação atual?
- 2) Tempo de espera até obtenção de emprego; estratégias adotadas, pelos estudantes, para obtenção de emprego
- 3) Tipo (qualidade) de empregabilidade dos seus diplomados; diplomados estão a trabalhar na sua área?; acesso a estágios (remunerados ou não?); remuneração e tipo de contratos que conseguem obter?
- 4) Fatores que favorecem ou dificultam a empregabilidade e/ou empreendedorismo: individuais; contexto social do aluno; área do curso (que cursos com mais alta/baixa empregabilidade); instituição; mercado de trabalho da região; mercado do trabalho português;
- 5) Evolução da empregabilidade e/ou empreendedorismo dos alunos desta instituição (fatores explicativos);
- 6) Empregabilidade e/ou empreendedorismo por ciclos de estudo (níveis na licenciatura, mestrado e doutoramento)? Empregabilidade e/ou empreendedorismo desta instituição relativamente a outras do mesmo tipo/área?
- 7) Sobre o ciclo de estudos: relação entre empregabilidade e/ou empreendedorismo e prosseguimento dos estudos; e se o prosseguimento dos estudos é feito na mesma ou noutra instituição; se na mesma ou noutra área
- 8) Percepção sobre a importância dos níveis de empregabilidade na escolha do curso
- 9) Relação entre níveis de empregabilidade e empreendedorismo?
- 10) Comparação da empregabilidade dos alunos desta escola/departamento com outros da mesma instituição e da mesma área de outras instituições?

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO ÀS ORDENS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

- 1) Como avalia o modo como as instituições de ensino superior (na área de intervenção da organização que representa) estão a responder às exigências de formação de recursos qualificados no nosso país?
- 2) Da sua experiência de contacto com recém-diplomados, quais os aspetos mais positivos e mais negativos que julga dever destacar na apreciação das qualificações e competências obtidas?
- 3) Parece-lhe suficiente e adequado o diploma de licenciatura para o início de uma atividade profissional? Ou julga vantajosa a obtenção de formação adicional ao nível de 2º ciclo (mestrado, ou mestrado integrado) ou 3º ciclo (doutoramento)?
- 4) Existe alguma relação formal ou protocolo de cooperação entre a organização que representa e instituições de ensino superior com vista a proporcionar condições de empregabilidade?
- 5) Que ações ou medidas complementares têm sido desenvolvidas pela organização que representa para preparar recém-diplomados para o início das suas carreiras profissionais?

ANEXO 4 – LISTA DE ORDENS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

1. Associação Nacional dos Professores de Educação Técnica e Tecnológica (ANPETT)
2. Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses (ANUP)
3. Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP)
4. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD)
5. Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APTEC)
6. Associação de Professores de História (APH)
7. Associação Portuguesa de Contabilistas (APC)
8. Associação Portuguesa de Fisioterapeutas (APF)
9. Associação Portuguesa de Designers (entrevista) (APD)
10. Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APGTRH)
11. Associação Nacional de Bioquímicos (ANBIOQ)
12. Ordem dos Médicos Dentistas (OMDentistas)
13. Ordem dos Economistas (OEconomistas)
14. Ordem dos Notários (entrevista) (ONotários)
15. Ordem dos Enfermeiros (OEnfermeiros)
16. Ordem dos Engenheiros (OEngenheiros)